



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 138 - SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária do dia 4 de setembro próximo. 26561

1.2.2 – Ofício

S/Nº/2006, de 4 de abril do corrente ano, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, encaminhando o Relatório Final nº 3, de 2006-CN, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005-CN, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 26561

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 908, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Paschoal Thomeu, ocorrido ontem, dia 09 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo – SP. 26561

Nº 909, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo das homenagens do Grupamento de Fuzileiros Navais à memória dos marinheiros que morreram nos conflitos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história. 26561

Nº 910, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona.... 26562

Nº 911, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta, solicitando a convocação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as informações que menciona. 26563

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 209, de 2006 (nº 673/2006, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2006 (nº 4.559/2004,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, sancionado e convertido na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. 26564

1.2.5 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 320/2006, de 7 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 563, de 2006, do Senador José Maranhão. 26570

Nº 323/2006, de 7 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 672, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 26570

Nº 909/2006, de 4 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti. 26570

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento, do Embaixador da Rússia no Brasil, de documentos aprovados pelos chefes dos Estados e Governos dos países membros do G-8, em São Petersburgo, no dia 16 de julho deste ano. 26570

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre o relatório parcial da CPI dos Sanguesugos, aprovado hoje. Registro da 10ª Conferência Latinoamericana de Zonas Francas, a realizar-se em Manaus, a partir do próximo dia 29. Falta de água em Manaus/AM. Registro da entrevista do Juiz Rafael de Araújo Romano, concedida ao jornal Correio Amazonense, edição de 20 de julho do corrente. . 26570

SENADOR MAGNO MALTA – Indignação pela inclusão do nome de S. Exª no relatório parcial da CPI dos Sanguesugos, aprovado hoje. 26579

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Pro-
testo pela inclusão do nome de S. Ex^a no relatório
parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado hoje,
e pela não apreciação da defesa apresentada por
S. Ex^a. 26586

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Considera-
ções sobre editorial do jornal **Folha de S. Paulo**,
intitulado “*Operação Dominó*”. Análise sobre a im-
portância de o Congresso Nacional concluir a vo-
tação de inúmeros itens da reforma política, alguns
dos quais foram objeto de votações já pelo Senado
Federal..... 26594

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Avalia-
ção positiva da economia brasileira. Transcrição de
documentos a respeito dos produtores de laranja
que têm mostrado a sua preocupação, com a ação
cartelizada das diversas indústrias de suco de la-
ranja..... 26613

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Críticas
a composição da pauta de exportações brasileira.
Reclamos sobre os *superávits* comerciais brasilei-
ros serem fortemente dependentes da exportação
de produtos *in natura*, como minérios e carnes. ... 26633

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Transcrição
do artigo intitulado “*Construindo o SUS*”, publicado
ontem no jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria do
Ministro da Saúde, Agenor Álvares. 26636

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Encaminhamento
de requerimento de pesar pelo falecimento do mú-
sico pernambucano Moacir Santos. Solicitação de
informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia,
referentes à aquisição de ônibus para o programa
de inclusão digital. 26639

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 912, de 2006, de autoria dos Senadores
José Jorge e Marco Maciel, solicitando a inserção
em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico
pernambucano Moacir Santos, ocorrido no domingo
em Los Angeles – EUA..... 26641

1.2.9 – Discursos do Expediente (conti- nuação)

SENADOR *MARCO MACIEL* – Registro do
lançamento, ontem, do livro intitulado “*Reforma
Política no Brasil*”..... 26642

1.2.10 – Discursos encaminhados à pu- blicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – O quadro
de apatia do povo brasileiro. Registro da matéria in-
titulada “*Era pior do que se pensava*”, publicada na
revista **Veja**, edição de 26 de julho do corrente..... 26644

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Co-
mentários à matéria intitulada “*TSE impõe novas*

derrotas a Lula ao vetar propagandas”, publicada
no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 1º de julho
do corrente..... 26666

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do artigo
intitulado “*As Forças Armadas na América Latina*”,
de autoria do historiador Boris Fausto, publicado
no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de
julho do corrente..... 26667

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Registro da
matéria intitulada “*Dirceu encontrou Morales dias
antes da crise do gás*”, publicada no jornal **Folha
de S. Paulo**, edição de 7 de julho do corrente. 26668

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nº 188 e 189, de 2006 26670

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.623 a 1.640, de 2006 26671

4 – SECRETARIA DE APOIO ÀS COMIS- SÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE IN- QUÉRITO

Relatório final nº 3, de 2006-CN, da Comis-
são Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo
Requerimento nº 3, de 2005 – CN, para investigar
as causas e consequências de denúncias e atos
delituosos praticados por agentes públicos nos
Correios – Empresa Brasileira de Correios e Te-
légrafos. (**Publicado em suplemento à presente
edição, – Vol I, II e III**)

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER- MANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR- LAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER- CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CON- GRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN- TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 130ª Sessão não Deliberativa, em 10 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária do dia 4 de setembro próximo

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. S/Nº CPMI – “CORREIOS”

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

À vista do encerramento dos trabalhos e conseqüente aprovação do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005 – CN, “para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, nos termos do art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência o Relatório Final para as providências que se fizerem necessárias.

Na oportunidade aproveito para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 908, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Paschoal Thomeu ocorrido ontem, dia 9 de agosto de 2006, aos 80 anos, e que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família e da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Justificação

O Deputado Paschoal Thomeu faleceu ontem em São Paulo, aos 80 anos, vítima de insuficiência de múltiplos órgãos. Deputado Estadual por São Paulo em terceiro mandato, teve atuação marcante na política local e nacional, tendo iniciado sua vida pública como Prefeito de Guarulhos.

No término de seu mandato como Prefeito, em 1992, foi nomeado pelo então Governador do Estado de São Paulo, Antônio Fleury Filho, Presidente da Eletropaulo.

Na Assembléia teve destacada atuação nas Comissões Permanentes. Integrou também, como membro titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, além de ter exercido, no biênio 2000 e 2001, o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia.

O Deputado Paschoal Thomeu era também empresário do ramo de comunicações e metalurgia, tendo dirigido várias de suas empresas. Sua morte deixa, assim, entristecido o povo paulista.

Senado Federal, 10 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Mesa encaminhará aos familiares e à Assembléia Legislativa de São Paulo o voto de pesar solicitado, conforme o requerimento do Senador Romeu Tuma.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 909, DE 2006

Requer voto de lembrança ao ensejo das homenagens do Grupamento de Fuzilei-

ros Navais à memória dos marinheiros que morreram nos conflitos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de lembrança ao ensejo das homenagens que tiveram lugar no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, no último dia 21 de julho, aos Marinheiros que morreram em combates nos conflitos bélicos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história.

A data escolhida para a homenagem coincide com o dia em que a corveta Camaquã, um pequeno navio de guerra brasileiro, naufragou em operação de escolta a um comboio durante a Segunda Guerra Mundial. Morreram, então, 33 marinheiros.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho e, por seu intermédio, a toda Marinha do Brasil.

Justificação

Por iniciativa da Marinha do Brasil, no último dia 21 de julho, foram homenageados em Brasília, no Grupamento de Fuzileiros Navais, assim como em todas as Organizações Militares da Marinha, os Marinheiros brasileiros que morreram em conflitos bélicos nos quais o País se envolveu ao longo da sua história. Desde as lutas pela Independência, passando pela Guerra do Paraguai e a gloriosa Batalha Naval do Riachuelo, os Marinheiros brasileiros foram instados a lutar pelo nosso País.

Em 1917, na Primeira Guerra Mundial, em reação à perda de sete navios mercantes nacionais afundados pela Alemanha, juntaram-se a frota inglesa, que operava no Atlântico-Norte e, com quatro contratorpedeiros, um navio – tender e um rebocador, patrulharam águas de interesse ao nosso tráfego marítimo.

A Marinha recorda-se com nitidez das imensas dificuldades para todas essas operações. Além do perigo representado por um submarino nas proximidades de Serra Leoa (Freetown), incluíam também o abastecimento de carvão para as belonaves e a Gripe Espanhola, principalmente em Dakar, no Senegal, que atacou as tripulações dos navios e ceifou a vida de 176 marinheiros brasileiros.

Na Segunda Guerra Mundial, a Marinha do Brasil apresentava situação material muito crítica, em face ao abandono a que fora relegada por sucessivos Governos. Não fosse o sentimento exarcebado do dever e a coragem de nossos homens, o desaparecimento da Força praticamente impediria qualquer reação brasileira após o torpedeamento, nas costas de Sergipe,

de cinco navios mercantes. Os navios foram afundados por submarino U-2 da Alemanha nazista, causando a morte de 607 tripulantes.

A Marinha do Brasil registra que sua principal tarefa, à época, foi garantir o tráfego dos comboios entre Trinidad (Caribe) e Florianópolis. Foram, então 574 comboios formados por 3.164 navios mercantes. Destes, apenas três foram afundados, apesar do grande número de submarinos inimigos na área. Nossa Marinha encetou 66 ataques contra os submarinos nazistas.

Foi ainda nossa Marinha a responsável pela escolta, até o Estreito de Gilbratar, no acesso ao Mar Mediterrâneo, dos Navios que transportaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que tão bravamente lutou em solo europeu.

O resultado das ações da Marinha foi extremamente eficiente, razão pela qual são mais que justas essa homenagem. O número de Marinheiros mortos, somente na Segunda Guerra, ultrapassa os 1.500, dentre os mais de 7 mil que a Marinha mantinha no mar.

Hoje, tempo de paz, a Marinha do Brasil continua prestando excelentes serviços ao Brasil. Eu sou testemunha de seu brilhante trabalho no Amazonas e na Amazônia.

Por isso, como homenagem desta Casa à gloriosa corporação proponho este Voto de Lembrança.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de lembrança solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 910, DE 2006

Requer ao Ministro das Minas e Energia informações acerca dos valores do contrato para a construção do gasoduto Coari-Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no exercício das prerrogativas que o texto constitucional confere ao Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro das Minas e Energia, informações da Petrobrás sobre os valores contratados para a construção do Gasoduto Coari-Manaus, especificando:

1. Qual o valor total da obra?
2. Qual a empresa ou quais as empresas contratadas?

3. Prazo para a conclusão das obras;
4. Os valores contratados são inferiores ou superiores aos estimados pela empresa?

Justificação

A Petrobrás informou-me, em Nota Técnica, que o processo de licitação do gasoduto Urucu-Coari-Manaus foi iniciado em agosto de 2005. Ao longo desse tempo, muitas controvérsias prosperaram no País, tornando-se difícil avaliar se os preços contratados estão em conformidade com as estimativas e levantamentos técnicos da empresa. No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Por isso, esse requerimento de formações é indispensável, pelo que aguardo pronta resposta da Petrobrás, por intermédio do Ministério das Minas e Energia.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 911, DE 2006

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência, o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor Luis Carlos Guedes Pinto, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a situação e as medidas adotadas em relação ao Relatório elaborado pelo Serviço Veterinário de Alimento (Food and Veterinary Office) (FVO), que em missão européia ao Brasil, no período de 23 de novembro a 1º de dezembro de 2005, para fiscalizar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro, no tocante ao controle fito-sanitário dos produtos brasileiros que são exportados para a Europa, constatou que: “a maioria das deficiências encontradas em 2003, não foram retificadas e muitas das ações prometidas de fato não aconteceram. Conseqüentemente o sistema atual para o controle de resíduos e drogas veterinárias não é adequado e não oferece garantias equivalentes aquelas oferecidas pela legislação da comunidade européia”.

O Relatório aponta, ainda, falhas no planejamento e implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos – PNCR, elaborado pelo Ministério da Agricultura, e a incapacidade da rede laboratorial oficial em atender até o que fora estipulado pelo Governo Federal no seu Plano, bem como a falta de controle na distribuição e uso de medicamentos veterinários em território nacional.

A aprovação, no Brasil, de um grande número de antibióticos expressamente proibidos pela UE e a ausência de testes para estas substâncias expõe a saúde dos humanos a riscos graves e aumentam ainda mais o descrédito quanto aos nossos controles, foi outro ponto abordado pela Missão.

Só para ter uma idéia da gravidade do problema, o Brasil produziu um milhão de toneladas de pescados em 2004, através da pesca e da criação de animais aquáticos, volume 32% superior ao de dez anos atrás. Graças ao aumento das exportações, em virtude da carcinicultura, desde 2001, a balança comercial de pescados brasileira é positiva e no ano passado o setor pesqueiro nacional exportou 86 mil toneladas e gerou 385 milhões de dólares em divisas com as exportações. As condições naturais do país para a aqüicultura e o avanço tecnológico alcançado pela indústria contribuíram para que nos últimos cinco anos a criação de camarões e tilápias no Brasil aumentassem 160% e 113%, respectivamente.

Mas, infelizmente, todo este avanço está ameaçado, porque o mercado europeu sinaliza com a possibilidade de impedir a entrada de nossos produtos, por falhas graves encontradas no Plano Nacional de Controle de Resíduos oficial (PNCR).

Já se tem notícias, inclusive, que o mel brasileiro já sofreu restrições e a carne e o frango, também, estão ameaçados.

Este problema é de extrema gravidade, e um embargo nas nossas exportações trará conseqüências catastróficas como demissões em massa e quebra das nossas exportações, uma vez que não dispomos de mercados alternativos para absorver o produto destinado à Europa.

Vários estados que desenvolvem a carcinicultura e a pesca serão prejudicados, a exemplo do Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Piauí, Paraíba, dentre outros.

Sala das Sessões, de 10 de agosto de 2006. – Senador **João Batista Motta**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 209, DE 2006

(Nº 673/2006, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Brasília, 7 agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no **caput**.

Art. 4º Na interpretação desta lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II**Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher****CAPÍTULO I****Disposições Gerais**

Art. 5º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II**Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III**Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar****CAPÍTULO I****Das Medidas Integradas de Prevenção**

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I – a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III – o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV – a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V – a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII – a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII – a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX – o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II**Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança

Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

Do Atendimento pela Autoridade Policial

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II – encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV – se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de

imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III – remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V – ouvir o agressor e as testemunhas;

VI – ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII – remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I – qualificação da ofendida e do agressor;

II – nome e idade dos dependentes;

III – descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º, o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV Dos Procedimentos

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitam com o estabelecido nesta lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. E competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta lei, o Juizado:

I – do seu domicílio ou de sua residência;

II – do lugar do fato em que se baseou a demanda;

III – do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência, especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. E vedada à aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

CAPÍTULO II

Das Medidas Protetivas de Urgência

Seção I

Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I – conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 2º Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Seção II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no **caput** e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no **caput** e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Seção III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV – determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV – prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO III

Da Atuação do Ministério Público

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I – requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Judiciária

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no **caput**.

TÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I – centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II – casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III – delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V – centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313.

.....

IV – se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.”(NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

.....

II –

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

.....”(NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129.

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....
§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.”(NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.”(NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 916 – C. Civil

Em 7 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Sanção presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 37, de 2006 (nº 4.559/04 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 320/2006, de 7 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 563, de 2006, do Senador José Maranhão;
- Nº 323/2006, de 7 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 672, de 2006, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 909/2006, de 4 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência recebeu do Embaixador da Rússia no Brasil, documentos aprovados pelos chefes dos Estados e Governos dos países membros do G-8, em São Petersburgo, no dia 16 de julho deste ano.

Os documentos vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como orador inscrito, pelo tempo que S. Exª entender necessário para seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta fase de sessões não deliberativas, de recesso branco portanto, e justificado em função do importante fato eleitoral – lutamos tanto para termos eleições diretas para a Presidência da República e para a governadoria dos Estados –, temos de entender como normal que, neste momento, as atenções se concentrem no fato eleitoral, e que saibamos escolher bem. O Brasil precisa disso!

É natural que, em estando em Brasília, eu procure abordar – e não é essa a minha postura nas sessões ordinárias em tempos de não-eleição – alguns pontos que terminam se encadeando em um mesmo discurso.

Começo pelo Relatório do Senador Amir Lando, na chamada CPMI dos Sanguessugas, presidida, com muita consciência, pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, que demonstra muita elegância, muita firmeza, muito espírito democrático na condução dos trabalhos. O Relatório, que arrolou, que incriminou um sem-número de Parlamentares, foi aprova-

do, por unanimidade, sem que qualquer Parlamentar tivesse pedido vistas para protelar, por uma semana, uma decisão que já havia conquistado o coração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Evidentemente que, agora, temos algumas etapas a cumprir. Uma delas é o Conselho de Ética das duas Casas, aos quais cabe examinar a situação de Senadores e Deputados apontados pela CPMI, no Relatório parcial, como suspeitos de atividades ilícitas, envolvendo essa empresa Planam e o Sr. Vedoin, proprietário da empresa.

Antes das eleições, sabemos que não há tempo hábil para uma eventual cassação de mandatos, ou para eventuais cassações de mandatos; não há.

O povo brasileiro pode, ele sim, e isto sim, cassar os sanguessugas. Ele pode chegar e simplesmente não votar. Fazer a sua lista e dizer: “Neste aqui eu não voto”. Isto seria uma demonstração de maioria da sociedade brasileira.

Muitas vezes, setores da sociedade se desgrudam do Congresso: “Ah, o Congresso está desmoralizado!” Concorde; sou o primeiro a dizer isso. Mas pessoas lá fora falam como se não tivessem nada a ver com o Congresso, como se não tivessem votado, como se não tivessem, às vezes, negociado os seus votos, como se não tivessem indicado para cá essas pessoas que tanto têm causado vergonha aos bons Congressistas e aos bons brasileiros. Então, é hora de a sociedade assumir uma certa maioria. A “bola” agora está com ela. Não há como se cassar ninguém; não há tempo hábil, porque se tem de garantir o amplo direito de defesa a cada acusado. Não há como se cassar ninguém até as eleições. Mas a sociedade pode; a sociedade por dizer “não” a cada um deles, se quiser. E, portanto, se ela referendar os sanguessugas e eles para cá voltarem, saberemos que vamos ter um fim de ano tumultuado e o início de nova legislatura tumultuada também.

Outra providência que vejo que vai acontecer, e muito habilidosamente a direção da CPMI... Aqui quero ressaltar, Senadora Heloísa Helena, não só a participação de V. Ex^a como Membro ativo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas elogiar o principal representante do meu Partido na CPMI, o Deputado Carlos Sampaio, o tempo inteiro atento, conhecedor de Direito, que é e homem de bem que, sem dúvida alguma, também é, mas ressaltar a empedernida determinação na luta pela constituição da CPMI do Deputado Fernando Gabeira, do Deputado Raul Jungmann, que tem atuado como Vice-Presidente, e o trabalho de Amir Lando e Antônio Carlos Biscaia. Com habilidade, eles fizeram uma separação. Trataram, hoje, da questão Parlamentar. E fica uma

indagação: e o Executivo? O Executivo tem de vir. Hoje vi, lá, o Líder do PT com uma conversa esquisita de que há uma empresa... Se há empresa que incriminou alguém, que traga para a roda quem quer que seja, e de qualquer ano, mas que isso não sirva de desculpa para se perdoar os delitos, inúmeros, que têm sido praticados sob as bênçãos do Governo Lula, sob as bênçãos e sob a ação de pessoas muito próximas do Governo do Presidente Lula. O Sr. Vedoin foi claro em seus depoimentos à Polícia Federal. Em 2001, houve um caso de ambulância; em 2002, muitas ambulâncias foram compradas. Ficaram restos a pagar expressivos, que teriam sido negociados, no Palácio do Planalto, pelo Sr. José Dirceu, em troca de votos. Ou seja: “Vamos liberar o dinheiro das tais ambulâncias e vocês votam com o Governo”. Foi mais ou menos isso o que se despreendeu do que se colheu de depoimentos do Sr. Vedoin na Polícia Federal.

Eu, aqui, já disse que foi uma coisa engraçada, porque mandaram para lá umas pessoas que queriam arrancar, de qualquer jeito, uma referência ao ex-Prefeito de São Paulo, José Serra. Volta e meia, eles ficavam agoniadinhos – uma coisa engraçada; sempre digo que as pessoas, quando fazem esses papéis, andam com passinhos curtos, não andam com passos largos, ficam mais baixas do que são; é uma coisa complicada – : “E o Serra? E o Serra? E o Serra?” Acabaram colhendo uma referência ao Mercadante, que foi aqui por mim defendido. Vejo o Mercadante como um homem honrado, correto, dedicado à coisa pública. E foi uma referência – a meu ver – sem nenhuma importância, eu mesmo não dei importância.

Mas o que foram fazer, lá, os tais paus-mandados? Foram lá plantar Serra – olha que agricultura esquisita –, e colheram o Mercadante. Que agricultura esquisita: você planta maçã e colhe laranja! Então, é um negócio complicado. É para não fazerem mais isso! Para não complicarem mais as suas vidas, não fazerem mais isso! Não complicarem mais, ou seja, deixarem a verdade aparecer com limpeza, com lisura, com seriedade.

Portanto, Sr^a Presidenta, temos de verificar mesmo o envolvimento – que, este sim, me parece grande – do Ministro Humberto Costa.

Quero saber do Ministro Saraiva Felipe que, como Deputado, foi isentado, porque, claro, S. Ex^a não está sendo questionado como Deputado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a foi isentado como Deputado e não como Ministro. Quero saber o que há ou o que não há com S. Ex^a como Ministro. Parece-me que as coisas para o lado do ex-Ministro Humberto Costa estão complicadas. Então, não me preocupa muito essa história que descobriram: uma empresa que, supostamente, teria feito algo delituoso em 1998, ou poderia ter sido em 1524, ou poderia ter sido quando D. Pedro I proclamou a Independência brasileira; isso não me importa! O importante é que não permitamos manobras diversionistas e saibamos focar em algo que, para mim, é inédito: não é o mero ladrão da repartição pública; é algo concertado a partir do núcleo do Governo. Ou o Sr. José Aírton Cirilo não é alguém do núcleo deste Governo? Não é alguém que foi candidato a governador do Ceará pelo PT, alguém que, pelo que dizem os depoimentos, teria articulado esse esquema? É diferente de um funcionário qualquer ter feito algo por conta própria. É diferente. Parece-me que tem, assim, uma articulação. Já me referi aqui a depoimentos que são comprometedores para o ex-Ministro Humberto Costa. Portanto, vejo que temos algumas etapas a cumprir.

Hoje, foi um dia brilhante, vitorioso. Conseguimos aprovar o relatório parcial. A CPI não acaba, vai até dezembro e, até lá, queremos ver se o Congresso é ou não capaz de dar uma grande resposta, porque o Congresso precisa dar uma resposta. A resposta, para mim, está sendo bem dada, ou seja, não aceitamos a convivência com figuras que enlameiam a Casa. Por outro lado, ao mesmo tempo, o Congresso está mostrando com maturidade que conseguiu fazer funcionar uma CPI em pleno período eleitoral sem o objetivo de tumultuar, de turvar o processo eleitoral. Esse é um dado significativo que já me parece bom de ser anotado pela opinião pública. Essa mesma opinião pública que, a meu ver, deve ser chamada a exercitar, meu prezado Deputado João Pontes, a sua maioria, porque fica muito cômodo para setores da sociedade dizerem que o Congresso é assim ou assado, como se eles não tivessem votado para que essas pessoas viessem para cá. Votaram. Depois, elegem essas pessoas por qualquer razão: porque um deles é um médico bonzinho; porque o outro, com ambulância, atendeu não sei quantos. E depois ficam a cobrar que o Congresso faça ou aconteça em matéria de punição, quando tem uma punição muito simples que pode ser aplicada aos sanguessugas, como deve ser aplicada aos vampiros, aos mensaleiros. Isso aqui não é um filme de terror, mas está virando um. Deixa de ser um Congresso para, literalmente, virar um filme de terror.

Está nas mãos do eleitor resolver isso rapidamente. É só não votar.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita alegria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu não deveria aparteá-lo, porque V. Ex^a já está praticamente esclarecendo toda a situação. Há uma questão que fica pressionando nossa cabeça e que é motivo também de uma interrogação principalmente de parte da imprensa, dos interessados: como uma quadrilha pode funcionar com um braço só, só com o Parlamento? Ela tem de ter uma infra-estrutura semelhante a um polvo, com vários braços e um núcleo. Esse núcleo tem de ser um Ministério, porque é para lá que vão as emendas, lá é que elas são liberadas, para lá é que foram os nomes dos aliciadores que tinham contato com vários Parlamentares que foram convencidos a apresentar as emendas. No caso do Ministro a que V. Ex^a se referiu, ele, segundo o depoimento muito claro do Luiz Antonio – parte do qual ouvi –, disse que esteve em contato pessoalmente e que o Ministro disse que não poderia resolver o pagamento de R\$8 milhões que estavam em atraso. Ele disse que a firma ia quebrar. Indicou um funcionário para encontrar o caminho do parcelamento e pagar a dívida. Assim, a coisa tem de ser esclarecida ou não? Há liberação de verbas, dentro de uma infra-estrutura criminosa, em que há indicativo de pagamento de propina por empresas-mãe e por subsidiárias fantasmas. Não vejo como evitar... Fiz um requerimento pedindo a presença do Ministro, até para que ele pudesse desmentir tudo que foi feito. V. Ex^a tem razão. Acredito que essa CPML hoje deu um passo, mas não encerrou sua caminhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Romeu Tuma.

Sr^a Presidenta, parece-me que os delegados do PT, aquelas pessoas que não sei se estavam ali para cumprir com o dever de investigar com lisura, para chegar a conclusões, doessem a quem doessem as conclusões, mas sim para fazer um certo “tareferismo” político. Ficavam a dizer: “Mas e no Governo passado...” Parece-me que o tal Sr. Vedoim dizia: “Não. No Governo passado, não havia nada disso. No Governo passado, não havia facilidades. Depois é que começaram a fazer dificuldades para vender facilidades”. Chegaram a plantar neste Governo uma figura da quadrilha lá dentro, nos escalões mais próximos do Ministro, lá dentro do Ministério da Saúde.

É grave! A coisa apodreceu mesmo!

Mas eu também tenho uma explicação a dar. Na verdade, restou um nome ligado ao meu partido, o PSDB. Lamento muito, pois era uma figura com quem eu convivia muito bem, o Deputado Paulo Feijó, que, por decisão da Executiva, estava com sua expulsão sendo articulada.

O Deputado se antecipou, pediu o desligamento do Partido e, assim, desistiu de concorrer à eleição. O PSDB agiu como acho que os outros partidos deveriam ter agido, aqueles que tivessem nomes implicados, e não fizeram isso. Está em tempo. Façam como fez o meu partido, que providenciou, procurou ver quem era inocente e inocentou os inocentes. Entendeu que o Deputado Paulo Feijó era culpado e fez isso.

Agora, Sr^a Presidenta, eu vou para a minha terra. Registro, para que conste dos Anais do Senado Federal, a realização, a partir do dia 29 próximo, da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas. Será na capital do meu Estado, sede do Pólo Industrial de Manaus, e integra a III Feira Internacional da Amazônia.

Manaus torna-se sede desse importante evento graças ao empenho da Superintendente da Zona Franca de Manaus, Dr^a Flávia Grosso, para quem essa Conferência deverá contribuir em muito para inserir o Pólo Industrial de Manaus nos debates internacionais de comércio exterior.

São esperados em Manaus 400 participantes, que, sem dúvida, terão oportunidade de conhecer a realidade amazonense, como um dos mais importantes centros industriais de alta tecnologia do mundo.

Os participantes virão da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Equador, Honduras, Nicarágua, Porto Rico e República Dominicana. São esperados também representantes governamentais e empresários.

A Zona Franca de Manaus é considerada a de melhor *performance* em produção e faturamento, em todo o mundo, segundo qualificação do Comitê de Zonas Francas das Américas – CZFA, de que faz parte o nosso Pólo Industrial de Manaus.

Pretendo estar em Manaus por ocasião da solenidade inaugural da Conferência, da mesma forma como sempre atuei, no Senado e fora dele, para consolidação do Pólo Industrial de Manaus, hoje uma das mais gratas realidades econômicas do Brasil.

Outra notícia relevante – e é de uma contradição terrível: Falta água nas torneiras da Capital da Terra das Águas.

Leio na lúcida coluna “Na Mira do Belmiro”, do jornal **O Estado do Amazonas**, informação aparentemente mirabolante e que, dita Brasil adentro, chega a ser difícil de acreditar: está faltando água nas residências de Manaus. Difícil, sim. Afinal, Manaus é Capital da Terra das Águas.

Não é só água que falta nas torneiras. Falta vergonha na cara. Na cara de quem tem obrigação de administrar. Na Lei máxima, que é a lei moral, governar começa por uma espécie de artigo 1º e absoluto, que diria:

Não pode faltar água para a população.

Absoluto significa: Que não depende de outrem ou de uma coisa; independente, que não tem limites, sem restrições, irrestrito, infinito, não sujeito a condições, isto é, incondicional.

E mais: absoluto é algo superior a tudo o mais, único, firme, que não admite contradição, incontestável, pleno, completo, cabal!

Assim deveria ser. Com água nas torneiras.

Não obstante, a realidade triste e verdadeira é que está faltando água em Manaus, repito: a Capital da Terra das Águas.

Belmiro considera grave a situação do Prefeito Serafim Corrêa, responsável, em última instância, por equacionar o drama criado por seus antecessores. Em minha opinião, o menos culpado pelo caos é, precisamente, o atual Prefeito. O ex-Governador Amazonino Mendes promoveu ruinosa privatização do sistema estatal de águas e, dos cerca de R\$180 milhões recebidos da empresa francesa compradora, menos de R\$10 milhões foram para os cofres da municipalidade. A parte do leão, dizem, foi para os cofres, aí, sim, de empreiteiras e fornecedores amigos do poder de então. Culpa maior teve o Governador Eduardo Braga, que passou quase quatro anos fingindo não ter nada com o assunto e deixando o desgaste para a Prefeitura. E culpa máxima coube e cabe ao ex-Governador Amazonino, que “idealizou” a privatização que quebrou o sistema.

Estou anexando, Sr^a Presidenta, a este pronunciamento o artigo do jornalista Belmiro Vianez Filho, mencionado, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Finalmente, Sr^a Presidente, faço aqui um registro que sei que agradecerá muito a V. Ex^a

O Juiz Rafael de Araújo Romano, da Vara da Infância e da Juventude de Manaus, tem sido incansável defensor dos direitos básicos, assegurados por lei à população infanto-juvenil. Sua preocupação é garantir principalmente educação e saúde às crianças. Como Juiz, exarou diversas sentenças, obrigando o Governo a oferecer tratamento fora do domicílio a crianças cardiopatas. Nessa missão, toda ela merecedora de aplausos, o Dr. Rafael de Araújo Romano atua há 30 anos, bem antes, portanto, do Instituto da Criança e do Adolescente, criado há 16 anos.

No final de julho último, li matéria assinada por André Alves, no jornal **Correio Amazonense**, com a entrevista do ilustre magistrado em que, além de outras considerações, sugere mudança firme na atuação do Governo do Amazonas, para que, no meu Estado, seja implantado, em regime integral, o ensino fundamen-

tal. Aplaudo a idéia do Dr. Romano. É uma das teses a que dedico especial empenho. Como bem diz ele, o tempo integral no ensino, além de oferecer educação de qualidade às crianças, ensinaria aos pais oportunidade de trabalhar com tranquilidade, sabendo que os filhos estariam bem cuidados.

Por ser uma entrevista bem adequada aos tempos atuais e por ser uma entrevista de interesse nacional e não só de interesse do meu Estado, eu o estou anexando, em seu inteiro teor, a este pronunciamento, para que também passe a constar dos **Anais do Senado** da República, Sr^a. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, para que conste dos Anais do Senado Federal, a realização, a partir do dia 29 próximo, da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas. Será na Capital do meu Estado, sede do Pólo Industrial de Manaus, e integra a III Feira Internacional da Amazônia.

Manaus torna-se sede desse importante evento graças ao empenho da Superintendente da ZFM, Dr^a Flávia Grosso, para quem essa Conferência deverá contribuir em muito para inserir o Pólo Industrial de Manaus nos debates internacionais de comércio exterior.

São esperados em Manaus 400 participantes, que, sem dúvida, terão oportunidade de conhecer a realidade amazonense, como um dos mais importantes centros industriais de alta tecnologia do mundo.

Os participantes virão da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Equador, Honduras, Nicarágua, Porto Rico e República Dominicana. São esperados também representantes governamentais e empresários.

A Zona Franca de Manaus é considerada a de melhor performance em produção e faturamento, em todo o mundo, segundo qualificação do Comitê de Zonas Francas das Américas-CZFA, de que faz parte o nosso Pólo Industrial de Manaus.

Pretendo estar em Manaus por ocasião da solenidade inaugural da Conferência, da mesma forma como sempre atuei, no Senado e fora dele, para a consolidação do PIM, hoje uma das mais gratas realidades econômicas do Brasil.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, leio, na coluna “*Na Mira do Belmiro*”, do jornal **O Estado do Amazonas**, informação mirabolante e que, dita Brasil adentro, chega a ser difícil de acreditar: está faltando água nas residências de Manaus. Difícil, sim. Afinal, Manaus é a Capital da *Terra das Águas*.

Não é só água que falta nas torneiras. Falta vergonha na cara. Na cara de quem tem a obrigação de administrar. Na lei máxima, que é a lei moral, governar começa por uma espécie de art. 1º e absoluto, que diria: *Não pode faltar água para a população*.

Absoluto significa: Que não depende de outrem ou de uma coisa; independente, que não tem limites, sem restrições, irrestrito, infinito, não sujeito a condições, isto é, incondicional.

E mais: absoluto é algo superior a tudo mais, único, firme, que não admite contradição, incontestável, pleno, completo, cabal!

Assim deveria ser. Com água nas torneiras.

Não obstante, a realidade triste e verdadeira é que está faltando água em Manaus, repito: a Capital da Terra das Águas.

Avanço na leitura da correta coluna de Belmiro Filho, em que ele diz que o prefeito e o atual Governador, Eduardo Braga, *foram céleres em responsabilizar o ex-Governador Amazonino Mendes*.

Belmiro considera grave a situação *do Prefeito Serafim, responsável, em última instância, por equacionar o drama criado por seus antecessores*.

Os outros dois, que procuram jogar a culpa um no outro disputam o Governo do Estado, um para ficar, o outro para tentar voltar.

Só o que não volta é a água nas torneiras das famílias amazonenses. Passam sede na *Terra das Águas*. E isso é inadmissível!

Senhor Presidente, estou anexando a este pronunciamento o artigo do jornalista Belmiro Filho, mencionado, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

E, como último assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que o Juiz Rafael de Araújo Romano, da Vara da Infância e Juventude de Manaus, é um incansável defensor dos direitos básicos assegurados por lei à população infanto-juvenil.

A preocupação desse autêntico bom Samaritano é a de garantir principalmente Educação e Saúde

às crianças. Como Juiz, exarou diversas sentenças obrigando o Governo a oferecer tratamento fora do domicílio a crianças cardiopatas.

Nessa sua missão, merecedora de aplausos, o Dr. Romano atua há 30 anos, abem antes da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, criado há 16 anos.

No final de julho último, li no jornal **Correio Amazonense** entrevista do ilustre magistrado, em que, além de outras considerações, sugere uma mudança firme na atuação do Governo do Amazonas, para que, no meu Estado, seja implantado em regime integral o ensino fundamental.

Aplaudo essa idéia do Dr. Romano. É uma das teses a que dedico especial empenho. Como bem diz

o magistrado, o tempo integral no ensino, além de oferecer educação de qualidade às crianças, ensinaria aos pais oportunidade de trabalhar com tranqüilidade, sabendo que os filhos estariam bem cuidados.

Por ser uma entrevista bem adequada aos tempos atuais, estou anexando seu inteiro teor a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Falta d'água e de coerência

Atento aos estragos políticos que a falta d'água na torneira de 200 mil residências em Manaus significa, o prefeito Serafim Correa foi bater na porta do governo estadual e, ao lado de Eduardo Braga, decretou, na última quarta-feira, estado de calamidade pública nas zonas Leste e Norte da cidade. A duas vezes anunciou para a próxima terça-feira um pacote de medidas para enfrentar a crise do desabastecimento do precioso líquido. Não lhe restava outra alternativa, depois que resolveu chamar a imprensa no início da semana e começar a olhar o problema na crueza de sua dramaticidade. Demorou a tomar providências e o faz timidamente, pois a gravidade da situação já havia sido objeto de suas críticas na campanha eleitoral em 2004 e respectivas promessas de solução do problema, que foram empurradas pela própria complexidade da matéria para lugar algum. Uma conduta imperdoável. Quase dois anos depois.

Não é justo responsabilizar Serafim Corrêa pelos danos que a falta d'água acarreta. Não faz sentido, porém, isentá-lo da negligência de não enfrentar o problema desde o primeiro instante do mandato. De fato, ele apenas recebeu o espólio do descaso. E o fez sem a necessária indignação, pois já na campanha prometera auditar as trapalhadas do processo de privatização da companhia de saneamento. Inexplicavelmente não cumpriu a promessa nem tomou providências para que a opinião pública se inteirasse do assunto e tivesse a possibilidade de ajudar o prefeito a resolvê-lo, como ele agora sugere e espera.

Prefeito e governador foram céleres em responsabilizar o ex-governador Amazonino Mendes e pouparam a participação efetiva do então prefeito da cidade, Alfredo Nascimento, legalmente credenciado à época, julho de 2006, para a concessão do serviço em questão. Se o Estado abocanhou os R\$ 185 milhões da venda da Cosama e apenas lhe repassou R\$ 9 milhões isso sugere conivência e anuência com a imoralidade, já que os recursos pertenciam ao sistema e ao município competiria zelar pelo seu funcionamento. O prefeito de então, que pretende hoje virar senador, virou as costas para o interesse da cidade e optou por abençoar um contrato cujas manobras e subterfúgios deveria questionar. Afinal, acompanhou de perto a trama obscura que levou ao desastroso processo de venda da Cosama.

É grave a situação do prefeito Serafim, responsável, em última instância por equacionar o drama criado por seus antecessores. É surpreendente, porém, sua delonga morou para priorizar o esclarecimento e definir responsabilidades. Apesar das dificuldades da investigação da CPI das Águas, levada a efeito pelo zelo e persistência do vereador Paulo De' Carli, o prefeito não se posicionou a respeito. E mais: aceitou condescendente que os franceses tenham se retirado estrategicamente da cena e deixado uma subsidiária paulista para segurar o rojão. Tomara que essa estranha timidez, que se pode confundir com uma danosa conivência, não se repita nas investigações das mazelas do Expresso e da apuração das irregularidades no sistema de iluminação pública, antes que comecem a se perder na memória da cidadania. Exatamente como não queria o candidato que Manaus escolheu em 2004.

Um defensor das crianças e adolescentes

André Alves

Da equipe do Correio

Há três décadas, muito antes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - que na semana que passou completou 16 anos -, o juiz da Infância e da Juventude, Rafael de Araújo Romano, mantém embates com o poder público para garantir à população infanto-juvenil direitos básicos como saúde e educação. Foi dele a maioria das sentenças que obrigou o governo a oferecer Tratamento Fora do Domicílio a crianças cardiopatas de Manaus nos últimos meses. Casado há 38 anos, pai de quatro filhos, todos formados na área de Direito, avô de cinco netos - o mais novo tem um ano de idade -, Romano continua com o mesmo vigor quando o assunto é a proteção de crianças e adolescentes. Aos 60 anos, ele diz que não cansou de lutar por melhorias no trato a crianças e adolescentes.

Correio Amazonense
- Os preceitos do ECA são difíceis de ser colocados em prática?

Rafael Romano - Não é que seja difícil. O que o ECA impõe para que o poder público cumpra é o estabelecimento de planejamentos para o setor. Já existem os conselhos Municipal, Estadual, Nacional, de proteção infantil. O Conselho Tutelar também já existe. Então, todas as capitais já dispõem de mecanismos. Quais são? Os conselhos de direito e as organizações governamentais e não-governamentais. E o que falta? O poder público estruturar esses organismos. O mínimo que se pode fazer é estruturar muito bem o Conselho Tutelar, que é o órgão-chave de auxílio do Poder Judiciário.

Correio - A estrutura dos Conselhos Tutelares ainda é muito precária?

R.R. - Muita precária. E as reclamações têm sido sempre as mesmas. Falta de material de expediente, falta de transporte e falta de apoio, que eles não têm, da administração pública municipal. Mas o problema não depende só de dinheiro. Depende de boa vontade e criatividade. Se você não tiver criatividade nunca vai solucionar o problema.

Correio - Os conselheiros tutelares estão preparados para exercer a função?

R.R. - Os conselheiros são

selecionados e fazem um curso depois de eleitos. São eleitos pelo período de três anos, com direito a uma reeleição. Toda vez que são eleitos recebem um aperfeiçoamento, um treinamento para exercer suas funções nos conselhos. Agora, é preciso saber se esses conselheiros realmente têm condições de exercer a função. Quem vai avaliar as atribuições e a prática no cargo é a comunidade. A comunidade tem de passar a exigir. Se o cidadão não serve para ser conselheiro, a comunidade tem que denunciar para o Ministério Público e ele poderá ser destituído, afastado. Eles são independentes, são autônomos, mas não são donos da verdade.

Correio - Se as normas do Estatuto não são difíceis de ser cumpridas, por que ainda vemos questões básicas, como saúde e educação, sendo "negadas" a crianças e adolescentes, num claro desrespeito ao ECA?

R.R. - Quando existe um oferecimento irregular na demanda das nossas crianças e dos nossos adolescentes, nas áreas da saúde, educação, esporte, lazer, o Estatuto faculta à parte prejudicada a ingressar com uma ação pública através do MP ou da parte legítima para fazê-lo. No momento em que o poder público não dispõe de número de matrículas,

de vagas na escola, para que um adolescente ou uma criança venha a estudar, a Justiça obriga o poder público a realizar aquele fim. Toda vez que uma criança cardiopata deixa de ser atendida, a associação procura o Ministério Público, ou um advogado, e eu examino, avalio, e determino que o poder público cumpra aquele atendimento emergencial. Já dei várias liminares determinando que o governo cumpra a sua missão de oferecer saúde pública, digna e segura para a população infanto-juvenil. E sempre vai ser assim. Sempre que se fizer necessário que a Justiça se manifeste para que uma criança seja levada para tratamento fora do domicílio, ela terá esse apoio. Por quê? Porque a Justiça está aí para fazer cumprir o Estatuto. E um dos princípios fundamentais do Estatuto é a proteção integral da criança e do adolescente.

Correio - Como as determinações do Estatuto, no decorrer dos anos, modificaram o comportamento de adultos em relação ao tratamento dado a crianças?

R.R. - A administração do poder familiar realmente teve mudança. Antigamente, antes do Estatuto, os pais corrigiam os filhos na marra. Sem diálogo, não

"Sempre que se fizer necessário a Justiça se manifeste para que uma criança seja levada para tratamento fora do domicílio, ela terá esse apoio"

havia o entendimento e os problemas eram sempre resolvidos na base de conflitos, de briga. Certas situações chegavam até, numa correção imoderada, com maus-tratos, espancamento. Isso era comum. E ninguém denunciava, porque ocorria intramuros, no seio da família natural. Com a chegada do ECA, e por meios dos órgãos governamentais e não-governamentais, a família procurou dar uma outra saída para a criação e educação de seus

filhos. Procurou conversar, procurou o diálogo. Muitas vezes, o pai, numa correção imoderada dos filhos, passa de um mero conselheiro, de um mero educador, a um infrator, um delinquente, e responde inclusive a processo por agressão, lesão corporal. Isso leva a um descompasso, à desagregação familiar completa. O Estatuto veio limitar o tratamento rude que muitos pais davam aos seus filhos.

Correio - Por que ainda vemos tantas crianças em semáforos vendendo balas ou sendo exploradas sexualmente, nas esquinas das ruas de Manaus, e aparentemente, nada é feito para combater o problema?

R.R. - Não apenas debaixo dos semáforos, mas nos

terrenos baldios, casas abandonadas, que são muitas no Centro da cidade... A força principal do problema vem do desemprego e da desagregação familiar. No desemprego, o que a família busca? A complementação de renda. Ou utiliza os filhos para a prostituição, que isso não dá nem para perdoar, ou envia para o comércio de venda de balinhas, guloseimas. A criança não tem as mínimas condições de estar naquele ambiente. Naquele ambiente a criança vai

aprender o quê?
A delinquência.
Vai se prostituir.
A culpa disso é, primeiramente, da família, depois do poder público.

Se o poder público tivesse espaços comunitários nos bairros, onde a criança tivesse um centro de convivência, e pudesse estudar, aprender uma profissão, exercer os direitos de sua faixa etária, eu acho que evitaria muito essas coisas. Mas, infelizmente, hoje a criança não tem espaço nenhum. Já escrevi sugestão para o governador e para o prefeito para que seja criado um centro de cidadania que abrigue crianças e adolescentes para a prática de esporte, lazer, cultura, profissionalização. Sete centros desses resolveriam o problema. Vamos colocar centro de convivência nas invasões, onde as crianças possam aprender informática, um idioma, hidráulica, carpintaria, movelaria. A própria comunidade ajuda.

Vai aparecer voluntariado. Mas você chega num bairro desses, as crianças estão todas nas ruas, porque não tem um centro que congregue todo esse pessoal. Os centros com certeza diminuiriam a delinquência. Agora, com medidas paliativas nós não vamos chegar a lugar nenhum. Ou se cria uma cultura para atender aos princípios que estão catalogados no ECA ou nós vamos começar a festejar coisa ruim.

Correio - Quais são as falhas do ECA?

R.R. - O estatuto não tem falhas. Mas, como toda lei, com o passar dos anos, exige uma reciclagem, aperfeiçoamento. O ECA foi criado por imposição da sociedade e feito muito rapidamente. Então, merece, sim, alguns reparos.

Correio - Se o senhor pudesse mudar algo no Estatuto, o que mudaria?

R.R. - Importaria ao governo o ensino fundamental integral. Além de você incutir o ensinamento, estaria alimentando. Tem pessoas que não têm nem o que comer. Isso daria aos pais oportunidade de trabalhar enquanto os filhos estivessem estudando, e seria uma oportunidade para que a família se organizasse mais. Estabeleceria o transporte escolar gratuito para crianças e adolescentes. O ponto chave está na educação. Fora dela, não tem saída.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, pelo tempo que entender necessário, ao Senador Magno Malta.

Enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, registro a presença do querido companheiro e irmão de tantas caminhadas, o Deputado João Fontes, nosso irmão de Sergipe.

Nobre Senador Magno Malta, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender necessário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, Senador Romeu Tuma, Deputado João Fontes, Senadora Ideli Salvatti, pessoas presentes no plenário, as pessoas que estão nos vendo em casa já imaginam as razões que me trazem à tribuna, nesta tarde. A última vez em que aqui estive foi com um misto de tristeza e indignação.

Mas o que me traz nesta tarde é tão-somente indignação. Acabei de assistir, Senadora Heloísa Helena, ao relatório da CPMI, estupefato, até porque em momento nenhum imaginei, em momento nenhum me ocorreu, Senador Romeu Tuma, que meu nome estivesse incluído no relatório da CPMI, pelas mais diversas razões. E razões contundentes, verdadeiras; razões fortes. Cabe a um homem de bem, num momento como este, revelar à Nação sua indignação, porque os justos têm de indignar-se. Hoje venho tão-somente, Senador Arthur Virgílio, indignado, revoltado e, até certo ponto, traído, porque discuti com quem podia discutir.

Vejo o relatório, e o Relator, simplesmente, com todo o respeito que tenho ao Senador Amir Lando, que pega bandidos que receberam dinheiro, que carcomeram o Orçamento da União, que fizeram conluio, que roubaram dinheiro público, que receberam dinheiro em conta... O dinheiro foi repassado em conta de parentes, e há outro lote, recebido em contas de assessores.

Indigna-me, Sr^a Presidente. O Presidente da CPMI leu em resposta a um Senador, e, respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, que indagava ao Relator as razões de citar o nome das pessoas contra as quais não existiam provas e sobre as quais havia absoluta dúvida, conforme foi mencionado, ou seja, aquelas que nem dinheiro em conta receberam e cujo assessor também não recebeu, as que não têm familiar envolvido e que tão-somente eram vítimas de ilação, com todo o respeito ao Senador Amir Lando, S. Ex^a disse: Encaminhei todo mundo, para que, nos Conselhos de Ética, os inocentes tenham condição de se inocentarem.” Nunca vi isso na minha vida! “Eu não examinei, Senador Eduardo Suplicy, não deu tempo. Então, como

não deu para separar, mandei o nome de todos, para que, nos Conselhos de Ética, os inocentes tenham condição de inocentarem-se.”

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é Corregedor desta Casa, um dos homens mais dignos deste País; seu padrão moral é aplaudido pelo Estado de São Paulo e pelo Brasil. Eu já admirava V. Ex^a, antes de conhecê-lo, antes de ter o mandato federal. E, do alto da sua postura, sei que V. Ex^a estava atento e ávido, porque não há a menor possibilidade. Em nenhum momento, imaginei que meu nome pudesse ser incluído numa vala comum, com indivíduos que roubaram dinheiro público.

Os critérios são os que passo a relatar. Primeiro critério: incluir todos os Parlamentares que se utilizaram de prerrogativas do mandato, com apresentação de emenda, Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvatti, para auferir benefícios financeiros e outras vantagens indevidas.

Eu não coloquei emenda nenhuma. Brasil, eu nunca coloquei emenda nenhuma!

Então, se o critério é esse, não me enquadro no primeiro, Deputado Walter Pinheiro.

Segundo critério: todos que permitiram, por ação ou omissão, que servidores conseguissem benefícios financeiros ou outras vantagens junto ao grupo Planam sobre as emendas do Parlamentar. Não há isso comigo. Os meus funcionários, os meus assessores nunca receberam, nunca participaram, não conhecem, não estiveram presentes; nada lhes foi dado, nada receberam.

Sr^a Presidente, Corregedor Tuma, não estou enquadrado nesse segundo grupo, até porque não foi assim que construí a minha vida, fazendo benefícios financeiros a partir do Orçamento da União. A minha vida foi construída, fazendo enfrentamento a bandido, ao narcotráfico, ao crime organizado.

Quero que o cidadão, que qualquer homem deste País; quero que algum Prefeito do meu Estado levante o seu dedo e diga: “O Senador Magno Malta me mandou uma emenda e mandou a Planam junto ou qualquer tipo de empreiteira ou lobista.” Isso não existe, absolutamente! Não estou enquadrado no segundo item.

Terceiro item, que está nos jornais de hoje, pois os critérios foram espalhados para a mídia ontem: deverão ser enquadrados todos os Parlamentares que utilizaram serviços ou terceiros para recebimento, em suas contas bancárias ou em espécie, de recursos destinados a Parlamentar.

Nunca recebi dinheiro, nunca recebi em espécie, nunca recebi em qualquer conta minha, nem da minha família, Senador Romeu Tuma. As minhas mãos estão limpas.

Homens e mulheres que, como eu, têm vergonha na cara e que se vêem enquadrados numa vala nojenta como essa preferem morrer. É preferível morrer! É melhor a morte, Senador Romeu Tuma! É melhor a morte, do que enfrentar os olhos, Senador Arthur Virgílio, de uma sociedade que põe todo mundo na vala comum e que, a partir de agora, olha todos como se fossem ladrões, roubadores, defraudadores da moral pública, roubadores de orçamento. Eu não sou ladrão! Não sou sanguessuga! Nunca botei emenda para ambulância! Indignado estou em ver o meu nome enfiado nessa malandragem!

O Sr. Vedoin e o filho ... e não posso nem processá-los por corrupção ativa, porque não os conheço; eles nunca me propuseram qualquer tipo de corrupção. Não os conheço, não sei quem são; ouvi falar em Planam pelos jornais. Eles disseram, no depoimento, que acertaram com o Deputado Lino Rossi dar um carro para mim, como se minha honra valesse só uma van. É pouco, porque honra não tem preço. E diz que comprou este carro em 2003 para mim: uma van. Senador Romeu Tuma, essa tal van foi comprada em 2001 – aqui está o documento – e foi registrada no nome do Deputado Lino Rossi no dia 08/01/2001, Senadora Heloísa Helena. Aqui está o reconhecimento da firma, a assinatura do Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, dando fé ao documento em nome de Laudénir Lino Rossi.

Quem é Lino Rossi? Um Deputado Federal que trabalhou na CPI do Narcotráfico comigo – fez um belo trabalho –, sobre quem, naqueles dias, não pesava qualquer tipo de acusação, ou envolvimento, nem banditismo. Naqueles dias, o trabalho que Moroni Torgan, Fernando Ferro e eu fizemos, a luta que tivemos, neste País, na CPI do Narcotráfico, fez com que ficássemos todos muito amigos.

Quando veio a reeleição – para que o Brasil saiba a história –, o Deputado Lino Rossi não se reelegeu, Deputado João Fontes. Eu era Senador, ele veio ao meu gabinete e chorou ali. Sou evangélico – a mídia já zombou disso, mas vou falar de novo para zombar mais um pouco; oramos com ele, li a Bíblia com ele, ajoelhei-me com ele, que tem uma filhinha doente. É uma pessoa com a qual fiz uma grande amizade. Nunca pesou, naqueles dias, qualquer tipo de acusação.

Ele nunca me falou em Planam; nunca me falou em emenda para o Orçamento; nunca tocou comigo em absolutamente nada, porque ele sabe o tipo de homem que sou. Aliás, todos os outros nunca me encostaram para propor nada, porque sabem quem eu sou, o meu comportamento, a minha vida.

E ele me disse que o seu grande sonho era ter um programa, Senador João Fontes, quer dizer, Deputado João Fontes – de repente, estou até profetizan-

do, chamei-o de Senador. Seu grande sonho era ter um programa nacional porque ele tinha um programa de muita audiência em Cuiabá. Eu, Senadora Heloísa Helena, Senador Arthur Virgílio, falei ao Bispo Marcelo Crivella, Senador, que falou ao Dr. Gonçalves, diretor da Record. Fui lá com o Lino Rossi naquele dia e o apresentei. Ele fez um teste, passou, por méritos próprios, e foi comandar o programa Cidade Alerta, da Record.

Hoje, Deputado Walter Pinheiro, o Rony Lins, empresário musical que trabalhava comigo naqueles dias, ligou-me pela manhã para me lembrar, dizendo: eu estava naquele dia no encontro, quando começamos a conversar sobre televisão e música, e o Deputado Lino Rossi – ex-Deputado naquela época – disse-me o seguinte, Deputado João Fontes: Magno, tenho uma van que usei na minha campanha. Está encostada. Não volto mais para Cuiabá. Vou agora me concentrar em São Paulo. Tive a grande oportunidade da minha vida. Se você precisar usar, é minha, usa do jeito que você quiser. Eu usei essa van, que não está em nome de Planam nem de outra empresa. O Lino simplesmente me mandou no nome de uma pessoa, que nem me lembro: Luiz não sei o quê. Eu a devolvi, Deputado João Fontes, Senadora Heloísa Helena, Senador Sibá Machado, há um ano e dois meses. Se eu tivesse devolvido no mês passado, há sessenta dias, quando estourou tudo isso, há quinze dias. Devolvi há um ano e dois meses e para o seu dono, Lino Rossi.

Está lá na porta dele o carro dele, que nunca foi meu. Não existe outra verdade além dessa.

O que acontece? Cadê o Lino Rossi para comprovar isso? Ele aparece aqui, no Senado, chega ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, e diz: “Sou o Lino Rossi e tudo o que o Senador acabou de falar na tribuna é a mais pura verdade. Eu assumo e ratifico”. O Senador Romeu Tuma disse a ele: “Faça por escrito”. E, por escrito, ele fez. Mandou o documento que está na minha defesa, que agora imagino que nem foi lido na CPI, porque o relatório da CPI põe apenas o que o Vedoin disse sobre a Serys Silhessarenko, sobre o Ney Suassuna e sobre mim e não põe a nossa defesa. Foi por isso que o Senador Suplicy perguntou ao nosso querido Senador Amir Lando, por quem tenho muito respeito: “Por que a defesa não foi anexada?” Assim como a sociedade tem direito de conhecer a denúncia, tem direito de conhecer a resposta. A sociedade tem que entrar em contato com esses documentos. E, sobre a acusação que me fez, a sociedade vai dizer: por que o nome do Senador está nessa lista?

Simplesmente o Relator respondeu ao Senador Suplicy: “Não deu tempo. Estou mandando para os Conselhos, porque lá os inocentes têm como se de-

fender”. Meu Deus do céu, está lá a palavra: inocentes! Mas agora não temos o mesmo espaço na mídia. Temos apenas a tribuna do Senado e passaremos toda a vida como ladrões para parte significativa da população brasileira.

Senadora Heloísa Helena, Deus sabe como estou aqui.

Estou olhando nos olhos da minha filha mais nova, que está ali sentada me vendo. Quando minhas filhas nasceram, minha casa estava cheia de drogados e de marginais. Elas nasceram nos braços deles. O sacrifício de uma vida, tirando drogados e bandidos das ruas, devolvendo-lhes a dignidade. Minha filha está ali me olhando. Conhece a minha vida e o meu sacrifício. Sou um homem de mãos limpas.

Entrei na vida pública em 1992, como Vereador. Em 2002, dez anos depois, era Senador da República, eleito pela maior votação da história do Espírito Santo, por uma luta em favor dos menores, dos drogados, dos presos, dos menos favorecidos, sacrificando minhas três filhas. Para mim é muito duro.

A graça de Deus me põe nessa tribuna, Senador Arthur Virgílio, nesta tarde; revoltado, com a boca amarga, indignado, para comunicar que vou interpelar judicialmente o Relator da CPML, para que, dentro desses critérios, mal nenhum, maior do que já me fizeram, me façam mais. O mal que me fizeram, não podem fazer maior. Com todo respeito ao Senador Amir Lando – faço isso com respeito, não estou agredindo S. Ex^a nem a Comissão, de maneira alguma, nem vou fazê-lo – vou enfrentar a luta até o fim. Vou até o final, Sr. Corregedor.

Tenho honra. Tenho uma esposa em casa, tenho duas filhas e centenas e centenas de filhos de 10, 12, 13 e 20 anos que estão me vendo agora; de 70, de 50 anos, drogados, bêbados, abandonados, tirados das ruas, que estão lá chorando e sofrendo comigo, me vendo nesta tribuna agora.

Por eles, por mim, Senador Sibá, eu vou até o final, eu vou até o final. Os critérios estão aqui. Eu não me enquadrando em nenhum deles.

Tenho certeza de que o Senador Demóstenes Torres, que é um procurador, um homem do Ministério Público, que conhece o instrumento legal... Minimamente o que a CPI teria de ter feito era separar e dizer: existe a ilação; pedimos que esses continuem, que verifiquem para ver se há qualquer grau de envolvimento. Mas colocar 72 juntos, ou 75, com os que roubaram dinheiro do Orçamento, com os que receberam em conta, receberam em espécie, com os assessores que receberam, Senador Arthur Virgílio, é muito, é pesado demais!

Mas irei ao Supremo para que o meu amigo, colega, a quem respeito, Senador Amir Lando, possa

dizer naquela Casa, com base na defesa que fiz... E a defesa deveria constar do relatório – foi muito bem o Senador Suplicy – que mostra só quem acusa, como se o acusador fosse o melhor benfeitor da sociedade brasileira. É verdade que naquela lista existem pessoas que precisam pagar mesmo; roubaram o Orçamento, desrespeitaram os seus Estados e aqueles que votaram; mexeram na honra da sua própria família ao armarem tramóia no Orçamento, ao armarem tramóia, molecagem, ao roubarem o Orçamento, mas eu não fiz isso, não participei disso, não sou parte dessa desgraça!

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, eu assistia pela televisão o seu pronunciamento e resolvi vir até aqui. Farei em aparte o que pretendia fazer em pronunciamento. Eu me absteve na votação – eu não sei se V. Ex^a tomou conhecimento – e foi exatamente em razão desse ponto que eu me absteve. Eu disse ao Relator que nós não iríamos pedir vistas do processo, porque pareceria apenas ambigüidade de nossa parte. Naquele momento, falava mais alto a voz do consenso daquela Comissão, e eu me absteve. Acho que a pergunta do Senador Suplicy deu voz a todas as nossas indagações. Como é que se colocam apenas dois grupos de Parlamentares naquele relatório? Ao primeiro grupo foi atribuído um certo grau de culpabilidade e ao segundo, nenhum grau de culpabilidade, foi isentado de culpa portanto. Por que não criar, no mínimo, um terceiro grupo? Para um terceiro grupo, o critério de inclusão poderia ser o seguinte: esta pessoa foi relacionada, mas nós não encontramos tais e tais evidências; achamos, portanto, que o caso merece uma avaliação mais pormenorizada por parte de alguma outra instância, seja o Conselho de Ética ou a Corregedoria. Mas isso não foi posto! Na noite anterior, a **Folha Online** publicou três grupos. Quem abrir as páginas da *Internet* verá lá três grupos. Eu até amanchei o dia de hoje achando que teríamos três grupos. Eu não pude participar das reuniões de ontem porque eu estava com febre muito alta – ainda estou combalido em decorrência de violenta gripe –, mas tive de vir no dia de hoje, fazer das tripas coração. A forma como V. Ex^a foi tratado no relatório mostra que todos foram tratados igualmente mesmo sendo desiguais. Não é suficiente a argumentação apresentada quando se disse: “Sim, mas quem for inocente tem condição de se explicar”. Se fosse assim, não deveria ter sido criado o segundo grupo, não poderia haver o grupo dos dezoito, porque todos foram citados de alguma forma. Há pessoas que foram citadas de alguma forma, mas foram inocentadas. Concordo que aquele critério de inocência é verdadeiro, mas por

que não dar um tratamento particular para outras pessoas também? Se não foi dado a determinadas pessoas o direito de serem ouvidas porque não havia tempo, o cuidado de se criar um terceiro grupo deveria ter sido adotado. De fato, há três grupos distintos ali dentro. Há o grupo de pessoas às quais está associada vasta documentação; o segundo grupo, que é formado por pessoas que o próprio Vedoin inocentou – disse que se enganou, disse que as pessoas não podiam ter sido citadas, porque realmente não havia nenhum tipo de relação –; e há o grupo de pessoas que o Vedoin insistiu em incriminar, mas em relação às quais não há nenhuma prova material. Isso está escrito no relatório, mas esse último grupo de pessoas foram colocadas junto aos 72. Asseguro a V. Ex^a que vou pedir ao Presidente Renan Calheiros que, nesse trâmite interno da segunda etapa, adote esse entendimento. O grupo de parlamentares que não foi inocentado precisa ser dividido em dois, pois nele há pessoas que precisam ser ouvidas, como é o caso de V. Ex^a, que, inclusive, apresentou esclarecimento por escrito, mas, conforme admitido pela Comissão, não pôde ser analisado por falta de tempo. O Senador Renan Calheiros vai ter, com certeza, condições de analisar isso com carinho e, talvez, possa determinar que esses casos intermediários não sejam tratados no Conselho de Ética, mas no âmbito da Corregedoria. É necessário que ela ouça V. Ex^a e os demais Senadores citados, oferecendo um tratamento diferenciado a quem o merece.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouço o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Magno Malta, ouvi hoje com muita atenção a intervenção da Senadora Heloísa Helena na CPMI. S. Ex^a, com muita justeza, com muito senso de humanidade, dizia que, se o Relator tem dúvidas em relação a fulano ou sicrano, tem a obrigação de explicitá-las para o Conselho de Ética, isso seria o mínimo. Por outro lado, V. Ex^a tem pleno direito – e isso me parece ser o mínimo que se lhe pode assegurar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – de ter uma emenda propondo a retirada de seu nome para que V. Ex^a faça na própria CPMI a mesma defesa veemente que está fazendo aqui, nesta sessão, deixando os seus Pares, Deputados e Senadores, julgarem essa emenda que proporia a sua retirada. Eu concordo com V. Ex^a num ponto, e este pensamento também recolhi da Senadora Heloísa Helena: se as citações são diferentes, logo, as afirmações do Relator deveriam ser igualmente diferentes. Inocentar exige uma coragem tão grande quanto a coragem de apontar

a punição. O papel do promotor nem sempre é o de pedir a condenação, muitas vezes o seu papel é o de dizer que prefere o arquivamento por entender que o réu é inocente.

Eu vejo esses dois caminhos de maneira bem prática. Os dois caminhos seriam os seguintes. Já na semana que vem, V. Ex^a faria na Comissão a sua defesa, solicitaria que a Comissão retirasse seu nome – não vai faltar quem faça isso, quem assuma essa emenda propondo a retirada do seu nome – e os Parlamentares julgariam se retirariam ou não o seu nome. O segundo caminho seria cobrar do Relator que S. Ex^a, no mínimo, explicitasse quais são os casos de dúvida. Se ele admitiu que tem dúvidas, que diga que tem dúvidas a respeito de fulano, de sicrano e de beltrano, que diga por que tem essas dúvidas e que isso conste do encaminhamento desses nomes aos quais S. Ex^a se referirá para o Conselho de Ética. Estarei presente à sessão. Ouvirei lá, atenta e respeitosamente, o pronunciamento de V. Ex^a, assim como aqui estou ouvindo atenta e respeitosamente o seu pronunciamento. Não sei se V. Ex^a acatará essas duas sugestões, mas elas me parecem suficientes para a obtenção de um encaminhamento. Percebo que V. Ex^a está de fato indignado, e as pessoas indignadas merecem ser ouvidas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, agradeço o seu aparte e gostaria de dizer a V. Ex^a, que está numa correria por causa da candidatura, que deixe todos esses documentos em seu gabinete. Quero apelar para o seu senso de justiça e pedir-lhe que leia esse material quando estiver no avião.

V. Ex^a lerá a declaração do Deputado Lino Rossi, o documento no qual assume tudo isso. Se o Deputado Lino Rossi e o Sr. Vedoin assumiram qualquer tipo de compromisso, não é problema meu. Não tenho conhecimento disso, nunca chegou a mim nada disso, e devolvi o carro dele, que não era carro de Planam, há mais de um ano.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu li a carta do Deputado Lino Rossi a V. Ex^a. Não sei que outros documentos estariam em meu gabinete, pois, de fato, não tenho dado a atenção costumeira àquela montanha de papéis que há lá, mas eu li a carta. Quando V. Ex^a a recebeu me passou a carta para ler. Tomei conhecimento do documento e disse a V. Ex^a que o considerava um documento forte, que o considerava um documento bastante expressivo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É mentira que ele teria comprado o carro para mim em 2003. Prova disso é o documento que acabei de mostrar. O carro foi comprado em 2001 e, no dia 08/01/2001, foi passado para o nome do Deputado Lino Rossi; depois, foi passado para o nome da esposa dele; depois, foi

passado para um outro nome. Levantamos esses documentos agora. Chegou às minhas mãos no nome de alguém que acho que é parente dele e devolvi no mesmo nome; acho que hoje está no nome da esposa dele de novo, na porta dele.

Senador Arthur, Senadora Heloísa Helena, será que acharemos alguém com coragem suficiente neste momento para tomar as dores daqueles que são vítimas de ilação? Será que haverá alguém disposto a fazer isso? Quem nunca sofreu uma ilação na vida? Quem não sabe qual é a dor de uma ilação?

Tenho “n” colegas com quem tenho reiteradamente sido solidário quando eles são vítimas de ilação, quando tentam tocar nos seus nomes, os que conheço muito e os conheço muito pouco, saio correndo para vir apartear e dar àqueles que pouco conheço, Senadora Heloísa Helena, pelo menos o benefício da dúvida.

Haverá alguém nessa Comissão, Senador Romeu Tuma, Senador Sibá Machado, Senador Arthur Virgílio, com coragem, Senadora Heloísa Helena, de tomar as dores dos que estão sendo injustiçados, que estão tendo os seus nomes enlameados, as suas histórias enlameadas?

Olha, a vida é uma bola. Quem pensa que está por cima hoje pode estar por baixo amanhã. E quem se acovarda de solidariedade numa hora como esta, certamente é porque não precisa de solidariedade em um tempo futuro.

A Bíblia diz: com a medida com que medis medirão a vós. Será que alguém, Senador Arthur Virgílio, há de se levantar numa hora como esta? Porque o próprio Senador Amir Lando, meu amigo, por quem tenho grande admiração, disse a mim: Magno, não há nada contra você, é só uma ilação; esse documento do Lino basta. E no outro dia ele me pôe na lista dos 75. Não disse só a mim, não, mas também a outros Senadores.

Então, qual é o critério? No Brasil, os critérios são estes: primeiro, incluir todos os Parlamentares que utilizaram as prerrogativas do mandato com apresentação de emendas para auferir benefícios financeiros e outras vantagens indevidas. Não me enquadro aqui, Senador Romeu Tuma. Segundo, todos que permitiram, por ação ou omissão, que servidores conseguissem benefícios financeiros ou outras vantagens junto ao grupo Planam sobre as emendas do Parlamentar. Não me enquadro aqui, Senador Romeu Tuma. Terceiro, deverão ser enquadrados todos os Parlamentares que utilizaram servidores ou terceiros para o recebimento, em suas contas bancárias ou em espécie, de recursos destinados a Parlamentar. Também não me enquadro aqui, Senadora Heloísa Helena. E entrego todos os meus sigilos; estou jogado numa vala.

Vou conceder um aparte ao Senador Romeu Tuma, agradecendo-lhe, porque a possibilidade de chegar às mãos do Relator e de todos os membros da CPI o documento do Deputado Lino Rossi só foi possível porque o Senador Romeu Tuma disse a ele: Escreva! Já que você assume, escreva! Isso eu lhe agradeço, Senador Romeu Tuma.

E imediatamente ele escreveu, Senador Sibá Machado, com detalhes, assinou e entregou. Mas parece que não leram, Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Parece?! Não leram.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E as acusações estão na Internet.

Quero olhar nos olhos das senhoras e dos senhores que estão nas galerias, dos jovens, e reafirmar que não faço parte dessa indignidade. A minha história não me permite, a minha vida, os meus princípios, o que herdei da minha mãe, o que creio, dez anos de vida pública e não tenho enriquecimento ilícito, tenho uma história de luta.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Magno Malta, falei com a querida Senadora Heloísa Helena que não iria apartear-lo para não prejudicar o raciocínio da sua defesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas resolvi apartear-lo para dar a clareza da providência que tomei. Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que, como eu tenho a coragem, pela minha formação moral, de acusar aqueles que devem, não terei dúvida e terei a mesma coragem que a Senadora Heloísa Helena teve – como se referiu o Senador Arthur Virgílio – de retirar qualquer acusação que possa prejudicar um inocente. E acho que nos somamos neste sentido, e acho que a coragem da Senadora Heloísa Helena muitas vezes fala por nós. Mas, Senador, quanto a Lino Rossi, eu não abri procedimento contra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu sei...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu li todos os documentos. E o que eu fiz? Pedi à Polícia Federal para que pudesse nos fornecer tudo o que fosse possível. Ontem, o juiz me mandou todo o processo digitalizado para que, com rapidez, eliminasse qualquer possibilidade de demora em razão de não ter o sangramento que determinadas pessoas acusadas estavam tendo. Deve estar chegando, hoje, por Sedex, conforme a promessa dele. Acho que o juiz agiu corretamente durante todas as apurações. Mas, repito, requeri todas as informações possíveis para formar um quadro-mosaico e

ver se havia ou não culpa de V. Ex^a, da Senadora Ideli Salvatti – desculpe-me, a Senadora Ideli Salvatti nos ajudou –, mas da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Ney Suassuna. O Senador Ney Suassuna, às vezes, fica preocupado. Inclusive S. Ex^a insistiu muito em que eu ouvisse o seu assessor que foi preso durante a operação. Então, há compromisso pelo menos desse assessor, porque caso contrário ele jamais teria sido preso. Mas eu falei ao Senador Ney Suassuna que seria melhor que chegasse toda a documentação para que eu pudesse formar o quadro. Eu não posso ouvi-lo por antecipação, sem que a formação de culpa seja feita. Como é que vou ouvir V. Ex^a se não tenho ainda um embasamento de que V. Ex^a tem culpa ou não. É claro que o Rossi, ao assumir a responsabilidade pelo carro que recebeu da Planam e cedeu a V. Ex^a, foi falso com V. Ex^a. Acho que a traição a que V. Ex^a se refere é a dele. Provavelmente, pela amizade, ele não raciocinou o que poderia acontecer no caso do uso desse carro. Eu não vi, ainda, uma ligação entre o carro e a culpabilidade. Não vi. Vi que usou o carro. O carro foi em pagamento ao Rossi? Ele assume que sim. Se o carro foi devolvido ao Rossi... É ao Rossi que foi devolvido?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Claro. Porque era dele; estava no nome dele. Eu não recebi carro de Planam; recebi dele. Foi devolvido para o dono.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas não foi para a Planam. Porque o Luiz Antônio diz que foi a Planam que pegou o carro. Quer dizer, tem uma série de nuances que...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Todos os documentos da entrega do carro para o Lino Rossi, a empresa que transportou...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu estou com tudo isso. V. Ex^a encaminhou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu estou com tudo direitinho.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...eu não estou discutindo. Porque a seqüência, o roteiro de investigação, nós temos que fazer com muita cautela para não fazer injustiça com ninguém. Agora, falei com o Senador Amir Lando e S. Ex^a disse que está muito angustiado, porque ele realmente teve que ouvir...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu imagino.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...os sub-Relatores. E é uma hipótese forte, tanto que ele modificou um pouco o raciocínio a respeito de V. Ex^a por decisão do colegiado de sub-Relatores. E hoje está endossado pela aprovação unânime do relatório, mas sei que aquilo é simbólico. Se V. Ex^a ouvisse o Senador Wellington Salgado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouvi e está de parabéns.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ele foi muito claro ao dizer que não ia pedir vista o que foi correto, para não sangrar por mais uma semana aqueles que, do ponto de vista de S. Ex^a, estariam sendo injustiçados e colocados numa relação. Os três segmentos, que seriam em separado, Senador Magno Malta, estão certos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Os critérios são esses, mas não estou enquadrado em nenhum.

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – O critério não está errado, o critério não está errado, o que está errado é o enquadramento de V. Ex^a. Acho que o critério é este mesmo e está correto: quem usou e abusou da possibilidade de se encobrir com o mandato e usou falsidade...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas, Senador Romeu Tuma...

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...ou praticamente se aproveitou para praticar um crime hediondo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Francamente, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me conhece... E a expressão é “crime hediondo” mesmo. Mas V. Ex^a me conhece e de tanto que me conhece sabe que se eu tivesse um acordo com alguém para colocar emenda no Orçamento, se eu tivesse assumido isso, eu teria feito, porque, para mim, o que é combinado não é caro. Mas por que eles reclamam que eu nunca fiz emendas para eles? Estou passando para a história como o cara que não colocou emendas para a Planam, mas virei criminoso. Nunca tratei nada com eles. Não os conheço. E se eles trataram com o Lino e o Lino tratou com eles, nunca chegou a mim. Ele me respeitou; não trouxe esse assunto a mim, ou seja, respeitou-me como uma pessoa que o respeitava, respeitou-me como amigo. E isso não posso negar.

E eu devolvi o carro a ele há um ano e dois meses. Imagine, se esse carro fosse meu, se estivesse no nome de um parente ou de um assessor meu, como eu ia devolvê-lo? Então, se não estava acontecendo nada, se não havia sinais de que ia acontecer nada, por que eu iria devolver gratuitamente? Não devolveria. Mas devolvi ao seu verdadeiro dono porque não tinha mais necessidade, e o carro está na porta do dono. Não tenho nada absolutamente a ver com isso.

E aí retorno: três critérios foram usados e não estou enquadrado em nenhum deles.

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr^a Presidente, podemos apartear o orador?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P–SOL – AL) – V. Ex^as podem ficar à vontade.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e o Senador Arthur Virgílio lembraram da dúvida do Relator. E V. Ex^a recorda um ponto: houve entendimento do colegiado de sub-relatores. Hoje, senti-me prejudicado, pois tinha vontade de pedir vista do processo para, no prazo de alguns dias, reiterar a preocupação levantada naquele momento. Falei sobre a idéia do terceiro grupo, o Senador Eduardo Suplicy falou sobre a leitura das respostas – lembrou no momento a Senadora Serys – e o Senador Wellington Salgado falou que os nomes estavam sendo tratados de maneira igual. E por não ter apresentado o pedido de vista, para não prejudicar o andamento da Comissão, toda os seus membros concordaram que o Relator tinha uma opinião que não foi levada a cabo e que o entendimento do colégio de sub-relatores prevaleceu. Acho que há uma dívida quanto a isso. Continuo insistindo que, para corrigir...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ficou muito claro – participei apenas de parte da reunião – que havia suspeita de provas ainda sem consistência de um grupo de acusados. Não é isso, Senadora Heloísa?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P–SOL – AL) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Então seriam essas três partes. Primeiro, com provas materiais, depósitos, movimentação financeira...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Estão aqui os critérios.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas estou falando, vamos dizer, de objetivo prático. A segunda é que teria de aprofundar as investigações. E a terceira parte seriam aqueles que foram inocentados desde o cruzamento de dados, sem matéria... Porque a defesa tem de estar incluída. V. Ex^a não fez a defesa?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Fiz.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Então, ela tem de estar incluída no procedimento por inteiro. Por isso, combinamos ontem – a Senadora Heloísa Helena é testemunha – que a citação de cada nome teria de vir com o histórico completo da participação ou não do Parlamentar, inclusive os que foram inocentados, porque o foram. Assim, a opinião pública ia saber que não foi um aconchego, pois quem saiu da lista é porque nela não deveria estar. Aliás, não saiu da lista, foi inocentado. E havia uma outra parte para aprofundar as investigações. E os outros, acredito, tinham de ir para o Conselho, porque teriam comprovado a prática do crime por meio de documentação e fortes provas a respeito do assunto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, por isso é que digo da responsabilidade que imputa sobre os ombros do Conselho de Ética ou de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Aqui é o seguinte, Senador: o que ficou claro vai para o Conselho de Ética, quem vai decidir é o Presidente da Casa. Estávamos lendo hoje de manhã o art. 14 da Resolução não é, Dr. Carreiro? –, que expressa claramente que quem encaminha é o Presidente. Se ficar comigo, é claro que vou fazer o procedimento individualizado dos três citados e buscar materialidade. O bom investigador, o correto, aquele que tem amor à verdade, fará a apuração para inocentar e, se chegar à conclusão de que é culpado, terá a coragem de assinar embaixo. Investiga-se para averiguar se o réu é inocente. Não se investiga para acusar permanentemente o cidadão. Não se criam factóides para culpar. Mas se ficar comprovada a culpa, tem de ter coragem para escrever e assinar, assim como se for comprovada a inocência. Então, quem tem de decidir é o Presidente, quando o relatório chegar as suas mãos. Já falei com o Senador Demóstenes Torres, Vice-Presidente do Conselho, que, se o relatório chegar em tempo que esteja na presidência, conversaremos e analisaremos o material existente, sem precipitarmos nenhum tipo de decisão. Ninguém pode fazer campanha com base em apuração de crime praticado contra ninguém. Então, comigo V. Ex^a fique tranquilo. Coragem eu tenho de responsabilizá-lo, se realmente for comprovado qualquer coisa, embora penso que seja difícil, como terei coragem de dizer que V. Ex^a não deve nada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Tuma.

Senadora Heloísa Helena, quando presidi a CPI do Narcotráfico, bandidos, comprovadamente bandidos do narcotráfico, do roubo de cargas, não foram enquadrados – e o Senador Tuma sabe que houve isso na CPI do Roubo de Cargas –, embora soubéssemos que eram bandidos, pois não havia provas.

Agora, que história é essa de jogar o nome das pessoas ao vento, por conta de uma ilação?! E em todos os depoimentos, Deputado Walter Pinheiro, ele repete a mesma coisa com relação a mim – a mesma coisa, nada novo: nunca tratou comigo, nunca tratei com ele. Não o conheço. Ele nunca colocou a emenda. “Mas o carro foi para ele”. Para mim? Nunca tomei conhecimento disso! Recebi do Lino e devolvi para o Lino, que era o dono do carro.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, no parecer do Senador Amir Lando há observações relativas ao nome de cada um dos

Parlamentares citados, mas referente ao que disse o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin à Justiça Federal, em depoimentos separados, o Sr. Darci José Vedoin e, depois, um diálogo do Deputado Raul Jungmann com o Sr. Ronildo Pereira Medeiros. Não está a parte relativa às explicações que V. Ex^a encaminhou na forma de defesa e os respectivos documentos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não está.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...assim como também aconteceu nos demais casos, como o da Senadora Serys Slhessarenko. Em virtude disso, sugeri ao Relator, Senador Amir Lando, bem como ao Presidente, Deputado Antonio Carlos Biscaia, que, para cada um dos casos, seja anexada a respectiva defesa do Parlamentar citado, senão o relatório seria encaminhado ao Conselho de Ética de maneira incompleta. Essa decisão foi anunciada pelo Presidente Antonio Carlos Biscaia, inclusive de acordo com o Senador Amir Lando. Logo após a conclusão da reunião da CPI, ainda reiterei ao Senador Amir Lando, que avalio seja muito importante até porque foi dito, expressamente, antes da conclusão da reunião, que seja tomada esta providência: que toda documentação, portanto, que a defesa que V. Ex^a apresentou e aqui nos expõe seja parte do relatório aprovado pela CPI. É fundamental que isso esteja muito claro, inclusive para o Conselho de Ética.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Eduardo Suplicy, três pontos são verdadeiros. Primeiro, nunca coloquei emenda alguma. Segundo, não existe carro algum. Nunca recebi carro de ninguém. Devolvi ao seu real dono há um ano e dois meses. Aí alerto as pessoas que estão em campanha para que tenham muito cuidado ao receber carro emprestado até de parentes, até de um filho. Pais, tenham cuidado até para andar com seus filhos, porque imagine se um filho aprende a fumar maconha no colégio, está fumando maconha, carregando no carro, e dá carona para o pai. A polícia pára, pede o documento e acha a droga. Pai e filho são traficantes. Imagine se você pega uma carona com um assessor que comprou um carro de um terceiro ou de uma agência de automóvel, onde acontece muito, e nem sabia que era roubado e a polícia prende, leva o carro. Você é ladrão, receptor de carro. Um linchamento, num primeiro momento, sem qualquer tipo de defesa. Ninguém lê a sua defesa. Mas V. Ex^a é um homem corajoso!

Eu gostaria de pedir um pouco do seu tempo para que leia a defesa que deixei no seu gabinete. Leve-a esta noite a São Paulo, no avião. Olhe os documentos e veja se encontra algo que tenha alguma ligação comigo.

Não havia caso mais pacífico, mais lúcido! Em nenhum momento, Senador Suplicy; em nenhum mo-

mento, Senadora Heloísa Helena, consegui imaginar de onde veio essa motivação, essa perseguição. No primeiro momento, imaginei ter vindo da CPI do Narcotráfico. Como o caso ocorreu em Cuiabá, e tantos “arcanjos” da vida foram alcançados por nós, imaginei que alguém atingido tivesse encontrado a chance de me alcançar, de me atingir. Depois, fiquei imaginando outras coisas, como perseguição política. Mas, por parte de quem? De onde, se só existe uma ilação?

Estou falando do que o Relator, de posse do documento, disse a mim: “Essa declaração do Lino Rossi é xeque-mate – a frase é essa”. Acabou! E vi meu nome envolvido.

Os senhores, os jovens e as senhoras que estão aqui ouvem a indignação, o desabafo de alguém que construiu a vida com dignidade, que nunca compactuou com a indignidade.

Sou trazido a esta tribuna – Deus sabe! – para, incisivamente, reafirmar algo que já disse três ou quatro vezes aqui, para mostrar os mesmos documentos e registrar o descaso com esses documentos.

Peço a Deus, Senador Sibá, Senadora Serys, que surja alguém tão corajoso, capaz de enfrentar a sua própria comissão e fazê-la entender como alguém, que é vítima de humilhação, pode ser colocada no mesmo lixo em que estão aqueles que, comprovadamente, fizeram molecagem no Orçamento para superfaturar a compra de ambulâncias e tirar dividendos disso – e alguns dividendos até muito esculhambados! O cara sujar o nome por R\$3.000,00, por R\$5.000,00? Sujar o nome por R\$10.000,00? Esse cidadão tem de pagar, tem de responder por isso.

Não conheço Planam, não conheço Vedoin, nunca recebi, minha família nunca recebeu, nem meus assessores; nunca propus emenda a eles, nunca a propus a nenhum prefeito, a nenhuma prefeitura. Recebi um carro de um amigo e o devolvi. Pergunto ao Brasil: onde é que está o meu crime? Onde é que está o meu crime?!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por concessão do Senador Romeu Tuma.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a sua sensibilidade. Sabendo da história, V. Ex^a me concedeu a palavra neste momento.

Agradeço especialmente ao Senador Romeu, porque era a vez de S. Ex^a falar, mas vi seu esforço para possibilitar que eu me pronunciasse agora.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, venho a esta tribuna para falar desse tal meu envolvimento nas investigações que a chamada CPMI dos Sanguessugas promoveu, sobre o escândalo das ambulâncias.

Senadora Heloísa, antes de começar a falar, eu queria deixar claro que considerei o seu posicionamento totalmente correto, assim como o de outros – poucos – Senadores, para deixarmos o meio-de-campo limpo.

Estou absolutamente perplexa, companheiro Senador Sibá; minha Líder, Senadora Ideli! Escutei, ainda há pouco, o Relator, Senador Amir Lando, em resposta a uma pergunta do Senador Suplicy, dizer, Senhores, que não teve tempo de apreciar a minha defesa! Ele respondeu isso publicamente na CPMI, quando o Senador Suplicy perguntou se ele havia estudado, lido a minha defesa. Ele disse exatamente isto: que não teve tempo de apreciar a minha defesa. E acredito que não teve mesmo. Não é possível! Só a minha defesa tem 42 páginas e, eu diria, umas outras 40 de documentos anexos. Isso sem haver nenhuma acusação contra a minha pessoa. Não há, na CPMI, nenhuma acusação contra a minha pessoa! E, na minha pasta, só existe uma colagem das falas do delator. Só! No final, esta frase: “Não há nenhuma prova contra a Senadora Serys Slhessarenko”.

É isso o que tem lá. Colaram: “Um dia ele disse isso; outro dia, ele disse aquilo”. Aliás, tudo totalmente contraditório, contraditório completamente: “Um dia, entregou dinheiro para o genro, em dinheiro, diante de tal testemunha”. Depois, era outra testemunha. No depoimento que deu à Polícia, já era outra testemunha; no depoimento que deu em outro lugar, já era em depósito. Mas não aparece o depósito. Anteontem, ele apareceu com a graça de que era um cheque de 40 mil, que também não apareceu!

Meu genro já quebrou todos os sigilos! Meu genro, Senador Magno Malta, já quebrou todos os sigilos. Depois de ter ido pessoalmente à Polícia Federal cinco vezes e não conseguir ser ouvido, hoje, finalmente, ele foi ouvido; foi ouvido hoje porque interessava mais. Ele expôs e deixou lá documentos que expõem todo o seu sigilo.

Depois de tudo isso, eu me pergunto: por que, então, notificaram-me para que apresentasse esclarecimentos? Para quê? Por quê? Perdi tanto tempo fazendo relatório, buscando, quebrando meu sigilo bancário, meu sigilo fiscal, meu sigilo telefônico, pegando declarações no TRE! Quando fiz minha prestação de contas, 15 ou 20 dias depois das eleições de 2002, não fiquei devendo R\$1,00! Pergunto à CPMI: por que me notificou para prestar explicações se jogou essas

explicações na lata do lixo? Elas tinham de estar lá, Senadora Ideli, tinham de estar lá! Ou, então, que pelo menos criassem critérios diferenciados para aqueles que têm culpa – porque deve haver muita gente com muita culpa, não tenho dúvida disso.

Tenho dito sempre que a minha dor é profunda, mas, se for para acabar com a corrupção neste País, que haja dor. Porém, com esse jogo, também não dá! Ele superou os limites, passou para as raias da ficção científica, da alucinação, tamanho o grau de contradição e de mentiras do delator. Já mandou recado para mim, dizendo que está extremamente indignado e que só fez isso porque eu disse que ele era bandido e corrupto. Hoje, felizmente, ele se expôs nos jornais, na grande imprensa. Até então, era só recadinho: se ela tivesse ficado quieta; talvez se tivesse ido conversar com ele; talvez se tivesse ido fazer acordo... Não fiz e não faço! Nunca me verguei para a bandidagem e nunca me vergarei!

Continuo perguntando: por que me notificaram? No começo, eu dizia que tinham de me notificar, porque eu tinha explicações a dar. Agora, eu pergunto por que me notificaram, se eu dei explicações. Elas não valeram de nada?! Eu o fiz no mesmo dia em que entreguei o relatório à CPMI, ao Senador Tuma – S. Ex^a é testemunha disso –, entreguei-lhe o relatório completo, com todos os anexos. Ele sabe disso. No mesmo dia, entreguei o relatório à CPMI e ao nosso Corregedor, porque, diante de tamanha infâmia, eu preciso que tudo seja esclarecido.

Ser candidata ao Governo do Estado de Mato Grosso, enfrentando frontalmente dois candidatos adversários, porque eu não tenho inimigos – Blairo Maggi, do PPS, e Senador Antero Paes de Barros –, é uma luta difícil. Para uma mulher, professora, mãe de quatro filhos, ter a ousadia de ir para esse enfrentamento político-eleitoral é realmente assustador! No entanto, o meu Estado me conhece. Há quatro anos, às vésperas da eleição para o Senado, foi muito pior o que fizeram comigo. Muito pior! Só não houve esse caráter majestoso em nível nacional, foi estadual. A população de Mato Grosso me conhece e confia em mim. Ela sabe o tamanho da injustiça e da infâmia que estão tentando fazer contra a minha pessoa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, falo como fez, há pouco, o Senador Magno Malta, com muita tristeza e indignação por ver o meu nome encaminhado pela CPMI à Comissão de Ética do Senado, sem que coisa alguma fosse investigada, sem haver pelo menos a menor denúncia contra a minha pessoa, sem que tivessem o cuidado de abrir a minha defesa.

Podemos dizer, Senador Magno Malta, que estamos sendo submetidos a um tribunal de exceção, em que não nos podemos defender. Existem apenas os acusadores e ponto final. Não há defesa.

Isso fica óbvio e ululante pelo fato de que, no relatório que a CPMI encaminha à Comissão do Senado, só existe um dado: a cópia do depoimento do réu confesso e com delação premiada, nada mais. Não existe nada mais! Esse depoimento, em nenhum momento – vou repetir todos os dias, se for preciso –, cita o meu nome como beneficiária de qualquer esquema. O Darci Vedoin disse: “Não conheço essa Senadora. Nunca conversei com ela”. Nesse sentido, ele falou a verdade. Eu não os conheço.

Há quem me pergunte: “Você não tem medo de ficar falando em celulares que estão grampeados?”. Não, ao contrário. Seria ótimo se meus telefones estivessem grampeados desde o primeiro dia, porque haveria uma prova da minha inocência. Eu jamais tratei, por telefone ou não, de qualquer tipo de corrupção ou desvio de recurso público. Jamais!

A única coisa que aparece é a citação de um suposto envolvimento do meu genro, Paulo Roberto Ribeiro. Se existe suposto envolvimento, e até já falei disso aqui, os delatores já contaram quatro versões, mas não conseguiram comprová-las, não dá certo. O sigilo está quebrado e não dá certo, não funciona. Vão lá, conferem, não dá certo, inventam outra versão, inventam outra e inventam outra!

Repito: há muita gente que tem pecado capital nessa história e deve ser punida. Não estou fazendo defesa ou acusação de quem quer que seja. Faço a minha defesa, porque tenho absoluta certeza. É muito fácil percorrer minha vida. Se quiserem, percorram a vida do meu genro. É simples. Quebrem o seu sigilo bancário e percorram, corram atrás dele para ver se dá alguma coisa junto a mim.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Um dia, eu disse aqui que V. Ex^a também poderia estar sendo vitimada por ter presidido a CPI do Narcotráfico do seu Estado, e tão bem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O que eu confirmei, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Lembro-me de que recebi V. Ex^a em Brasília – eu era Deputado Federal –, na CPI do Narcotráfico.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E eu era Deputada Estadual.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Depois de alguns parlamentares terem renunciado, V. Ex^a assumiu aquela posição, foi fundo e pode estar pagando o preço disso. Estou interpelando o Relator judicialmente, porque tenho plena certeza que, por ser o homem que é, S. Ex^a não negará as convicções que tinha a meu respeito e com relação ao caso. Mais, Senador Sibá Machado: estou arrolando o Senador Amir Lando como minha testemunha de defesa no Conselho de Ética. Não tenho problema algum na Comissão de Ética, porque não cometi dolo, não fraudei o Orçamento, não faço parte disso. Não tenho problema algum com a Corregedoria. Nenhum. O meu problema é apenas o de alguém com família e vergonha na cara que está sendo vítima de uma injustiça tão grande, depois de ter dormido tranqüilo por ouvir do próprio Relator: “Não há nada contra você”. A frase foi esta: “Isto aqui é xeque-mate”.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – No meu caso, está escrito!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – A TV Senado, embora tenha muita audiência, não tem a força da Record, da Globo ou do SBT, as três maiores. Não tem a força da CNT, à qual quero agradecer, assim como à TV Gênesis, pela ampla oportunidade de falar que recebi. Infelizmente, as pessoas não serão alcançadas, Senadora Serys Slhessarenko, pela fala de V. Ex^a, nem pela minha!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela nossa fala.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – O mais importante de tudo isso é ter a verdade consigo. Tenho razões sobejas para confiar em V. Ex^a – se isso for válido, porque estou na mesma lista em que está V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Então, dizer que confio em V. Ex^a é porque tenho plena confiança em V. Ex^a. Não tenho razões, até porque quem depõe a seu favor é a história de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Magno Malta.

V. Ex^a lembra algo interessante: só quem – desculpe-me o termo – “peitou” o narcotráfico, à época, neste País, foram V. Ex^a, em nível nacional, e eu, em nível estadual!

Foi o único Estado, Senadora Heloísa Helena, que abriu uma CPI para o combate ao narcotráfico. Houve quatro presidentes em um mês, e os quatro renunciaram por cauda de ameaças. Eu fui nomeada. Segurei até o final, e entreguei o relatório. Aí começou o desmonte do crime organizado. Realmente,

tem gente que não gosta de mim, e não são poucos! Aqueles que são envolvidos com o crime realmente me abominam.

Eu perguntaria aqui: o que fez a CPMI para comprovar a denúncia do réu confesso em delação premiada? Ela ouviu o meu genro? Pediu a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, para comprovar minimamente essa denúncia? Há pouco, olhava o pequeno trecho em que foi perguntado ao delator se existia algum registro telefônico, não sei o quê, e aí entra a polícia dizendo que não, que não existe. Não existe nada em relação a qualquer registro telefônico. É muito complicado!

Infelizmente, a CPMI não leu a minha defesa e me condenou, como condenou V. Ex^a, como condenou outros; alguns merecedores, com certeza – repito –, mas outros, absolutamente inocentes!

Neste País estão acontecendo coisas engraçadas.

Hoje, recebi telefonemas de muitos advogados, inclusive de advogados pertencentes à Ordem regionais, dizendo que tudo isso é um absurdo, que isso não pode continuar desse jeito! Sou advogada...

Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Recebi ligações de ministros, de desembargadores,...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu também. Estou falando da Ordem porque a Ordem está questionando!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – ... do Ministério Público, da polícia, de cidadãos dos mais longínquos rincões deste País que nos acompanham, pessoas simples, com ou sem formação. Eu nunca vi isso em minha vida! Nunca vi isso em minha vida!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É verdade, Senador. Eu também recebi ligações de muita gente e de várias categorias. Refiro-me à Ordem, porque a Ordem tem dito que não dá para continuar a coisa do jeito que está. Inclusive, dias atrás, houve uma discussão a esse respeito, e isso se faz necessário mais do que nunca.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Serys Slhessarenko, em primeiro lugar, quero deixar consignadas algumas questões que aconteceram durante a reunião da CPMI que merecem ser registradas, porque entendo serem elas indicadoras de injustiças, que, tenho a certeza absoluta, podem estar, efetivamente, acontecendo. Por exemplo, o Relator, respondendo ao questionamento do Senador Eduardo Suplicy a respeito da defesa que V. Ex^a apresentou, registra que “não teve condição de ler” aquilo que V. Ex^a teve o trabalho de colher, como as contradições e os elementos para desmontar qualquer insinuação ou indí-

cio que pudesse pairar sobre V. Ex^a. Então, quando ele não absorve isso, acho que já há o reconhecimento de um erro gravíssimo. De que adiantou os parlamentares terem sido acionados para apresentar suas defesas se elas não foram devidamente avaliadas e confrontadas com a documentação, com os depoimentos ou com as questões postas na Comissão? Tanto que o Presidente da Comissão, o Deputado Biscaia, de pronto, até no reconhecimento do erro – porque aí já está configurado erro, o de não ter dado oportunidade para que a defesa feita pelos parlamentares pudesse ter sido minimamente contemplada na avaliação –, tomou uma providência no sentido de que, além do relatório e de seus anexos, irão para as Presidências das duas Casas todas as defesas apresentadas pelos parlamentares. Portanto, já é um reconhecimento do erro, sob o meu ponto de vista, que já considero grave.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Isso é muito grave.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em segundo lugar – o Senador Sibá Machado teve a oportunidade de fazer, e outros também a tiveram –, quero me referir à questão de jogar todos no mesmo patamar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Na vala comum.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Porque é o seguinte, se fosse em qualquer outro momento, Senadora Serys, talvez isso pudesse não ter a consequência que essa posição...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Comigo não estaria acontecendo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Estamos em pleno processo eleitoral. Não conheço ninguém que esteja ali que não seja candidato. Creio que apenas o Senador Magno Malta não seja candidato. Talvez S. Ex^a apenas; não me lembro de outros. Portanto, estamos em um momento em que nivelar parlamentares, porque a CPMI descobriu indícios quase que incontestáveis – documentos, depósitos –, indícios fortíssimos, com declarações, depoimentos...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... ligações telefônicas.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Por exemplo, tive a oportunidade de mostrar ao Senador Sibá Machado, no material que se refere a V. Ex^a, na questão das interceptações telefônicas, a seguinte frase inicial: “Não há qualquer citação da Senadora Serys”. Depois, refere-se a duas escutas em que “há dúvidas sobre o que eles estão falando”, referindo-se a algo que aconteceu ou que vai acontecer. Ou seja, não há citação, há dúvida sobre as gravações em que aparece a questão de uma ambulância para um Município do Estado de V. Ex^a...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, não é uma ambulância não!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Nem sei o que é.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Trata-se de uma possível emenda. Mas ninguém sabe para o que era. “Não dá para entender”, eles dizem bem assim.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Então, Senadora Serys, essa história da vala comum acaba nos colocando, nesse período eleitoral, em situação de um possível linchamento eletrônico. Estou, inclusive, preparada para falar a respeito da impunidade, de como a população se sente e como, talvez, ela tenha a necessidade de dar o troco agora nas urnas, fazendo, de repente, o papel de uma série de instituições que não estão dando conta de o fazerem adequadamente. No entanto, poderemos estar cometendo injustiças, como já as cometemos em outros períodos da história. Figuras como Ibsen Pinheiro e outros foram julgados, condenados e, posteriormente, descobriu-se que não havia qualquer tipo de envolvimento ou qualquer culpa. Então, essa questão do linchamento e o fato de a CPMI ter colocado sem diferenciação, sem graduação aquilo que encontrou a partir do trabalho realizado pela Controladoria-Geral da União, como os sorteios, pela Polícia Federal, como as escutas telefônicas, e pelo Ministério Público em Mato Grosso, o fato de haver nivelado dessa forma gera o risco da injustiça; é um risco impossível de não acontecer. A injustiça está posta já nesse procedimento do nivelamento. E temos aqui vários casos. Por isso, não poderia deixar de me manifestar, como já tive a oportunidade de fazê-lo tantas vezes em relação à defesa que V. Ex^a faz, com muita veemência, da sua honra e da sua honestidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora.

Continuando, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que fica evidente é que a denúncia do réu sob delação premiada... Aliás, com relação à minha situação foram tantas as contradições: ele disse uma coisa, depois desdisse, depois disse novamente, depois desdisse outra vez, mas, como nada foi analisado, foi só colado ali, acredito que ele deverá perder o direito à delação premiada. Não sei dos outros casos, mas, com relação ao meu, já tenho subsídios suficientes do meu ponto de vista. Já concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O que fica evidente, como eu disse, é que a denúncia do réu confesso em delação premiada sem nenhuma prova foi o bastante para que a CPMI entendesse – vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores – que o meu mandato de Senadora, conquistado após 20 anos de

luta, como resultado do apoio e da parceria de mais de 600 mil cidadãos de Mato Grosso, deva ser colocado em xeque.

Por isso, entendo que, mais do que acusada, sou, sim, uma vítima da irresponsabilidade daqueles que agiram de forma flagrantemente equivocada, na tentativa de arrastar o meu nome, o nome do meu Partido, o nome da minha família para dentro desse esquema sórdido. Se lutei até aqui para defender este mandato, não pensem que vou arredar pé desta batalha. Nunca me curvei ante as ameaças que recebi de todo tipo de criminosos e não será desta vez que vou me envergar.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, não gosto de revelar etapas do que ouvi em momentos de depoimento, mas, neste momento, sinto-me em condições para fazê-lo. Já passou essa etapa, já foi votado o relatório. Acho que agora nada mais é segredo. O Sr. Darci Vedoin fez questão de deixar claro para todos nós que não podia dar qualquer relação de nomes se ele não pudesse ter matéria comprobatória, até porque, em algum momento do depoimento, foi perguntado se ele conhecia determinados Parlamentares; quando ele começou a dizer que sim, foi indagado em que contexto ele conhecia esses Parlamentares; foi a partir desse momento que ele resolver dizer: “Não vou mais citar, porque posso falar algum nome que conheço da mídia, conheço porque vejo em algum lugar, trabalhando, mas com quem jamais estive. Pode ser entendido que os conheço nas condições da investigação”. Mas o Sr. Luiz Antônio deixou claro que, com alguns Parlamentares, parecia ter raiva pessoal; insistia em querer colocar o nome sem ter a prova material da participação do Parlamentar. Estou dizendo isso porque meu nome acabou sendo envolvido quando pedi ajuda a V. Ex^a para poder me locomover, pois cheguei um dia antes em Cuiabá. V. Ex^a me atendeu. No momento em que disseram que a reunião ia ser reservada, eu disse que três pessoas estavam comigo, assessores meus e outras pessoas, e perguntei se teriam de sair ou não da sala. Foi dito que não seria necessário. Aliás, em todas as CPIs, em alguns momentos do depoimento, algumas pessoas saem estrategicamente da sala, dizendo que vão tomar um cafezinho ou fazer alguma coisa, para dar entrevistas. Nessas entrevistas, dizem o que bem querem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E a reunião é sigilosa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E, na hora em que dizem o que bem querem, acabam passando uma informação interessante, expondo-se melhor na mídia. Passam a ser uma pessoa interessante porque

têm informações para dar. Saíram informações de dentro da reunião, que, tenho certeza, foram imputadas a mim, porque eu estava com uma pessoa do gabinete de V. Ex^a naquele momento. Sei que, a partir daquele momento, minha presença na CPMI e nada era a mesma coisa, porque imagino que havia esse tipo de entendimento contra mim. Em todos os momentos em que pude inquirir o Sr. Vedoin, eu fazia essas perguntas, e ele dizia: “Contra a pessoa tal, eu tenho”, “Isso eu fiz”, “Em tal momento, se forem ver, há um dinheiro que entreguei, um depósito bancário, uma cópia de cheque ou coisa parecida”. Contra alguns dos senhores – no caso, a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Magno Malta –, ele nunca teve absolutamente nada a dizer que tivesse uma relação, mas fazia questão de demonstrar certa raiva contra a Senadora e contra o Senador Magno Malta. Estranhou-me, pelo que foi dito nesta tarde, que a CPMI não tenha criado algo com consistência para absolver, ou para condenar, e o que era uma hipótese de relatoria. Para ser mais justo, ele deveria ter criado esse terceiro grupo. Deveria ter dito: “Imagino que as citações feitas sobre as pessoas tais e tais, embora não haja prova material, poderiam ser tratadas em outro lugar, com outro tipo de tratamento”, ou coisa parecida.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim, sim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Isso já nos teria deixado mais tranqüilos. Então, por essa situação toda, fiquei hoje muito preocupado com o desenrolar das CPIs. Sei que a opinião pública vem de lá para cá e não vem para brincar, quer uma resposta mais séria, mais contundente contra qualquer nome que for citado. Outra coisa é que, um nome, uma vez citado, ninguém quer saber por que foi citado, em que situação, se tem qualquer tipo de relação, se não tem relação nenhuma. Foi citado, está condenado, e acabou. Para todos os efeitos, ali hoje tem 72 nomes. Quero saber agora o que será feito pelo Conselho de Ética. Se fizer a correção – que penso que deverá ser feita –, vai dizer que a CPI fez, digamos assim, um trabalho sério; agora, é o Conselho de Ética que está fazendo aqui uma limpeza diária. Se for o Corregedor, considero do mesmo jeito. Então, a CPI tirou de seus ombros e jogou nos ombros de outrem, sem dar o direito de defesa, porque o direito de defesa foi pedido e não foi aceito nem analisado. Realmente, será muito complicado se não deixarmos de lado as paixões. Há fatos. Se há fatos comprovados, esse nome fica e acabou. Se não há fatos comprovados, paciência! Digam: esse nome foi citado, a situação foi essa, não tem matéria cabal para pedir qualquer tipo de condenação ou punição. Assim sendo, digo a V. Ex^a que o Senador Renan Calheiros

tem agora essa matéria sob sua responsabilidade. No meu entendimento, deveria passar pela Corregedoria, porque os nomes tratados não estão no mesmo contexto dos demais nomes que, temos certeza, têm envolvimento. Assim, acredito que o Senador Romeu Tuma tem, e até acompanhou também em boa parte os trabalhos da CPI, condições totais para fazer um bom trabalho e isentar de fato e de direito os que não têm envolvimento, o que considero que é tão correto, que é a situação de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza. Obrigada, Senador Sibá. V. Ex^a coloca muito bem quando diz que precisamos, na verdade, separar o joio do trigo. Já disse aqui e direi pela terceira vez: tem muita gente, com certeza, comprometida até o fundo do poço. Mas, essa raiva... Eu até supponho o porquê, porque ele já mandou o recado para mim. Em maio, quando estourou a coisa, eu cheguei no meu Estado e me perguntaram o que eu achava dessa história da máfia. Eu falei que o lugar de bandido, seja ele parlamentar ou empresário, é na cadeia! Ele mandou um recado para mim: que eu não perdia por esperar. E, em julho, ele começou a fazer o meu inferno astral. Aí eu posso fazer o quê? Delação premiada pode dar nisso.

Mas, continuando, como eu dizia, não vou me vergar. Essa minha luta contra criminosos, do tipo que enfrento agora, é antiga, e, com certeza, me fez angariar muitos ódios ao longo de minha atuação parlamentar. Como já disse aqui, como Deputada Estadual, presidi, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, a CPI do Trabalho Escravo, que garantiu a libertação de milhares de trabalhadores submetidos a um regime de trabalho degradante em fazendas de grandes senhores do interior do Estado, que traziam, com os famigerados gatos, pessoas extremamente pobres de outros Estados para trabalhar nos longínquos rincões do nosso Estado, à época. Hoje, há mais condições de acesso por estradas etc. Traziam essas pessoas para trabalhar, sob o jugo e a tirania do trabalho escravo. Foram milhares que conseguimos libertar. Eu presidi uma CPI que ninguém tinha coragem de presidir. Eu fui às fazendas, junto com a Polícia, para retirar aquelas criaturas empobrecidas, totalmente destituídas de tudo, porque lhes tomavam até os documentos, para que não pudessem fugir da situação de escravidão que lhes era imposta. É claro que isso causa desagrado em alguns.

Participei também, ativamente, da CPMI da Terra, que, numa atitude corajosa, identificou e retomou terras públicas griladas por poderosos grupos econômicos e políticos de nosso Estado. Deu muito trabalho! Foram muitas as ameaças, mas resistimos, sempre na defesa do patrimônio público.

Comandei a CPI da Sonegação Fiscal, enfrentando, pela primeira vez, em Mato Grosso, o que na época foi chamada de “A Máfia do Fisco” e desmontando poderosas quadrilhas que atuavam nas estruturas de arrecadação do Estado.

Fui também eu, Serys, como o Senador Magno Malta já disse aqui, a Presidente da CPI do Narcotráfico, que, na Assembléia de Mato Grosso, pelas denúncias que levantou, acabou contribuindo e levando ao desbaratamento de organizações criminosas que, durante tanto tempo, aterrorizaram a sociedade mato-grossense.

Essa, Sr^{as} e Srs Senadores, é a minha biografia. É por isso que essas quadrilhas não me suportam, Sr^a Presidente. É por isso que os Vedoinos me atacaram, somente a mim, armando toda sorte de tramóias para tentar comprometer meu nome, minha história e a história da minha família.

Tenho quatro filhos: uma médica, um advogado, uma psicóloga e um engenheiro. Os quatro, Senadora, felizmente – alguns até dizem que é um defeito que eles têm –, extremamente estudiosos. Alguém que chegue a Mato Grosso e peça referência, em uma dessas categorias, de um filho ou de uma filha minha, tem as melhores referências. Não vou falar – ali há alguém fazendo sinal de positivo –, porque sou suspeita. Os quatro são pós-graduados em nível de mestrado, dois têm doutorado. Um deles já foi professor da PUC de São Paulo; outra é professora concursada da Universidade Federal de Mato Grosso. Eles são pessoas que hoje estão expostas, sem dó nem piedade, por uma delação premiada, por alguém que tem raiva da minha pessoa, por eu ter dito o que disse: o que pensava sobre como se deve qualificar alguém que monta um esquema tão mafioso e tão infame quanto esse. Todos eles estão expostos.

Tenho quatro netos, que não têm currículo para apresentar. Aliás, currículo eles têm, brilhante, mas não são ainda profissionais. A Marina, a Maria, o João Paulo e o Pedro têm currículos brilhantes! Os quatro, por incrível que pareça, são primeiros de turma em suas escolas. Esse é o currículo que eles têm por enquanto, até porque cursam as primeiras séries. Todos estão assustados.

Eu imaginava que, com toda a defesa que fiz, com toda a minha história registrada em Mato Grosso, encontraria, dentro da CPMI, Parlamentares isentos – lá os tivemos, sim, e já fiz referência a alguns –, que procurassem provas antes de condenar. É um absurdo, Senador Eduardo Suplicy, condenar sem provas: “Não há provas, mas está condenada”!

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, como V. Ex^a estava atenta à reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e transmitiu-me que havia encaminhado ao Relator, Senador Amir Lando, sua documentação, avaliei importante que o Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito pudesse conter exatamente todo o esclarecimento que V. Ex^a encaminhou à CPMI. E, obviamente, tal procedimento deve ser estendido aos demais. Mas notei que, no relatório, estão contidos os depoimentos do empresário Vedoin e de outros, mas não a defesa em que V. Ex^a esclarece os pontos que aqui está definindo. Na verdade, a sugestão foi acatada não apenas pelo Relator, mas como uma determinação do Presidente Antonio Carlos Biscaia. Ou seja, o relatório conterà, em anexo, a defesa de V. Ex^a, bem como os documentos que anexou, para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar possa, da forma mais isenta, ouvindo as suas explicações, tomar a decisão que, acredito, esclarecerá inteiramente a maneira como V. Ex^a sempre tem procedido ao longo de sua vida, com a maior seriedade possível.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Bendito Senador! Bendita a colocação que V. Ex^a fez no plenário da CPMI, porque, naquele momento, parece que ficou claro para todo mundo – de acordo com o que V. Ex^a acaba de afirmar – que as pessoas não estavam sequer sabendo que as defesas não tinham sido absolutamente consideradas. A partir do momento em que V. Ex^a fez o questionamento... Não sei se é isso mesmo, porque não assisti à reunião, mas, pelo que estou entendendo, até aquele momento, as pessoas não sabiam que as defesas não tinham sido consideradas. E isso, para mim, parece cada vez mais grave.

O que quero hoje, o que exijo hoje, pela importância dessa CPMI para pegar aqueles que têm conta a ajustar com a sociedade, é que se investigue tudo, e muito rápido – e muito rápido! –, porque, como disse a Senadora Ideli, a sociedade está sedenta de saber, mas a sociedade quer saber a verdade. A sociedade não quer saber se todo mundo está numa vala daqueles que são o joio; a sociedade quer saber, sim, quem é joio e quem é trigo, porque ela precisa de trigo, sim. E quem está passando por uma investigação, que presta contas à sociedade, como eu estou passando e prestando, com todos os meus sigilos de toda a minha história de vida e os da minha família quebrados: fiscal, bancário, telefônico etc., com certidão do Supremo Tribunal Federal, com certidão da Procuradoria-Geral da

República e com certidão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso... É uma vida que está totalmente em cima da mesa para quem quiser ver. E eu quero que vejam. Eu quero que todos vejam, porque eu sou trigo e não permito que me misturem com o joio. Já disse aqui algumas vezes que, se a dor que eu e minha família estamos sentindo servir para punir e tirar da vida política deste País o joio, valeu a pena. Ma eu sou trigo. Como eu dizia, não pensei que pudesse eu, sem nenhuma prova, sem nenhuma denúncia direta contra a minha pessoa e sem nenhuma prova – isso dito lá na CPMI – estar sendo condenada e exposta dessa forma ante os olhos da população. Que pelo menos fossem capazes de respeitar o direito, consagrado universalmente, do contraditório! Acabaram, no entanto, produzindo, com relação a algumas pessoas, um verdadeiro tribunal de exceção.

Quero, daqui para frente, sossegar os meus eleitores e todos aqueles que, em Mato Grosso, me conhecendo, sempre confiaram na minha pessoa. Já que a CPMI não teve tempo e, pelo jeito, nem interesse e responsabilidade para apreciar a minha defesa, tenho certeza de que na Corregedoria do Senado, na Comissão de Ética ou no que quer que seja, tudo vai ficar muito esclarecido. Os criminosos que contra mim se levantam não vão vencer, estejam certos disto. O Senador Magno Malta disse isto aqui esses dias, e eu vou repetir: a não ser que me matem. De outra forma, não me vergarei e não me vencerão!

Eu tinha até vontade de saber quantos Parlamentares, Senadora Heloísa Helena, desses que estão nessa cumbuca, aí, têm, em seus Estados, combatido permanentemente, depois de denunciados – porque antes era até possível –, todos os dias, esse tipo de crime; se alguns fizeram isso. Eu tinha vontade de saber. Porque cada vez que eu interpelo a imprensa, há alguém falando: “Ah, não achamos, não encontrei, não deu”. E eu sempre falo e sempre combato, e não vou desistir. Como já disse, não sou filha de pai assustado, não tenho medo e não me vergo. Agora, há uns que se calam quase que permanentemente.

Eu sempre estive preparada para esse tipo de batalha. E tenho certeza de que não terei um minuto de vacilação. Sou Senadora, sou candidata ao governo de Mato Grosso. Bem sei também, minha Líder, Senadora Ideli Salvatti, que por trás de toda essa armação está a sórdida tentativa de me afastar, Senadora Heloísa Helena, da disputa pelo governo do meu Estado, porque meus adversários, o que mais temem é a minha vitória nessa disputa. E, para eles, para alguns, é inadmissível. Simplesmente uma mulher, pequeninha, como eles falam. E ainda dizem mais: “Uma mulherzinha, uma mulher pequeninha, professora, mãe de quatro

filhos, querer ser governadora do Estado!” Dizem isto para mim seguidamente: “Você é muito abusada! Você é muito audaciosa!”

Aliás, eles estão muito felizes com esta situação, estão numa torcida insana. Já mandaram recado diretamente por familiares meus: “Retire a sua candidatura que acaba tudo agora!” Vêm me mandando recados há dias: “O delator nem vai mais delatar. Acabou! Retire a sua candidatura que acaba tudo”.

Não retiro. Eu sou vítima de uma armação que vem de várias bandas, não é de uma só.

Agradeço as centenas e centenas de manifestações de solidariedade que me têm sido feitas, pessoalmente, por telefone, por *e-mail*, tanto da gente de Mato Grosso, de companheiros militantes e simpatizantes do PT, como de pessoas do povo de todas as partes do Brasil. Esse é o melhor respaldo.

Para minha resistência, Senadora que preside, ao andar pelas ruas, ao andar numa feira, sou quase amassada de tantos abraços de solidariedade. E isso me alegra, e isso me conforta, e isso me faz entender que homens e mulheres de Mato Grosso me conhecem.

Para finalizar, Senadora, quero dizer que vou à luta, às últimas conseqüências. Essa é uma tentativa de condenação política, de linchamento político. Isso tem nome: é linchamento político. Mas eu tenho coragem de sobra para encarar linchamento político, pois já encarei vários, um mais difícil do que o outro – no mínimo, dois piores do que esse –, nos últimos 16 anos. E, nos últimos 16 anos, não fiquei nem um dia sem mandato. Ou seja, a cada véspera de eleição, é um bombardeio ferrenho e feroz contra a minha pessoa. E a vitória vem.

Para o Senado, na véspera, no sábado, havia sete candidatos. Numa pesquisa, eu era a quinta colocada; na outra, era a sexta colocada; e, na outra, era a sétima colocada. Também tinham me torpedeado com uma infinidade de questões tão horríveis que esta aqui parece colírio nos olhos. Passou só uma noite, de sábado para domingo, e ganhei a eleição para o Senado. Eu era a quinta numa pesquisa, a sexta em outra, e a sétima numa outra, mas se passou só uma noite e eu ganhei a eleição para o Senado. Aquela mulherzinha pequeninha, que não fez nenhum comício porque não tinha dinheiro para armar um palanque ou para contratar um som, ganhou a eleição. O povo sabe, o povo é sábio.

Com relação às medidas que vou tomar, meus advogados estão estudando todas as possíveis e imagináveis, e todas as que tiverem algum respaldo, sem exceção, serão adotadas. Chega de impunidade!

Finalizando, de verdade, Senadora, e agradecendo toda a sua paciência, invoco as palavras de Martin Luther King: “Não me preocupa a gritaria dos maus, mas sim o silêncio dos bons”. E eu disse isso aqui para reafirmar que os bons em Mato Grosso não estão em silêncio, os bons em Mato Grosso estão em gritaria, porque não aceitam o que estão fazendo com a Senadora que elegeram – aliás, a primeira mulher eleita Senadora na história de Mato Grosso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita.

V. Ex^a terá o tempo necessário para fazer seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, demais Senadores que estão ainda neste plenário, em meio a tantas matérias que temos a obrigação de ler diariamente para acompanhar as análises e o desenrolar da cobertura da imprensa brasileira, tive a oportunidade de ler um dos editoriais da **Folha de S. Paulo**, editorial intitulado “Operação Dominó”. Partindo desse editorial que tanto me chamou a atenção, quero fazer algumas reflexões e também apresentar algumas propostas.

O título “Operação Dominó” refere-se, obviamente, ao episódio lamentável, mas extremamente emblemático, ocorrido no Estado de Rondônia, onde houve, nada mais nada menos, a prisão de pessoas responsáveis por quase todos os Poderes. Foi preso o Presidente da Assembléia Legislativa; o Presidente do Tribunal de Justiça – o Vice não pôde assumir, porque também estava envolvido, também havia sido indiciado –; o Procurador de Justiça do Estado; o Chefe de Gabinete do Governador, que era Vice – já foi trocado – na chapa à reeleição do Governador Ivo Cassol. Além disso, dos 24 Deputados Estaduais que compõem a Assembléia Legislativa, há fortes indícios de envolvimento de 23.

As matérias dos últimos dias vêm mostrando o afunilamento das investigações, que, aparentemente, vão chegar ao Governador – pelo menos há alguma probabilidade de que isso aconteça.

A ementa do editorial “Operação Dominó” diz o seguinte: “Prisões na cúpula do Estado de Rondônia são evidências de penetração talvez sem precedentes do crime no poder público”. Há também uma frase que me chamou muito a atenção e que trago à reflexão de todos: ‘Duas décadas atrás, seria impensável

uma situação em que altos dignitários de um Estado fossem investigados e encarcerados. E não porque as autoridades de então não se metessem em esquemas de desvio de dinheiro público”.

Senador Eduardo Suplicy, detive-me muito atentamente nessa frase e a trouxe aqui, porque acho que ela diz muito. A população que assiste às ações e às prisões que vêm ocorrendo com muita frequência recentemente deve estar efetivamente estupefata, assombrada com o grau de corrupção que permeia a máquina pública, como qualquer um de nós está. No entanto, como o próprio editorial diz, há duas décadas essas prisões seriam impensáveis. Realmente, seria impensável há algum tempo vermos serem presos e algemados os Presidentes da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, representantes de praticamente todos os Poderes.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Isso jamais havia ocorrido na história do Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está aqui a Senadora Serys Slhessarenko corroborando o que estou dizendo. Eu nem queria usar a expressão “nunca antes”, porque isso sempre deixa algumas...

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Eu sou professora nessa área e sei que nunca houve isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Senadora Serys Slhessarenko é professora e disse que nunca houve isso. Vou utilizar a palavra da Senadora.

De qualquer forma, essa é uma situação que merece reflexão, já que o próprio editorial e todos nós sabemos que prisões assim não ocorriam, mas não era por falta de envolvimento de autoridades de alto calibre, não era pelo fato de, nos diversos Poderes, não haver autoridades envolvidas com o crime durante muito tempo. Por que isso está acontecendo? O País está assistindo, neste momento, a prisões que realmente têm como objetivo central prender quem quer que esteja comprovadamente envolvido com o crime.

Já tive oportunidade de dizer outras vezes que o mais importante nesse processo todo que estamos vivenciando é podermos modificar as estruturas. Não tenho nenhuma dúvida de que podemos diminuir e combater a corrupção, mas eliminá-la é impensável. Não consigo imaginar que possamos eliminar de vez a corrupção, mas estabelecer estruturas aparelhadas, organizadas, capacitadas para combater a corrupção é o que há de mais importante a ser feito.

O próprio editorial, um pouquinho mais à frente, diz: “(...) algumas instituições, notadamente a Polícia Federal e o Ministério Público, seja em âmbito nacional, seja nos Estados, estão agindo com maior

eficiência e independência”. Aqui, está o retrato do que, várias vezes, tive oportunidade de dizer da tribuna: o aprimoramento, a capacitação e a reestruturação das instituições que têm como tarefa combater a corrupção.

Não posso deixar de fazer o registro das ações da Polícia Federal. Já tive oportunidade de fazê-lo outras vezes, mas insisto em dizer que essas ações são realmente louváveis. Deveríamos semanalmente nos reportar, com elogios, ao trabalho que a Polícia Federal vem desenvolvendo no último período. São operações e operações com a utilização de mecanismos e de estruturas de inteligência, até mesmo deslocando policiais de uma unidade da Federação para a outra, porque, vira e mexe, aparece policial federal envolvido em crime.

Aliás, há duas ou três semanas, houve uma operação no Rio de Janeiro em que se verificou que a maior parte dos presos era composta de membros da Polícia Federal. Fazer esse saneamento, cortar na própria carne só é possível com uma reestruturação extremamente bem feita, utilizando-se de todas as artimanhas e de todos os mecanismos necessários para que a operação seja sigilosa e bem-sucedida, para que não haja contaminação, para que não haja vazamento, para que não sejam envolvidos os diretamente interessados no que está sendo investigado.

Eu não tenho o resumo das operações de 2006. Mas tenho um material que acessei no *site* da própria Polícia Federal. É impressionante! O resumo das operações da Polícia Federal nos anos de 2003 e de 2004 traz quantos foram presos, qual era o objetivo da operação, qual era a quadrilha, desde quando atuava. É muito elucidativo. É um material que até recomendo a quem tiver a oportunidade de acessar o *site*: www.dpf.gov.br/dcs/resumo e saber dessas centenas de operações.

Tenho aqui o resumo de 2003, 2004 e 2005 e peço que seja incluído nos Anais desta sessão. Dá até para ver a evolução: em 2003, não chegou a duas dezenas; em 2004, já ultrapassou a casa das cinco dezenas; em 2005, já é bem mais e, em 2006, mais ainda, embora eu não tenha aqui o resumo, infelizmente.

Escuto com muito prazer o Senador Sibá.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli, eu também li o editorial da **Folha de S.Paulo**. Eu o achei interessante. Por incrível que pareça, eu iria fazer alguns comentários sobre ele, mas já que V. Ex^a puxou o assunto, vou fazê-lo em aparte. Eu presidi aquela comissão externa que tratou do caso de Rondônia. Quando estivemos por lá, todo o nosso trabalho se centrou no que dizia respeito à Assembléia Legislativa. Nós encontramos uma situ-

ação tão ambígua, tão diferente das demais que não tinha, digamos assim, um receituário jurídico para dirimir aquele problema porque em relação a 23 dos 24 Deputados havia provas cabais de envolvimento naquelas denúncias todas. A única coisa que nos sobrou – para o Senador Demóstenes Torres, que era o Relator, e eu mesmo – foi apresentar para o Tribunal de Justiça de Rondônia o seguinte encaminhamento: que o único Deputado que não estava citado faria uma representação contra seus 23 colegas. Com essa representação, o Tribunal de Justiça deveria suspender o mandato dos 23 Deputados para que os suplentes assumissem. Somente depois disso, poder-se-ia cassar, trocar o Presidente e assim por diante. Só que fizemos toda essa parte e, em seguida, o Tribunal nem sequer nos deu um sinal de que tomaria qualquer providência. Eu saí dali, o Senador Demóstenes Torres também e, nas conversas com o Superintendente da Polícia Federal, parecia que havia no ar uma desconfiança com relação a pessoas do Tribunal de Justiça. Nós não podíamos tratar daquilo; não tínhamos tempo para aquilo, nosso foco era outro. Mas saímos dali com uma forte desconfiança. Nossa desconfiança não chegava ao Presidente, mas chegava, no máximo, ao Corregedor. A Polícia Federal já fazia uma investigação sem que soubéssemos – e V. Ex^a cita muito bem que a Polícia Federal está trabalhando com rigor de sigilo e que ninguém toma conhecimento prévio do que está acontecendo para evitar que vaze informação –, e quase um ano depois está aí a prisão do Presidente do Tribunal de Justiça. A prisão do Presidente da Assembléia todos já esperávamos, mas a dele, não! O atual candidato a vice – que, me parece, já renunciou à candidatura – era chefe do Gabinete Civil. Ali tínhamos situações que envolviam o Poder Executivo, o Poder Legislativo e, agora, para nossa surpresa, o Poder Judiciário. Então, é uma situação atípica aquela de Rondônia. Merece uma ajuda de todos aquele povo tão lutador, tão bravamente lutador, o povo de Rondônia. Mas no editorial da **Folha de S.Paulo** e no pronunciamento de V. Ex^a, o *supra-sumo* do que se está dizendo é que a Polícia Federal merece um voto de aplauso de todos nós porque tem trabalhado sem olhar a procedência, sem olhar a identidade da pessoa, sem olhar absolutamente nada. Tem investigado todos os casos e todos os envolvidos. Imputa responsabilidades, faz prisões e tudo o mais já ocorrido. Portanto, resta-me fazer este voto de aplauso à Polícia Federal e parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento desta tarde.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Sibá.

A Polícia Federal obviamente sempre foi uma Polícia que prestou grandes serviços à Nação brasileira, mas é inegável a modificação significativa do resultado do trabalho.

O resumo das ações de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 mostram diferenças significativas. Era a mesma Polícia, mas muito diferente, o que nos dá a clareza de que há uma decisão política, há uma determinação, há uma, digamos, ordem de Governo para que a atuação seja nesses termos, nesses parâmetros, com uma eficiência republicana, doa a quem doer, até as últimas conseqüências, de forma competente, responsável, profissional. Os números estão aqui. Em 2001 e 2002 foram realizadas 20 operações com a prisão de 54 pessoas, numa média de 27 prisões resultantes dessas operações especiais da Polícia Federal. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a Polícia Federal realizou 183 operações com 2.961 prisões, uma média, portanto, de 987 presos por ano. A média foi, nada mais nada menos, de 27 para 987 presos por ano. Aqui ainda não estão contabilizadas as numerosas ações de 2006. Estamos acompanhando todo dia. Nessas operações, houve desmonte de quadrilhas de lavagem de dinheiro, de contrabando, de sonegação.

Boa parte dessas operações foi vinculada, houve tráfico de pessoas, prostituição, mas houve, na área específica de combate à corrupção, nos anos de 2003, 2004 e 2005, 1.300 pessoas presas, entre elas 515 servidores públicos; da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal foram 130 agentes. Essa é uma demonstração inequívoca de que, se tiver que prender membro da própria corporação, ele será preso, seja quem for.

Outra mudança significativa, em termos de reestruturação do combate permanente à corrupção, ocorre na Controladoria-Geral da União, que foi profundamente modificada do Governo passado para este. Ela tem outro papel, tem outra estrutura, teve incorporação de volume significativo de servidores especializados em auditoria, em pesquisa e análise de contas e denúncias. O que houve de inovador foi o sorteio – o tão temido sorteio que se faz todo mês – entre prefeituras que vão sofrer a tal auditoria pente fino. Foi exatamente em decorrência desse sorteio que apareceu o escândalo das sanguessugas. Foi daí que apareceu esse escândalo; ele não veio de outro lugar. Ali se descobriu que havia incidência, reincidência, evidência de fraude nas licitações. A Controladoria alertou a Polícia Federal. Foram feitas escutas. O Ministério Público também participou. Ainda estamos obtendo resultados. Na sessão de hoje, o Deputado Fontana apresentou um documento que é fruto desses sorteios. Ou seja, trata-se de mais um ofício de uma empresa,

uma espécie de uma circular de uma empresa oferecendo serviços na área das famosas ambulâncias, uma empresa que não é nenhuma daquelas que apareceu nas investigações até agora.

No ofício dessa empresa aos prefeitos, oferecendo préstimos e serviços, é dado como referência nada mais nada menos do que o gabinete de um deputado aqui na Câmara.

Então, não vai parar. O sorteio da Controladoria-Geral da União continua produzindo bastante trabalho para a CPI poder aprofundar.

O último parágrafo trecho do Editorial da **Folha de S. Paulo** fala da necessidade – eu gostaria de dispor de mais tempo para falar sobre isso – de acabar com a impunidade do crime do colarinho branco e diz que intocáveis de ontem hoje são objeto de investigação e há possibilidade de alguns serem detidos. Nós não conseguimos equacionar o julgamento, a condenação e, o mais importante, que cumpram a pena.

Sobre a questão do julgamento, da condenação e do cumprimento da pena, é que eu gostaria de me deter na parte final do meu discurso, porque gostaria de chamar a atenção para duas situações. A primeira delas é a de que as pessoas podem se enganar no sentido de que as condutas ilícitas, em prejuízo do poder público e, por conseqüência, da população em geral, são apanágio desse ou daquele governo, atributo dessa ou daquela agremiação partidária.

Em verdade, o que se percebe é a disseminação em larga escala de comportamentos típicos, censuráveis e que têm por resultado a lesão à coisa pública e aos interesses da grande maioria da população.

Sob os tradicionais epítetos, chavões daquele tipo “dar um jeitinho”, “por fora”, “lei de Gérson”, “sem nota”, “rouba mas faz”, dá para listarmos uma série de pequenas frases e expressões que amplos segmentos sociais dão mostra de aceitar com naturalidade uma cultura de desprezo a fundamentos republicanos.

A ausência de ética na política ou, melhor dizendo, da política é mero desdobramento ou reflexo de posturas censuráveis que se identificam no seio da própria sociedade. A ética não é problema de parlamentar, de presidente, de governador e de prefeito, nem de desembargador, nem ministro do Judiciário; é um problema que está colocado, infiltrado, implantado na cultura e no seio da própria sociedade brasileira. É muito importante sempre registrarmos isso.

A tendência de qualquer um, especialmente de agentes públicos que buscam pautar-se de forma ilibada, é desanimar. Muita gente muitas vezes desanima. Sou daquelas que se recusa a baixar armas. Essa é uma cruzada, um trabalho, uma tarefa muito importante no que diz respeito aos que ousam

acreditar – e são muitos – a despeito da canção do Skank, que diz num certo trecho que nossa indignação não é uma mosca sem asas que não ultrapassa a janela de nossas casas”. Apesar, muitas vezes, do aprisionamento da indignação das pessoas, é preciso ter coragem de dizer onde está o famoso “xis” da questão. Em primeiro lugar, urge que se avance em reformas institucionais, que suplantem de vez um sistema político que se alimenta de favores, numa via de mão dupla, tornada famosa em tristes trechos da oração de São Francisco de Assis.

Porque não há vontade política, muitas vezes nós não avançamos. Por exemplo, por que não se vota de uma vez a substituição de um modelo de financiamento de campanha, lastreado em contribuições empresariais, e que já foi aprovado pelo Senado da República? Por que isso não avança?

Democracia se faz com cidadãos, e não com “a força da grana, que ergue e destrói coisas belas”, como já disse o Caetano. Igualmente está passando da hora de lançar a pá de cal no sistema eleitoral proporcional de lista aberta, que faz do eleito em pleitos não majoritários o dono do seu mandato, devendo satisfação por seus atos apenas àqueles que financiaram a sua campanha. A manifestação mais cristalina desse problema é a prevalência do individualismo parlamentar na tarefa de elaboração do Orçamento. Aqui também é preciso dizer que o Senado Federal, inspirado em sugestão do Senador Roberto Requião, à época, já aprovou um novo modelo, mediante aproveitamento da legislação belga que, de forma bastante adequada, combinada a disciplina partidária com a autonomia do eleitor na escolha do seu representante. Não se compreendem as razões da omissão, ao longo de toda esta legislatura, para que se apreciasse essa proposição do Senado Federal. Quanto às urgentes reformas – regimentais e legais – na forma de elaboração das normas orçamentárias, lamentavelmente essa é uma ferida aberta, supurada, não se visualizando no horizonte perspectivas de mudança a curto prazo.

Em segundo lugar, é preciso encarar de frente o problema da impunidade. E, aí, é que vem – eu acho – a questão mais delicada que eu quero tratar, aqui, no final do meu discurso. São notórios os avanços obtidos, nos últimos tempos, pelos órgãos de investigação policial, notadamente na apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas, e, também, a nível de Governo, a nível das prefeituras. O Ministério Público tem cumprido as suas funções institucionais de promoção da ação penal pública, às vezes até com alguma precipitação e outras com al-

gum exagero, mas nada que não possa ser corrigido pela correta prestação jurisdicional e observância das garantias fundamentais de ampla defesa do contraditório ou do devido processo legal.

Mas é preciso enfatizar que esses delitos contra a Administração Pública são, via de regra, punidos com penas mais elevadas, sujeitando-se os condenados, inicialmente, ao regime fechado de restrição de liberdade por ocasião do cumprimento da pena. E não poderia ser diferente porque atentar, cometer crime contra o interesse público, o dinheiro público, a Administração Pública é, no meu ponto de vista, um dos crimes mais absurdos que, efetivamente, precisa ser punido com muito rigor porque é o crime que se comete contra o interesse de todos, contra o interesse da maioria em prejuízo do atendimento das reivindicações da maioria da população. O dinheiro desviado na Administração Pública prejudica o interesse da maioria, porque o Estado tem como objetivo central – e não pode ser diferente – atender às necessidades fundamentais, prioritárias da população e, principalmente, da população que mais necessita das ações do Estado. Portanto, este tipo de crime contra dinheiro público, Administração Pública, não pode deixar de ter penas elevadas, regime fechado de restrição de liberdade na hora de cumprimento da pena.

Por conta exatamente de ter penas elevadas o nosso Código de Processo Penal estabelece que, nesses casos, o processo e julgamento devam seguir um rito ordinário, moroso, com múltiplos recursos, levando, na maioria das vezes, à ocorrência da chamada prescrição da pretensão punitiva intercorrente. Isto é, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença.

Portanto, é correto ter a pena rígida, a pena elevada, a restrição de liberdade, mas exatamente por ter esse tipo de pena o crime contra a Administração Pública, contra o dinheiro público, é o processo dos mais longos que existem – e pasmem! – leva tanto tempo que, na maioria das vezes, há prescrição. E, portanto, aquilo que deveria ser a punição exemplar, a punição para evitar que outros tenham a tentação permanente de ficar cometendo crimes contra o dinheiro público, contra a Administração Pública, acaba sendo um salvo-conduto.

Por isso, que eu tenho o entendimento de que somente a adoção de uma legislação especial que considere para efeito de procedimento a ser observado no que diz respeito à celeridade da prestação jurisdicional, não a gravidade da pena, mas a proeminência do interesse público, pode mudar esse estado de coisas e reverter o grau de impunidade a que assistimos em episódios dessa natureza, trazidos ao conhecimento público, desde sempre, **ad nauseam**.

Uma solução que se poderia pensar é a de redução das penas para esses crimes, o que, em consequência, implicaria um rito mais sumário. Eu, sinceramente, acho que essa não é a solução mais adequada. Pelo contrário. Para andar mais rápido, diminuam-se as penas? Resolve-se o problema da premiação de não ser condenado porque leva tanto tempo o rito por apenas uma pena mais leve. Entendo, nessa seara, que as finalidades retributiva e preventiva da pena se realcem, como função pedagógica para todos.

Talvez fosse o caso de se pensar, por exemplo, na ampliação do princípio da oralidade, já contemplado na Lei nº 9.099, de 1995, o que imprimiria maior dinamismo aos feitos. O sistema judiciário brasileiro tem muito pouco de aplicação do princípio da oralidade e se baseia naqueles processos morosos: pilhas e pilhas e pilhas de papéis, recursos, documentos que são anexados permanentemente e fazem com que o processo todo demore até o ponto de prescrever. Portanto, creio que o princípio da oralidade, que a Lei nº 9.099, de 1995, contemplou em alguns casos especiais, talvez possa ser adotado nos crimes contra recursos públicos e contra a administração pública.

Entendo que as comissões – tivemos já alguns debates e até a aprovação de algumas matérias –, principalmente as Comissões de Justiça da Câmara e do Senado, talvez devessem se debruçar sobre matérias relativas ao Direito Processual e Penal, para levar a efeito um amplo exame dessa questão, com auxílio de estudiosos da temática das nossas academias de Direito, das escolas de magistratura do Ministério Público, do Ministério da Justiça, sem prejuízo de contribuições de organizações não-governamentais que se dedicam ao problema.

Eu gostaria de saber se o Senador Suplicy está solicitando um aparte, para eu poder, depois, fazer o encerramento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a mencionou em sua análise a importância de o Congresso Nacional concluir a votação de inúmeros itens da reforma política, alguns dos quais foram objeto de votações já pelo Senado Federal, inclusive o financiamento público de campanha e a fidelidade partidária. E V. Ex^a mencionou a votação em lista, levando em conta uma proposta baseada no sistema belga, que aqui foi de iniciativa do Senador Roberto Requião, e outros itens. Andei pensando, Senadora Ideli Salvatti, a respeito da reflexão que fez o Presidente Lula ainda há poucos dias sobre a reforma política, inclusive em diálogo com membros da OAB. Seria interessante que, sobretudo nesta campanha presidencial, na medida em que ele e até os demais candidatos a Presidente, como a própria

Senadora Heloísa Helena, são favoráveis a itens tais como o financiamento público de campanha, à questão relativa à fidelidade partidária e diversos outros itens, conclamassem a opinião pública a influenciar os Deputados Federais e Senadores a concluírem a votação da reforma política. Se assim o fizessem, tenho a intuição de que, muito provavelmente, ainda no período de outubro a dezembro, portanto, nesta legislatura, poderíamos realizar um esforço para concluir a votação dessa reforma tão almejada, que viria corrigir uma série de problemas que temos percebido no comportamento do Congresso Nacional, sobretudo, nesta legislatura, que vem sendo objeto de uma avaliação crítica profunda por parte de tantas pessoas. Hoje será a vez do Presidente Lula ser entrevistado por Fátima Bernardes e William Bonner, no Jornal Nacional. Tenho a convicção de que esse assunto naturalmente virá à baila. Quem sabe possa o Presidente da República reforçar a defesa dos itens de reforma política que considera os mais importantes, pois acredito que a sua palavra interagindo com a dos demais candidatos a Presidente pode estimular o Congresso Nacional a completar, brevemente, a votação que V. Ex^a mesmo está cobrando de nós mesmos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy. Quando da conversa do Presidente com os juristas, em que estiveram vários ex-presidentes da OAB e da qual saiu a questão da reforma política tão necessária, ocasião em que se aventou a hipótese da instalação de uma constituinte exclusiva para tratar da reforma política, acabou saindo essa determinação mesmo, que é um clamor. Aquela reunião acabou verbalizando, tornando explícito um clamor que é de todos.

Seja exclusiva, seja o Congresso, seja este, seja o próximo, a reforma política é algo absolutamente emergencial. Tem de ser feita, para que possamos eliminar os focos e as formas que facilitam, que permitem que tenhamos situações como a de Rondônia, porque sabemos que a prisão naquele Estado de praticamente todos os responsáveis pelos Poderes não é uma situação isolada.

Temos, com certeza, ao longo da história, em outros espaços e em outros tempos, situações muito semelhantes a essa. Aí se prende; mas se não for eliminada a estrutura que permite que aquilo aconteça... E só vamos poder fazer isso efetuando a reforma política. Acho que isso é o fundamental do que saiu do debate da semana passada. É tarefa de todos nós encontrar a forma, o meio de fazê-lo o mais rapidamente possível.

Há também essa outra discussão, Senador Eduardo Suplicy, que estou trazendo junto com a da reforma

política, que é a da impunidade. Se não mexermos no processo judicial para que seja rapidamente processado, julgado e punido quem tem responsabilidade em desviar dinheiro público, quem tem responsabilidade comprovada em ter cometido crime contra a Administração Pública, não haverá perspectiva – pelo menos, não consigo ver – de mudança substancial no quadro político-administrativo do Brasil.

Por isso que, nessa gravíssima questão da celeridade da prestação jurisdicional, de forma muito especial nos processos envolvendo crimes contra a Administração Pública, é sempre bom recordar que a própria Reforma do Judiciário, aprovada pelo Congresso Nacional em 2004 – que foi um trabalho também desta Legislatura do Senado da República –, consagrou como direito fundamental o princípio da razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Portanto, quando aprovamos a Reforma do Judiciário, já apontamos que deveríamos dar continuidade para que a duração do processo fosse razoável e garantisse a celeridade da tramitação.

Quem não deve não teme. Os acusados de crime contra a Administração Pública deveriam ter – se não têm, deveriam – assegurado o processo de tramitação célere, até mesmo para que possam exibir para a sociedade o atestado definitivo de sua inocência e não serem, reiteradas vezes, como acontece sempre que chega a campanha eleitoral, ressuscitados todos os processos, “porque já foi processado por isso, foi processado por aquilo”. Aí vem a resposta: “Mas ainda não está transitado, ainda não está julgado”. É do interesse do bom administrador, do homem público, da pessoa pública que sofre uma acusação e não tem culpa que também saia rápido o processo.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Apenas sobre a reforma política, Senadora. Ouvi aqui um debate muito forte em razão de o Presidente Lula ter falado da necessidade de se fazer uma Constituinte com fins específicos para a reforma política. Não quero aqui discutir as razões de o Presidente ter dito isso ou não. O que me leva a apartear a ela é o fato de saber em que contexto vamos fazer essa reforma, porque, com certeza, isso vai modificar substancialmente a forma de eleger o Congresso que temos hoje. E aí a primeira pergunta que se faz: o Congresso de hoje votaria essas medidas? Porque temos uma série de problemas que, no meu entendimento, não passam com tranquilidade. A segunda: estariam os Presidentes das duas Casas, então, juntando todas as matérias que tramitam para fazer – digamos – uma apreciação coletiva, seja ela de matéria constitucional ou infraconstitucional? Como faríamos? Considero um avanço a tal da

mini-reforma; já foi um grande passo. Mas há muito o que se debater, como a fidelidade partidária; a história do financiamento das campanhas eleitorais, que é o motivo da mini-reforma; o problema da cláusula de barreira e tantas outras questões que estão para ser analisadas pelo Congresso Nacional. E como resolvê-las? Tenho medo de que, se formos analisar uma por uma, estudar caso a caso, não cheguemos muito longe. Não sei se devemos adotar a idéia de uma assembléia constituinte específica, mas também devo dizer que não acredito que poderemos votar todas as matérias que estão nas duas Casas em tempo hábil, de acordo com os anseios de todos nós, que estamos preocupados com a questão. A reforma é interessante, mas é preciso haver um acordo sobre procedimento, sobre como ela deve ser votada. Rogo aos Presidentes Renan Calheiros e Aldo Rebelo que digam quais são as matérias ou que façam um acordo de líderes a fim de que, em certo prazo, possamos apreciar todas em caráter de emergência, para que o Brasil inteiro possa, no início do ano, ter uma nova matriz, saber como serão, a partir de então, os novos pleitos eleitorais. Esse ponto carece de melhor esclarecimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Para colaborar com suas palavras, antes de encerrar meu discurso, quero dizer que, se fosse fácil e simples votar a reforma política, o atual Congresso ou os que antecederam o atual já o teriam feito, até porque, aqui no Senado, nós a votamos, se não me falha a memória, em 2003 – talvez até antes. Ou melhor, em 2003, votamos a reforma tributária. A reforma política foi votada na legislatura anterior. Portanto, imaginar que sem haver algo que pressione, que insista, que dê um jeito de fazer com que a reforma política aconteça... Por isso, penso que a idéia da exclusiva não deve ser descartada, apesar da grande reação a ela. É uma hipótese. E tive a oportunidade de fazer um registro do Fábio Konder Comparato, que tem um posicionamento favorável. Trata-se de um debate interessante para continuarmos. E, enquanto isso, a tramitação dos processos judiciais com relação a crimes contra dinheiro público, contra Administração Pública, volto a dizer, entendo que isso é tão relevante quanto a reforma política.

Por isso estou trazendo o assunto nesta quinta-feira, num dia em que tivemos a apresentação do relatório parcial, com alguma celeuma, da CPI dos Sanguessugas, das ambulâncias, não sei direito como está sendo denominada. Mas, quando se apresenta aquele resultado, a primeira pergunta que todos os mortais fazem é: depois de comprovada a culpa efetiva, qual vai ser a punição, como vai ser a punição? E, portanto,

ter uma celeridade nos processos judiciais para que eles não se arrastem a ponto de prescreverem, o que acontece na grande maioria dos casos, infelizmente, quando se trata de crimes contra a Administração Pública, dinheiro público, infelizmente é muito comum prescrever. Por isso entendemos que as brechas da legislação não podem continuar servindo para aquilo que se chama, no jargão judicial, das famosas *chicanas*, por aqueles que devem pagar pelas coisas erradas que fizeram, especialmente em detrimento do interesse público.

Era isso o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Solicito que o meu pronunciamento seja publicado na íntegra, como também o resumo das operações da Polícia Federal nos anos 2003, 2004 e 2005, no combate à corrupção e ao crime organizado que vindo sendo desenvolvido o País, pois esse documento é extremamente elucidativo.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SENADORA IDELI SALVATTI.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores:

Assomo à tribuna, na tarde de hoje, para tratar, uma vez mais, do problema da corrupção e de outras práticas ilícitas – e nefastas – contra a Administração Pública.

Não tratarei dessa questão como ponto de disputa política; o que está em jogo, nesta hora, é a capacidade dos Poderes Públicos de, efetivamente, unir e manter unidos os seus cidadãos, sob a égide do Estado Democrático de Direito. Isso diz respeito a todas as forças políticas que, dispensados os arroubos de hipocrisia, se dispõem a envidar esforços, no sentido de corrigir graves distorções que podem nos levar à anomia, isto é, à absoluta ineficácia das leis, na sua aplicação, e à anarquia, ou seja, a desconstituição da legitimidade dos governantes e das instituições de representação democrática e imposição da vontade da lei.

Enganam-se os que pensam que condutas ilícitas, em prejuízo do Poder Público e, por consequência, da população em geral, são apanágio desse ou daquele governo; atributo desse ou daquela agremiação partidária. Em verdade, o que se percebe é a disseminação, em larga escala, de comportamentos típicos censuráveis e que têm por resultado a lesão à coisa pública e aos interesses da grande maioria da população.

Sob epítetos como: “dar um jeitinho”, “por fora”, “lei de Gérson”, “sem nota” ou “rouba, mas faz”, amplos segmentos sociais dão mostra de aceitar, com

naturalidade, uma cultura de desprezo a fundamentos republicanos. A ausência de ética na política, ou, melhor dizendo, da política, é mero desdobramento ou reflexo de posturas censuráveis, que se identificam no seio da própria sociedade.

Ante tal quadro, a tendência de qualquer um, especialmente de agentes públicos que buscam pautar-se de forma ilibada, manter-se impolutos, é desanimar. São tomados por aquele estado de esmorecimento, tão bem descrito por Rui Barbosa: “de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Apesar de tudo, Senhor Presidente, recuso-me a baixar armas.

Essa é uma cruzada que diz respeito aos que ainda ousam acreditar, a despeito da canção do Skank, que nossa indignação não é uma mosca sem asas, [que] não ultrapassa a janela de nossas casas”.

É preciso ter coragem e dizer onde está o busílis da questão.

Em primeiro lugar, urge que se avance em reformas institucionais que suplantem, de vez, um sistema político que se alimenta de favores, numa via de mão dupla, tomada famosa em triste paráfrase da oração de São Francisco de Assis.

Por que não há vontade política, no âmbito da Câmara dos Deputados, para se votar a substituição de um modelo de financiamento de campanhas, lastreado em contribuições empresariais, e que já foi aprovado pelo Senado Federal?

Democracia se faz com cidadãos e não com “a força da grana que ergue e destrói coisas belas”, como já disse Caetano. Igualmente, já está passando a hora de lançar a pá de cal no sistema eleitoral proporcional de lista aberta, que faz do eleito em pleitos não majoritários o dono de seu mandato, devendo satisfação por seus atos apenas àqueles que sustentaram a sua campanha. A manifestação mais cristalina desse problema é a prevalência do individualismo parlamentar na tarefa de elaboração do orçamento.

Aqui, também, é preciso dizer que o Senado Federal, inspirado em sugestão do então Senador Roberto Requião, já aprovou um novo modelo, mediante aproveitamento da legislação belga, que, de forma bastante adequada, combinada a disciplina partidária com a autonomia do eleitor, na escolha de seu representante. Não se compreendem as razões da omissão, ao longo de toda esta legislatura, para que se apreciasse essa proposição do Senado Federal. Quanto às urgentes reformas – regimentais e legais

– na forma de elaboração das normas orçamentárias, lamentavelmente, essa é uma ferida aberta, supurada, não se visualizando no horizonte perspectivas de mudança a curto prazo.

Em segundo lugar, Senhoras e Senhores Senadores, é preciso encarar de frente o problema da impunidade. São notórios os avanços obtidos, nos últimos tempos, pelos órgãos de investigação policial, notadamente na apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas. O Ministério Público tem cumprido suas funções institucionais de promoção da ação penal pública. Às vezes, até com alguma precipitação ou excesso! Mas nada que não possa ser corrigido, pela correta prestação jurisdicional e observância das garantias fundamentais da ampla defesa, do contraditório ou do devido processo legal.

Mas, Senhor Presidente, é preciso enfatizar que esses delitos contra a Administração Pública são, via de regra, punidos com penas mais elevadas, sujeitando-se os condenados, inicialmente, ao regime fechado de restrição de liberdade, por ocasião do cumprimento da pena.

Em face disso, o nosso Código de Processo Penal estabelece que, nesses casos, o processo e julgamento devam seguir um rito ordinário, moroso, com múltiplos recursos, levando, na maioria das vezes, à ocorrência da chamada “prescrição da pretensão punitiva intercorrente”, isto é, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença. Somente a adoção de uma legislação especial que considere, para efeito de procedimento a ser observado – no que diz respeito à celeridade da prestação jurisdicional – não a gravidade da pena, mas a proeminência do interesse público, pode mudar esse estado de coisas e reverter o grau de impunidade a que assistimos em episódios dessa natureza, trazidos ao conhecimento público, desde sempre, **ad nauseam**.

Uma solução que se poderia pensar é a de redução das penas para esses crimes o que, em consequência, implicaria um rito mais sumário. Sinceramente, essa não me parece a solução mais adequada. Estamos, nessa seara, que as finalidades retributiva e preventiva da pena se realcem, como função pedagógica para todos.

Talvez fosse o caso de se pensar, por exemplo, na ampliação do princípio da oralidade, já contemplado na Lei nº 9.099, de 1995, o que imprimiria maior dinamismo aos feitos.

Devemos mobilizar as comissões das duas Casas que tratam de matérias relativas ao direito penal e processual para levar a efeito um amplo exame dessa

questão, com o auxílio de estudiosos da temática nas academias de Direito, nas escolas de Magistratura e do Ministério Público, no Ministério da Justiça, sem prejuízo de contribuições de organizações não-governamentais que se dedicam ao problema.

De igual modo, é preciso reconhecer que a decisão do Supremo Tribunal Federal de, ultimamente, manter a revogação da Súmula nº 394, segundo a qual “cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício”, pode favorecer a aplicação de prescrição da pretensão punitiva intercorrente, conforme denunciamos aqui. E que, com a concentração de jurisdição, nos termos da antiga Súmula nº 394, tinha-se uma concentração de prestação jurisdicional, em nível de tribunais, que, indubitavelmente, acelerava o desfecho processual.

É certo que a declaração de inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 84 do Código de Processo Penal, que foram inseridos pelo art. 1º da Lei nº 10.628/2002, lastreou-se em princípios republicanos como a igualdade de todos perante a lei e o juízo natural. É bom lembrar, inclusive, que a Lei nº 10.628/2002 surgiu, no Congresso Nacional, por iniciativa do Deputado Bonifácio Andrada (PSDB – MG) como movimento reativo à revogação da Súmula nº 394.

Porém, urge se considere a gravíssima questão da celeridade da prestação jurisdicional, mormente nos processos envolvendo crimes contra a Administração Pública. É bom recordar, inclusive, que a Reforma do Judiciário, aprovada pelo Congresso Nacional em 2004, consagrou como direito fundamental o princípio da “razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Quem não deve, não teme. Aos acusados de crimes contra a Administração Pública deve também ser assegurado um processo de tramitação célere, até mesmo para que possam exibir à sociedade o atestado definitivo da sua inocência. O que não se admite é que as brechas da legislação sirvam para o uso de chicanas por aqueles que devem pagar pelas coisas erradas que fizeram, especialmente em detrimento do interesse público.

Era o que eu tinha a dizer! Muito Obrigada!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

RESUMO DE OPERAÇÕES - DPF 2003/2004*

Operações 2003	Operações 2004
<p>ÁGUIA SUCURI NICOTINA II PLANADOR TRÂNSITO LIVRE PRAGA DO EGITO CAVALO DE TRÓIA ANACONDA CONCHA BRANCA SETEMBRO NEGRO DRAKE GARÇA TEMPESTADE NO OESTE MEDUSA PAZ NO CAMPO LINCE</p>	<p>FELIZ ANO VELHO ZAQUEU FRAUDE ZERO SORO PANDORA MATUSALÉM MAMORÉ BARRILHA PINDORAMA OPERAÇÃO VAMPIRO ROSA DOS VENTOS SHOGUN TAMAR OPERAÇÃO LINCE II PENSACOLA CASO UNAÍ ORCRIM ESA ZUMBI ALBATROZ FAROL DA COLINA CAVALO DE TRÓIA II PARDAL MUCURIBE CHACAL POROROCA CAPELA POEIRA NO ASFALTO CATARATAS MIDAS CATUABA FARAÓ ÁGUIA II OPERAÇÃO S.J. DOS CAMPOS MASCATES PERSEU SENTINELA CASTELO FAROESTE MAR AZUL CAVALO DE AÇO SAIA JUSTA FÊNIX</p>

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

- em: 04 de

*Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Estatística de presos 2003/2004

Operações 2003

ÁGUIA

Prisão de policiais civis envolvidos com o tráfico internacional de entorpecentes no estado do Amazonas. A Polícia Federal prendeu 36 pessoas nas cidades de Manaus e Tabatinga. A operação ocorreu em 13 de junho.

SUCURI

Repressão a crimes praticados por servidores públicos federais e outros que atuavam na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. Os 39 presos recebiam propina para facilitar a passagem de mercadorias estrangeiras. A operação aconteceu em 07 de dezembro.

NICOTINA II

Operação de repressão ao contrabando e descaminho de mercadorias, especialmente cigarros. Durante esta operação ocorreu a prisão do assessor da Corregedoria da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, delegado Alexandre Morato Crenite, além de Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, tido como o maior contrabandista de cigarros do país. Realizada em 03 de setembro.

PLANADOR

Operação de combate a organização criminosa com ramificações em São Paulo e Amazonas, que agia no tráfico internacional de drogas, extorsão, roubo, receptação, adulteração de veículos e formação de quadrilha, contando com a participação de policiais civis, magistrados estaduais e advogados. Doze policiais federais foram presos e mais três funcionários da PF no Rio de Janeiro em 06.08. Outras 9 pessoas também tiveram prisão preventiva decretada. 24 presos ao todo.

TRÂNSITO LIVRE

A Operação "Trânsito livre" foi realizada no dia 09 de dezembro de 2003 contra o crime organizado em Foz do Iguaçu. Duzentos policiais federais de vários estados (RS/ SC/ MG/ GO/ RJ/ DF e outros) prenderam dezenas de pessoas envolvidas com tráfico de drogas e contrabando, entre elas policiais rodoviários. Esta é a maior operação do gênero na região. As investigações provaram que pessoas conhecidas como "batedores" levavam dinheiro dos ônibus, carregados de contrabando, para policiais rodoviários. Os policiais deixavam o veículo passar com as mercadorias ilícitas, recebendo uma quantia em dinheiro que variava entre R\$ 250 e R\$ 500 por ônibus.

PRAGA DO EGITO (conhecida como Operação Gafanhoto)

O ex-governador do estado de Roraima, Neudo Campos, foi preso pela Polícia Federal no dia 26 de novembro de 2003 em Brasília. A prisão do ex-governador faz parte da operação denominada "Praga no Egito", deflagrada em quatro estados do país e que prendeu 53 pessoas. A operação, fruto de mais de três meses de investigação da Polícia Federal, teve como objetivo a prisão de pessoas que promoviam desvio de dinheiro público no estado.

CAVALO DE TRÓIA

Operação foi realizada no dia 5 de novembro de 2003 nos Estados do Pará, Goiás, Maranhão e Piauí, envolvendo um efetivo de 205 policiais federais com o objetivo de prender uma quadrilha especializada em cometer crimes pela internet, contra bancos e clientes. Culminou com a descoberta de "hackers" que criaram sites e programas de computador capazes de capturar senhas e outras informações pessoais dos clientes que movimentavam as contas a partir da internet. Esta investigação resultou na expedição de 33 mandados de busca e apreensão e outros de prisão, resultando em 27 pessoas presas.

ANACONDA

A operação "Anaconda" teve início no dia 30 de outubro de 2003 em São Paulo e Maceió. O objetivo da operação é o desmantelamento de uma organização criminosa que atuava em São Paulo, com ramificações nos estados do Pará, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Na operação foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e oito pessoas foram presas, por determinação do Tribunal Regional Federal, com sede em São Paulo. Dois delegados da PF foram presos, um deles aposentado, um agente da PF, a esposa de um juiz federal e quatro empresários. Todo o material de provas reunido durante a investigação possibilitou que o MP oferecesse denúncia criminal em relação aos integrantes da organização pelos crimes de formação de quadrilha, prevaricação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, facilitação ao contrabando, lavagem

de dinheiro e concussão. Os membros da quadrilha atuavam na intermediação de sentenças judiciais favoráveis.

CONCHA BRANCA

A operação "Concha Branca" teve início no dia 15 de setembro de 2003 no município de Macaé. A operação desencadeada pela Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro teve como objetivo a repressão ao tráfico de entorpecentes no estado. Foram realizadas buscas na Av. do Contorno, bairro da Passagem, Cabo Frio (RJ); na Rua José Pinto de Macedo e Rua Cediel Gonçalves Marinho, ambas no bairro da Prainha, em Arraial do Cabo. Durante a operação, o traficante Cristiano Martins Duarte, vulgo "Rato", foi preso no município de Juiz de Fora (MG).

SETEMBRO NEGRO

No dia 18 de setembro de 2003, após oito meses de investigação, a operação "Setembro Negro", de combate ao contrabando de madeiras em Rondônia, resultou na prisão de 13 pessoas envolvidas com crimes de falsidade ideológica, concussão, formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e inserção de dados falsos em sistema de informação.

DRAKE

O Departamento de Polícia Federal lançou no dia 02 de setembro de 2003 uma série de ações de combate aos crimes contra a natureza e o patrimônio histórico. Entre elas, foi criada uma campanha contra o tráfico de animais e um cartaz bem-humorado, desenhado pelo cartunista Ziraldo. O D.P.F. inaugurou ainda, no Distrito Federal, a primeira das 27 novas delegacias especializadas em meio ambiente e patrimônio histórico. Ao mesmo tempo, os federais iniciaram uma operação (Drake II), em todo o país, para combater a biopirataria. O objetivo do projeto Drake é combater o tráfico internacional de espécies silvestres da fauna e da flora e sua variância: a Biopirataria. As 27 novas delegacias contarão com policiais especializados nesta tarefa de bloquear o furto de nossa biodiversidade e materiais genéticos.

GARÇA

A "Operação Garça" prendeu no dia 28 de agosto de 2003 cinco pessoas acusadas pelo derrame de aproximadamente 20 mil reais, em notas de cinco reais falsas, na Grande Vitória. Foram apreendidas 1.767 cédulas de R\$ 5,00 falsas, 13 cédulas de R\$ 50,00 falsas, espelhos para falsificar tickets de alimentação, telefones celulares e documentos falsos.

TEMPESTADE NO OESTE

A Operação Tempestade no Oeste foi realizada no dia 29 de outubro de 2003 pela Polícia Federal em Jales/SP. A ação envolveu três estados: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, contando com a colaboração de policiais das Delegacias em Araçatuba, Bauru, Marília, Araraquara, Presidente Prudente/SP e Três Lagoas/MS, totalizando mais de 40 policiais. A investigação resultou na prisão de diversas pessoas apontadas como participantes, direta ou indiretamente, da prática do tráfico de entorpecente.

MEDUSA

A operação "Medusa", que visava interceptar empresas que operavam ilegalmente a compra e venda de moeda estrangeira e atuavam no Mato Grosso do Sul sem a devida autorização do Banco Central, foi deflagrada no dia 30 de outubro de 2003. As casas de câmbio interditadas foram: "Campo Grande Câmbio e Turismo"; "Estacionamento 1007 Ltda."; "J.P Câmbio e Turismo"; "Overcash Câmbio e Turismo"; "Dólar Câmbio"; "Hibari Viagens e Turismo" e "Intercâmbio Turismo". também foram realizadas buscas nas residências dos proprietários dessas empresas.

PAZ NO CAMPO

A operação "Paz no campo" teve início no dia 14 de outubro de 2003, nas cidades de Laranjal e Palmital, região central do estado do Paraná. A operação visava combater as milícias clandestinas armadas, bem como investigar uma organização chamada PCR (Primeiro Comando Rural). Foram apreendidas 66 armas de fogo, sendo espingardas calibre 12, revólveres calibres 357, 38, além de duas pistolas 9mm de uso exclusivo da PF e Forças Armadas, bem como duas mil munições de calibre 12, 3.57 e 9mm. Foram presas 8 pessoas e elaborados 9 termos circunstanciados, totalizando 17 pessoas indiciadas por crimes de porte ilegal de arma e formação de quadrilha.

LINCE

A Polícia Federal prendeu no dia 13 de novembro de 2003, no estado de Rondônia, um policial federal e diversos empresários acusados de envolvimento na extração ilegal de diamantes da reserva indígena de Roosevelt. Foram 4 presos e 9 mandados de busca e apreensão nas cidades de Vilhena, Cacoal e Juína (a última no estado do Mato Grosso).

A ação, batizada de Operação Lince, é resultado de investigações de quase um ano da PF. A operação contou com a participação de 42 policiais federais da região e mais sete policiais do COT (Comando de Operações Táticas).

Operações 2004

FELIZ ANO VELHO

Realizada no dia 22 de janeiro de 2004 a Operação "Feliz Ano Velho" prendeu um grupo organizado ligado à falsificação das ATPF's, as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais emitidas pelo IBAMA. Mais de 110 policiais participam da operação. Tailândia, Tomé Açu, Breu Branco, Paragominas, Marabá, Mãe do Rio e Moju são as cidades onde foram cumpridos os mandados de prisão e de busca e apreensão emitidos pela Justiça no dia 10 de Dezembro de 2003.

ZAQUEU

Iniciada no dia 03 de fevereiro de 2004, na cidade de Manaus/AM, a Operação Zaqueu teve como objetivo a prisão de auditores fiscais do trabalho, empresários e intermediários que cometiam crimes de corrupção ativa e passiva, concussão, advocacia administrativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A Operação Zaqueu reuniu 120 policiais federais do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, além de nove policiais do COT. Foram estabelecidas 28 equipes, compostas por quatro policiais em média. O nome da operação foi escolhido em referência a um fiscal corrupto, citado na Bíblia. Os fiscais foram presos porque as investigações da Polícia Federal concluíram que havia um "esquema" de obtenção de propina por meio de corrupção ativa e passiva.

FRAUDE ZERO

A Operação prendeu no dia 10 de fevereiro de 2004 cinco pessoas, entre elas um servidor do INSS, acusadas de participação em quadrilhas destinadas a perpetrar fraudes em face da autarquia previdenciária. A operação levada a cabo pela Polícia Federal, denominada "Fraude Zero", resulta do trabalho realizado pela Força-Tarefa Previdenciária no Estado do Paraná, composta pelo Ministério Público Federal, INSS e Departamento de Polícia Federal.

SORO

A Polícia Federal em Pernambuco realizou operação no dia 05 de março, que resultou no cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão, bem como pela prisão temporária de 13 pessoas acusadas de falsificação de leite em pó na região nordeste. A operação policial denominada "Soro" contou com a colaboração da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA do Ministério da Agricultura e da Secretaria Nacional de Direito Econômico - SNDE do Ministério da Justiça. A operação também teve o apoio das Superintendências de Sergipe e do Ceará. Já no final das investigações, os policiais descobriram a participação de um suposto advogado e de um agente de polícia federal, os quais recebiam dinheiro da organização criminosa para monitorarem investigações, diligências, inquéritos, processos, porventura existentes, informando ao líder da organização.

PANDORA

A Polícia Federal prendeu no dia 19 de março de 2004, num flat em São Paulo, durante a operação Pandora, o vereador e ex-presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, Armando Melão. O vereador é acusado

de usar indevidamente o nome do senador Antero Paes de Barros, PSDB/MT, e dos deputados José Mentor, PT/SP, e Rodrigo Maia, PFL/RJ, para extorquir empresários. Melão prometia aos empresários que as investigações da CPI do Banestado não chegariam até suas empresas. No momento da prisão, o vereador tinha consigo R\$ 50 mil em dinheiro e R\$ 550 mil em cheques. Segundo as investigações, Melão pretendia arrecadar com o golpe US\$ 2,4 milhões junto a doleiros e empresários, dos quais receberia hoje US\$ 400 mil. A investigação foi solicitada pelo deputado federal e relator da CPI do Banestado, José Mentor, e durou 40 dias. Durante as investigações a PF produziu farta documentação, incluindo vídeos e fotos da atuação criminosa do vereador.

MATUSALÉM

Policiais Federais em Manaus-AM realizaram no dia 15 de abril a OPERAÇÃO MATUSALÉM contra uma quadrilha composta por funcionários do INSS envolvidos em fraudes contra o cofre público no estado. A operação visava dar cumprimento a 13 mandados de prisão, sendo 8 prisões preventivas e 5 prisões temporárias.

O grupo cobrava parcelas da dívida das prefeituras debitando diretamente na conta em que as prefeituras recebem os repasses do Fundo de Participação dos Municípios. No fim do ano, muitas vezes constata-se que débitos eram cobrados a mais, gerando com isso a restituição. De posse dessas informações, os acusados se ofereciam para agilizar o processo de ressarcimento, cobrando uma percentagem que variava de 15 a 20%.

As investigações evidenciaram que os membros da organização propiciaram ao município de Humaitá, por meio de contatos com secretário Municipal de Finanças Hegio Coelho Neto, a restituição de R\$ 1.840.854,08, sendo o valor da propina repassado aos funcionários do INSS envolvidos na fraude de forma parcelada e em espécie.

MAMORÉ

Foi desencadeada no dia 20 de abril de 2004, em todo o estado de Rondônia, a Operação Mamoré, de combate ao crime organizado, principalmente os relacionados ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, ao comércio ilegal de armas e pedras preciosas. A Operação mobiliza cerca de 400 agentes públicos de diversos órgãos da administração pública federal e estadual, entre eles delegados, peritos, escrivães e agentes do Departamento de Polícia Federal, membros das Forças Armadas, da Polícia Rodoviária Federal, do Ibama, da Funai e da Abin. A Operação Mamoré, coordenada pela Polícia Federal, é a fase das ações policiais da Operação Rondônia, uma grande operação coordenada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em curso desde o ano passado no estado e que conta com a participação de 15 órgãos do governo federal, além das Forças Armadas. Além da Operação Mamoré, a Operação Rondônia engloba ainda a Operação Guaporé, deflagrada em novembro, que envolve ações de inteligência coordenadas pela ABIN com o apoio dos serviços de inteligência das Forças Armadas, e a Operação Abuanã, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores.

BARRILHA

Foi deflagrada no dia 26 de abril, em Corumbá/MS, fronteira com a Bolívia, a Operação Barrilha. A operação tinha por objetivo encerrar as atividades da empresa FLAMBOYANT EXPORTADORA LTDA, que exportava irregularmente para a Bolívia a substância química carbonato de sódio, colaborando para a produção de cocaína daquele país. Na empresa, foram apreendidas 5 toneladas de carbonato de sódio, além de outros produtos químicos controlados, como manitol, amônia, soda cáustica, álcool etílico, cafeína, benzocaína etc.

PINDORAMA

No dia 13 de maio de 2004, a Divisão De Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico (DMAPH/CGPFAZ) deflagrou a OPERAÇÃO PINDORAMA, tendo como alvo os estados de Rondônia, Amapá, Pará, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e São Paulo, para cumprir mandados judiciais de Busca e Apreensão e de Prisão Temporária em desfavor de pessoas investigadas pelo IPL 022/03 DCOIE, todos expedidos pela Justiça Federal no Distrito Federal. Foram realizadas onze prisões, sendo que os acusados alvo da OPERAÇÃO PINDORAMA estariam envolvidos com contrabando de partes de animais silvestres, realizado sob a fachada do comércio de artesanato indígena. A atuação do grupo guarda características de delinquência organizada, uma vez que seus membros se comunicavam entre si, encomendando e despachando mercadoria com destino à Europa e aos EUA. Mais de 1.000 peças foram apreendidas, e já estão sendo separadas para análise. Plumais, penas, ossos, dentes e garras de inúmeros e raríssimos animais silvestres são objeto do interesse de comerciantes no Brasil e no exterior, que se utilizam de mão-de-obra indígena, e das inúmeras lojas que comercializam tais itens – inclusive a Artíndia (loja que funciona na sede da FUNAI).

OPERAÇÃO VAMPIRO

A Operação Vampiro foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 19 de maio de 2004 em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, resultou no cumprimento de 17 mandados de prisão por acusações de fraude em processo de licitação de hemoderivados no Ministério da Saúde. A Operação contou com 200 policiais federais. As investigações começaram em março de 2003, a pedido do ministro da Saúde, Humberto Costa. Seis dos presos são funcionários do Ministério da Saúde. Foram cumpridos, ainda, 42 mandados de busca e apreensão. Juntamente aos presos foram encontrados, por agentes federais, 29,7 mil reais, 120 mil dólares

e 7 mil euros.

SHOGUN

A PF prendeu o chinês naturalizado brasileiro Law Kin Chong e seu advogado, Pedro Lindolfo Sarlo, dia 1 de junho, em São Paulo. Os dois tentavam subornar o presidente da CPI da Pirataria, deputado Luiz Antônio de Medeiros. A operação ocorreu em São Paulo e contou com 10 policiais federais.

ROSA DOS VENTOS

A ação aconteceu no dia 05 de Junho, Dia do Meio Ambiente, nas 27 unidades da federação e teve como objetivo o combate ao crime ambiental e o tráfico doméstico e internacional de animais silvestres. Como resultado da operação, foram lavrados dois Autos de Prisão em Flagrante, com o indiciamento de oito pessoas; cinco Termos Circunstanciados, com seis pessoas compromissadas a comparecer em Juízo; apreensão de vários equipamentos de mergulho e armas pneumáticas com arpões, cinco embarcações, redes com pranchas de madeira, 80Kg de camarão, 25 pássaros da fauna silvestre em 21 gaiolas e armadilhas, 43 vidros de palmito em conserva e um tatu abatido. Os pássaros foram soltos na Floresta do Palmito, as gaiolas destruídas e o camarão foi doado à comunidade carente em Paranaguá/PR.

TAMAR

A Polícia Federal deflagrou no dia 19 de junho, em todo país, a Operação "Tamar", que tinha como objetivo reprimir a exploração sexual infantil. A ação é resultado de uma parceria entre a PF e a CPI da Exploração Sexual Infantil, iniciada em 12 de junho de 2003 no Congresso Nacional para investigar denúncias sobre redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes existentes hoje no Brasil. A ação da Polícia Federal envolveu mais de 200 policiais federais entre agentes, escrivães e delegados, que foram aos locais indicados pela CPI como pontos onde crianças e adolescentes são explorados sexualmente. A CPI identificou, em mais de seis meses de investigação, quase duas dezenas de locais em capitais e cidades do interior do país onde crianças e adolescentes trabalham como prostitutas e são exploradas por pessoas envolvidas inclusive com tráfico de armas e seres humanos. Mais de 10 inquéritos abertos, nove pessoas presas em flagrante e mais de 300 casas de entretenimento noturno, entre bares, boates e saunas, vistoriadas pelos agentes da Polícia Federal na Operação Tamar.

LINCE II

A Polícia Federal realizou a Operação Lince no dia 23 de junho, em Ribeirão Preto/SP, com o objetivo de prender integrantes de uma quadrilha especializada na adulteração de combustíveis e roubo de cargas, que atuava por pelo menos dois anos. Foram cumpridos 6 mandados de prisão temporária e 30 mandados de busca e apreensão. Dois delegados federais e um agente federal foram presos na cidade paulista.

PENSACOLA

Uma investigação sobre fraude em vestibulares e em concursos públicos foi encerrada no dia 23 de junho com a prisão de 14 pessoas na Operação "Pensacola", iniciada há mais de 1 ano no Acre. Os integrantes da quadrilha foram presos em São Paulo, Brasília e Goiás. A investigação iniciou em uma fraude do vestibular do curso de Medicina, no ano de 2001, na Universidade Federal do Acre. Os criminosos utilizavam a modalidade de "cola" eletrônica, usando um sofisticado esquema de envio de mensagens, contendo os gabaritos, para paggers e visores de relógios digitais. Segundo apurou a Polícia Federal, era cobrado de 6 a 15 mil reais por aluno.

CASO UNAÍ

Investigação da Polícia Federal que prendeu oito pessoas, entre executores, intermediários e mandantes do assassinato de dois fiscais do Trabalho e um motorista do órgão, ocorrido em 28 de fevereiro. As prisões de sete pessoas ocorreram em 27 de julho e a de Norberto Mânica, apontado pelas investigações como o mandante do crime, ocorreu em 13 de agosto.

OPERAÇÃO "ORCRIM ESA"

No dia 05 de agosto a Operação "Orcrim ESA" cumpriu 33 mandados de busca e apreensão e prisões temporárias. Foram presas 22 pessoas, acusadas de desvio de verbas públicas federais, formação de quadrilha, corrupção, grilagem de terras, exploração de minérios, exploração clandestina de madeiras e concussão. Dentre os presos está o ex-senador por Rondônia, Ernandes Amorim, considerado um dos principais membros da organização criminosa que atuava na cidade de Ariquemes, a 200 km da capital Porto Velho. Amorim é pai da atual prefeita da cidade, Daniela Amorim, que também teve mandado de busca e apreensão cumprido em sua residência. A quadrilha trabalhava com desvios de verbas públicas federais e estaduais, especificamente as relacionadas a obras públicas. O prejuízo estimado pelos investigadores da PF gira em torno de 18 milhões de reais. O "esquema" da quadrilha girava em torno do superfaturamento das obras e até licitações fantasmas, entre outros crimes, todos no estado de Rondônia. Uma das pessoas presas, Albertina Franco de Melo Almeida, é a titular da Secretaria de Finanças da cidade de Ariquemes.

ZUMBI

Foi desencadeada no dia 6 de agosto, no estado do Pará, a operação denominada "Zumbi". Foram presas 16 pessoas, entre elas duas servidoras do INSS. Também foram realizados 25 mandados de busca e apreensão. A envolveu as cidades de Castanhal, Maracanã, Santa Isabel e Igarapé Açu. A Polícia Federal contou com a participação de 100 homens. A quadrilha ativava benefícios suspensos por falta de movimentação, muitos deles por óbito, cadastrando procuradores para receber o dinheiro. Alguns destes procuradores eram parentes dos beneficiários e outros nem mesmo existiam. Os presos são acusados de formação de quadrilha, inserção de dados falsos para fins previdenciários e lavagem de dinheiro.

ALBATROZ

A Polícia Federal deflagrou no dia 10 de agosto, em Manaus/AM e São Paulo, a "Operação Albatroz", para cumprir 32 mandados de busca e apreensão e 20 mandados de prisão temporária contra membros de uma organização criminosa que atuava principalmente na fraude de licitações públicas no Estado do Amazonas. Mais de dois anos de investigações da PF desvendaram o esquema de fraudes que funcionava por meio da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas (CGL). O líder desse esquema seria o deputado estadual Antônio do Nascimento Cordeiro, que não foi preso por possuir imunidade parlamentar, mas foi indiciado. A Operação Albatroz mobilizou uma equipe da Receita Federal e 174 policiais federais de vários estados para o cumprimento dos mandados.

FAROL DA COLINA

Teve início no dia 17 de agosto com o objetivo de combater crimes financeiros, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Ocorreu simultaneamente em 8 estados e envolveu 800 policiais federais de todo o país. A ação foi resultado do trabalho da Força-Tarefa que envolve a Polícia Federal, a Receita Federal, o Banco Central, e o Ministério Público Federal. Foram expedidos 215 mandados de busca e apreensão e 123 de mandados de prisão temporária pela 2ª Vara Federal de Curitiba nos estados de Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

A operação "Farol da Colina" aconteceu como desdobramento das investigações realizadas desde 1997 no chamado "caso Banestado", e levou este nome devido à tradução livre de Beacon Hill, a empresa que seria uma das maiores beneficiárias de contas abertas na agência do Banestado em Nova York.

CAVALO DE TRÓIA II

A Polícia Federal prendeu no dia 20 de outubro uma quadrilha de hackers, internautas e laranjas, que desviou R\$ 240 milhões de bancos públicos e privados do país este ano, pela internet. A PF prendeu 64 pessoas nas cidades do Pará, Tocantins, Maranhão e Ceará, a quadrilha agiu em várias cidades pobres dos quatro Estados. Entre "os cabeças" da quadrilha estão Fábio Florêncio, que encomendou programas de computador para desviar dinheiro pela internet, e Athaide Evangelista, que teria criado um dos programas, o Disney.com, para a realização das fraudes.

PARDAL

A Polícia Federal em Curitiba, através da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, desencadeou no dia 25 de outubro, a Operação Pardal, com o fim de combater o contrabando e o descaminho. Foram presos Fabio Passarin Dutra, Rita Tereza Prestes da Cruz, Nelson Ypólito, Kátia Prestes da Cruz e Cristiane Gusso da Rocha, autuados por infração aos art 334 e 288 do Código Penal Brasileiro. Eles faziam parte de uma quadrilha especializada em introduzir ilegalmente mercadorias de informática oriundas do Paraguai. Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, que resultaram em uma das maiores apreensões do ano em equipamentos de informática, tais como computadores, impressoras, motherboards, placas de vídeo, processadores e notebooks. Os alvos da operação policial foram a loja MG Informática, localizada no bairro Capão Raso, e a loja FD Informática, situada o bairro Hugo Lange, ambas nesta Capital. Também houve buscas em uma residência que servia de depósito do equipamento, na cidade de Colombo, região metropolitana de Curitiba.

MUCURIPE

A Polícia Federal desarticulou no dia 25 de outubro uma quadrilha que movimentava mais de R\$ 1 milhão por mês com o tráfico internacional de mulheres nas cidades de fortaleza, Recife e Dortmund, na Alemanha. A operação, batizada de Mucuripe — nome de uma praia do Ceará —, prendeu 11 pessoas que negociavam programas com mulheres brasileiras por meio de um site de uma agência de turismo alemã.

CHACAL

A Divisão de Comunicação Social do Departamento de Polícia Federal recebeu, no dia 13 de dezembro de 2005, o ofício nº 4787/05-jsp assinado pela Juíza Federal Substituta da 5ª Vara Federal Criminal, MM Margarete Morales Simão Martinez Sacristan, determinando que sejam tomadas providências para que cesse imediatamente qualquer forma de divulgação de dados pertinentes aos fatos e pessoas envolvidas nos autos do processo nº 2004.61.81.001452-5, IPL nº 12/0352/04-DRCOR/DELEFIN/SR/DPF/SP. Para atender à determinação, foram tiradas do ar mais de 400 páginas do sítio da Divisão de Comunicação Social. Veja o ofício.

POROROCA

A operação teve início no dia quatro de novembro, quando 25 pessoas foram presas no Amapá, Minas Gerais, Pará e Distrito Federal, acusadas de participar de uma quadrilha que fraudava licitações. Entre os presos acusados de participar da quadrilha estão o ex-senador pelo Amapá Sebastião Rocha (PDT) e o Ex-preiteiro paraense Fernando de Souza Flexa Ribeiro, que assume mandato de senador em janeiro, na vaga do senador Duciomar Costa (PTB-PA), prefeito eleito de Belém. A quadrilha fraudou licitações de pelo menos 17 grandes obras públicas no Amapá, que juntas totalizam R\$ 103 milhões, segundo as investigações conduzidas pela Operação Pororoca. Desde então mais 7 pessoas foram presas, entre elas os prefeitos de Macapá, João Henrique (PT); e de Santana, Rosemiro Rocha (PDT).

CAPELA

A Polícia Federal realizou no dia cinco de novembro a Operação Capela, em São Paulo, que consistiu no cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão em 9 endereços de depósitos utilizados pelo comerciante Law Kim Chong. Os mandados, expedidos pela Justiça Federal de São Paulo, foram cumpridos no mesmo dia. Durante a operação ocorreram 6 prisões em flagrante, incluindo 2 sobrinhas de Chong. No escritório e no depósito principais de Law Kim Chong, localizados no Shopping 25 de Março, nº 02, foram apreendidas grandes quantidades de pedras preciosas classificadas como esmeraldas, avaliadas inicialmente no valor aproximado de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares). Em outro depósito localizado na rua do Bucolismo, nº 77, o qual mede aproximadamente trinta mil metros quadrados, foi apreendida grande quantidade de mercadoria sem documentação regular. Também foi encontrada neste depósito uma fábrica de relógios falsificados, que funcionava clandestinamente nos fundos do depósito. Dois imigrantes ilegais da China, que trabalhavam de maneira irregular no local foram detidos. Parte do material apreendido deve ser enviado para análise em Brasília. As mercadorias foram entregues à Receita Federal.

POEIRA NO ASFALTO

A Polícia Federal, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, iniciou no dia oito de novembro pela manhã no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná a Operação "Poeira no Asfalto", para dismantlar uma das principais quadrilhas especializadas em fraudar e falsificar combustíveis no país. A atuação dos fraudadores contava com a participação de uma rede de servidores públicos, dentre eles policiais rodoviários federais, civis e militares, fiscais de tributos estaduais e fiscais do meio ambiente.

CATARATAS

Operação conjunta da Receita Federal, com o suporte da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo de combater o contrabando, o descaminho e outros crimes ocorridos na região da fronteira Brasil-Paraguai. A operação, iniciada em 08 de novembro, já realizou milionárias apreensões de mercadorias contrabandeadas, além de drogas e munições, e causou diversos atos de mobilização e protesto na Ponte Internacional da Amizade por parte de lojistas, sacoleiros, mototaxistas e até da Prefeitura de Ciudad del Este, no lado paraguaio. A operação não tem data definida para terminar.

MIDAS

Desencadeada em 10 de novembro pela força-tarefa previdenciária em Mato Grosso, composta pela Polícia Federal, Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal. Foram presas 10 pessoas e cumpridos 20 mandados de busca e apreensão nos estados do Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Os presos são acusados de fraudes no setor de arrecadação do INSS, que eram cometidas por empresários, advogados e intermediários, e tinham a participação do Procurador-chefe da Procuradoria Especializada do INSS em Mato Grosso, Álvaro Marçal Mendonça, preso em Itajaí/SC. Ele seria o principal facilitador na liberação indevida de certidões negativas de débito. A ação contou com o apoio de auditores fiscais da Previdência.

CATUABA

Ação conjunta da PF com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República na Paraíba. Prendeu, em 12 de novembro, em nove estados, 58 pessoas, das quais, 26 servidores públicos. Foram cumpridos 83 mandados de busca num total de 32 municípios. Entre os envolvidos estão sócios e funcionários de empresas de bebidas, supostos "laranjas", servidores de Secretarias de Fazenda estaduais e funcionários de bancos. Daniel dos Santos Moreira, vulgo "Daniel da Coroa" é apontado pelas investigações como o cabeça da organização criminosa. Foram apreendidos documentos e computadores na empresa dele, a Engarrafadora Coroa 82, localizada no município de Patos, a 300 km da capital João Pessoa. Foi apreendido também o Avião Carajá pertencente ao empresário, que possui ainda outras 39 empresas investigadas, inclusive em nome dos chamados "laranjas", além de bebidas sem o selo do IPI ou com selo falsificado. As ações aconteceram na Paraíba, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Goiás. Participaram da operação aproximadamente 300 policiais federais e 50 auditores da receita federal. Os presos são acusados de sonegação fiscal, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva e falsificação de documentos.

FARAÓ

Operação da Polícia Federal que prendeu no dia 18 de novembro oito pessoas que seriam responsáveis pelo desvio de mais de R\$ 31 milhões da folha de funcionários públicos do Estado de Roraima (gafanhotos). Sete buscas e prisões aconteceram em Boa Vista (RR) e uma em Manaus (AM). Dos oito presos, quatro eram funcionários públicos: dois ex-secretários da Fazenda um ex-secretário do Tesouro de Roraima além do ex-gerente da agência do Banco do Brasil. Segundo a investigação, os sócios da empresa NSAP, também presos, foram autorizados pelos ex -secretários de Estado a movimentarem as contas para o pagamento dos funcionários públicos do Estado de Roraima. A Empresa teria desviado verba pública também através de funcionários fantasmas ligados a diversas autoridades de Roraima. O caso, já apurado pela Polícia Federal em novembro de 2003 através da "Operação Praga do Egito", culminou com o indiciamento do ex-governador Neudo Campos e outras autoridades do Estado. Segundo Laudo de Exame Econômico-Financeiro do Setor Técnico Científico (Setec) da Superintendência Regional de Roraima, com a Operação Praga do Egito (Gafanhoto) e Operação Faraó já foram apurados desvios, do erário público, que chegam a um montante de R\$ 80.466.104,20 (oitenta milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e quatro reais e vinte centavos).

ÁGUA II

A Polícia Federal cumpriu 19 mandados de prisão, dos 21 expedidos por determinação do juiz da 4ª. Vara Federal, em Manaus. As prisões são resultado das investigações da PF em Manaus, que resultaram na Operação Água (3 julho de 2003). A PF constatou que policiais civis da região estavam envolvidos com tráfico de drogas. O Ministério Público, após recebimento do inquérito, ofereceu denúncia que resultou, agora, na prisão de 14 policiais civis e 5 traficantes. Dois continuam foragidos.

24 de novembro – Operação prende delegados em São José dos Campos

No dia 24 de novembro, em uma ação que envolveu 40 policiais federais, foi preso o ex-delegado-chefe da PF em São José dos Campos (SP), Marcos Vinícius Deneno, suspeito dos crimes de extorsão, corrupção e formação de quadrilha. Durante a operação também foi preso, em flagrante, o delegado Reinaldo Ragazzo Boarim, por posse ilegal de armas de calibre restrito. Foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão na residência dos delegados, de três agentes federais, empresas e na própria delegacia. A ação aconteceu depois de cerca de seis meses de investigações desenvolvidas pela Diretoria de Inteligência Policial (DIP), que recebeu denúncias feitas ao Ministério Público Federal depois da Operação Anaconda.

OPERAÇÃO MASCATES

Em operação conjunta com a Receita Federal, a Polícia Federal deflagrou em 29 de novembro a Operação Mascates, para desmontar um esquema de importação ilegal de mercadorias, (contrabando e descaminho) e sonegação fiscal. Foram presas 13 pessoas, sendo 10 em Goiânia (GO) e três em Foz do Iguaçu (PR), com 29 mandados de busca e apreensão cumpridos em Goiânia, Foz do Iguaçu e Brasília. Um ano e meio de investigações desvendou o esquema de legalização das mercadorias contrabandeadas, principalmente produtos de informática e eletrônicos, com o uso de Guias de Arrematação de leilões da própria Receita Federal, além de notas frias. Estima-se que a maior parte dos produtos comercializados nas lojas investigadas tenha origem ilegal, e que o grupo movimentou, só em 2003, R\$ 55 milhões. Um Policial Rodoviário Federal também foi preso.

OPERAÇÃO PERSEU

Em 1º de dezembro a Força-Tarefa Previdenciária composta pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e INSS prendeu 12 pessoas que fariam parte de um grupo criminoso envolvido em sonegação de impostos e de contribuições previdenciárias que somariam R\$ 150 milhões. A ação, batizada de Operação Perseu, foi iniciada simultaneamente em oito estados (Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Tocantins e Paraná), com a participação de mais de 350 Policiais federais e 67 Auditores-Fiscais da Previdência Social. As investigações concentram-se no Grupo Margem, o segundo maior frigorífico do país, com 21 unidades industriais e faturamento bruto anual de R\$ 2,3 bilhões. Além de sócios e funcionários da empresa, um auditor-fiscal também foi preso.

OPERAÇÃO SENTINELA

A Operação Sentinela foi deflagrada em 02 de dezembro para desarticular uma quadrilha que fraudava licitações realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O grupo investigado, composto por empresários e servidores públicos de área administrativa do TCU, fraudava licitações naquele órgão, além de exercer advocacia administrativa para aprovação de parecer favorável às empresas que são alvo de investigação: Brasfort, Reman Segurança, Confederal, Montana e Sitran. Foram presas 10 pessoas e cumpridos 15 mandados de busca e apreensão. Dos 10 presos, quatro eram servidores públicos.

OPERAÇÃO CASTELO

A Operação Castelo aconteceu no dia 3 de dezembro no estado de Goiás, e visou reprimir o tráfico internacional de seres humanos. Foram presas sete pessoas, a partir de denúncia sobre o embarque de mulheres aliciadas para prostituição na Espanha. Também foram cumpridos 16 Mandados de Busca e

Operações 2003 / 2004 - Polícia Federal

Apreensão em estabelecimentos comerciais e residências.

OPERAÇÃO FAROESTE

A Operação Faroeste, realizada no dia 7 de dezembro, teve como objetivo desarticular uma quadrilha especializada em grilagem de terras públicas no oeste do Pará, especialmente na cidade de Santarém. Foram 18 pessoas presas, sendo 8 servidores do INCRA. Entre os presos estava o superintendente do órgão no Pará, José Roberto de Oliveira Faro.

OPERAÇÃO MAR AZUL

A Operação Mar Azul foi deflagrada no dia 07 de dezembro e foi resultado de investigações realizadas pela Força Tarefa Previdenciária, composta pela PF, Ministério Público Federal e INSS. Foram presos dois auditores fiscais da Previdência Social e dois empresários do ramo de navegação, nas cidades do Rio de Janeiro, de Niterói e de Vassouras, na Região Serrana.

CAVALO DE AÇO

A Polícia Federal, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal realizou no dia 9 de dezembro a Operação Cavallo de Aço nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O objetivo era desarticular uma organização criminosa que atuava no roubo de cargas e veículos. A base da operação foi o estado do Espírito Santo, onde as investigações foram desenvolvidas durante 6 meses.

SAIA JUSTA

A operação Saia Justa foi realizada no dia 13 de dezembro e prendeu pessoas envolvidas em um esquema de fraude ao Instituto Nacional do Seguro Social. A quadrilha fazia inclusões no sistema do INSS de vínculos empregatícios inexistentes, majorações de tempo de serviço, conversões de atividades profissionais especiais para gerar aposentadorias com menor tempo de serviço e concessões de aposentadorias abaixo da idade limite. A fraude causava um prejuízo de R\$ 600 mil reais por ano.

FÊNIX

A Operação Fênix foi deflagrada dia 15 de dezembro pela Força-tarefa Previdenciária, composta por integrantes da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério da Previdência Social. A ação teve por finalidade desbaratar uma organização criminosa formada por médicos particulares e segurados de benefícios por incapacidade, cujo objetivo principal era fraudar a Previdência Social.

Presos em 2003

Operação	Total	Servidores Públicos	Policiais Federais	Data
Águia	36	36	0	ago/03
Planador	24	12	12	ago/03
Nicotina II	1	0	1	set/03
Anaconda	9	2	3	out/03
Trânsito Livre	30	30	0	nov/03
Gafanhoto	53	0	0	nov/03
Cavalo de Tróia	27	0	0	nov/03
Lince	4	0	1	nov/03
Sucuri	39	17	22	dez/03
Total	223	97	39	

Presos em 2004

Operação	Total	Servidores Públicos	Policiais Federais	Data
Feliz Ano Velho	23	0	0	jan/04
Zaqueu	25	10	0	fev/04
Fraude Zero	5	1	0	fev/04
Soro	13	0	1	mar/04
Pandora	1	1	0	mar/04
Matusalém	13	13	0	abr/04
Mamoré	0	0	0	abr/04
Barrilha	1	0	0	abr/04
Pindorama	11	0	0	mai/04
Vampiro	17	6	0	mai/04
Rosa dos Ventos	2	0	0	jun/04
Shogum	2	0	0	jun/04
Tamar	9	0	0	jun/04
Lince II	7	0	4	jun/04
Pensacola	14	0	0	jun/04
Unai	9	0	0	jul-ago/04
Orcrim Esa (Mamoré)	22	0	0	ago/04
Zumbi	16	2	0	ago/04
Albatroz	20	0	0	ago/04
Farol da Colina	65	0	1	ago/04
Cavalo de Tróia 2	64	0	0	out/04
Pardal	5	0	0	out/04
Mucuripe	11	0	0	out/04
Chacal	5	0	0	out/04
Pororoca	32	3	0	nov/04
Capela	6	0	0	nov/04
Poeira no Asfalto	47	26	0	nov/04
Cataratas	39	0	0	nov/04
Midas	10	1	0	nov/04
Catuaba	58	26	0	nov/04
Faraó	8	4	0	nov/04
Águia II	19	14	0	nov/04
Operação em São José dos Campos	2	0	2	nov/04
Mascates	13	1	0	nov/04
Perseu	12	1	0	dez/04
Sentinela	10	4	0	dez/04
Castelo	7	0	1	dez/04
Faroeste	22	12	0	dez/04
Mar Azul	4	2	0	dez/04
Cavalo de Aço	36	4	0	dez/04
Saia Justa	6	3	0	dez/04
Fênix	12	0	0	dez/04
Total	703	134	9	

Total Geral	Servidores Públicos	Policiais Federais
926	231	48

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr^a Senadora; Srs. Senadores, a avaliação da situação econômica do Brasil tem que ter, como pano de fundo, uma visão do que ocorreu desde 2002/2003.

Creio que mesmo os críticos mais rigorosos da política econômica do Governo Lula aceitam que houve acertos e que vários indicadores macroeconômicos apontam para uma solução positiva.

Em 2002 e início de 2003, a situação econômico-financeira era delicadíssima. Como lembrou matéria publicada na **Folha de S. Paulo** hoje: em 2002, o risco país do Brasil bateu recorde histórico de 2.436 pontos. Ontem, no fim das operações, o risco Brasil, que se refere à expectativa de investidores internacionais e no Brasil sobre as expectativas de desempenho da economia brasileira, chegou a 208 pontos, patamar nunca antes registrado.

Menciono alguns indicadores macroeconômicos, sem a pretensão de ser exaustivo. A inflação ao consumidor, por exemplo, vem se reduzindo de forma expressiva desde 2003, quando atingiu 14,7%. Atualmente, o Índice de Preços ao Consumidor – IPCA acumula variação de 4% em doze meses até junho. Ressalte-se que a taxa de inflação brasileira é atualmente um pouco inferior à dos Estados Unidos, que registram no IPC uma variação acumulada de 4,3% em junho. Ou seja, estamos com uma taxa de inflação inferior à dos Estados Unidos da América, o que raras vezes aconteceu em nossa história. A inflação brasileira se aproxima também da inflação média dos demais países ditos emergentes, que está atualmente em 5,1%.

Os resultados nas contas externas foram bastante fortes desde 2003, superando todas as expectativas e projeções. As exportações cresceram de forma rápida, ultrapassando o ritmo de expansão do comércio mundial como um todo. É verdade que no passado mais recente, especialmente desde 2005, o ritmo de crescimento das exportações vem caindo de modo significativo, principalmente por causa da excessiva valorização do real. Mesmo assim, o Brasil continua a registrar superávits comerciais expressivos em 2006. O superávit da balança comercial nos últimos doze meses findos em julho foi de nada menos do que US\$45,2 bilhões. Desde 2003, os superávits comerciais têm sido excepcionais, mais do que suficientes para cobrir os déficits no resto do balanço de pagamentos em conta corrente. Conseqüentemente, completaremos em 2006

um resultado que é muito raro, senão inédito, na história econômica brasileira: quatro anos consecutivos de superávit no balanço de pagamentos em conta corrente (que inclui a balança comercial, serviços, juros da dívida externa e outras rendas, além de transferências unilaterais, como remessas de imigrantes). Isso significa que o Brasil está reduzindo o seu passivo externo líquido depois de tê-lo aumentado de maneira contínua e substancial no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, desde 1995 a 2002.

Ainda que de forma menos acentuada, também houve progressos no campo das finanças públicas. O setor público gerou superávits primários expressivos, talvez até excessivos, não raro acima das metas fixadas no acordo com o FMI. O Brasil pôde, afinal, dispensar o monitoramento do Fundo e não renovar os acordos que vinham sendo firmados com aquele organismo desde 1998. Graças em parte aos superávits fiscais primários, foi possível controlar e reduzir um pouco a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto. Essa relação crescera rapidamente ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo chegado a 55,5% em dezembro de 2002. Depois de aumentar para 58,7% em dezembro de 2003, a relação dívida/PIB se estabilizou recentemente em torno de 51% do PIB. O último dado, referente a junho de 2006, indica que a dívida pública representa 50,3% do Produto Interno Bruto.

Houve também alguns avanços, ainda que insuficientes, em termos de mercado de trabalho e distribuição de renda. Embora a economia tenha crescido em ritmo relativamente lento, o nível de emprego aumentou. Houve formalização das relações de trabalho, uma vez que – pelo menos até recentemente – o emprego formal, com carteira assinada, cresceu mais do que o emprego informal. O programa Bolsa-Família aumentou seu alcance e vem tendo importância crescente para famílias de baixa renda.

Senadora Heloísa Helena, relativamente aos programas de transferência de renda, gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer-lhe que fiquei honrado quando, na semana passada, V. Ex^a e a Deputada Luciana Genro ouviram-me a respeito de como podemos ter a perspectiva, já aprovada em lei, de uma transição do programa Bolsa-Família para uma renda básica de cidadania. O fato de V. Ex^a ter pedido que eu explicasse exatamente quais as vantagens e desvantagens deste caminho me honrou. Quero dizer que estarei à disposição dos candidatos à Presidência da República para debater, quantas vezes desejar cada um dos candidatos, inclusive o do meu Partido, o Presidente Lula. Qualquer um que deseje saber.

Eu considero muito importante e quero cumprimentá-la pela iniciativa de dizer “eu gostaria que pu-

déssemos conversar um pouco para poder tirar dúvidas". Se V. Ex^a quiser ainda tirar mais dúvidas, estarei pronto para isso. V. Ex^a sabe que o mesmo farei com o Presidente Lula tantas vezes quantas ele me pedir, assim como os demais candidatos a Presidente.

Pesquisas recentes têm mostrado um decréscimo no grau de concentração da renda, algo que é muito bem vindo em um País como o nosso, que se destaca mundialmente, há muito tempo, por uma péssima distribuição da renda e da riqueza. Há algumas dúvidas sobre a precisão e a interpretação dessas pesquisas, mas parece claro que houve uma desconcentração da renda do trabalho. Como as rendas do capital, especialmente as rendas financeiras, não são adequadamente captadas nessas pesquisas, persiste alguma dúvida sobre se houve ou não desconcentração da renda total, uma vez que as rendas financeiras, apropriadas por uma minoria, foram fortemente ampliadas pelos juros extremamente altos vigentes no País.

A bem da verdade, é preciso reconhecer que alguns desses resultados macroeconômicos favoráveis foram facilitados por um contexto mundial propício, tanto do ponto de vista comercial (demanda externa em expansão e preços altos para nossas exportações), como do ponto de vista financeiro (juros internacionais baixos e liquidez abundante nos mercados financeiros mundiais). É importante levar isso em conta para que o País não baixe a guarda e continue se preparando para cenários menos favoráveis nos anos que virão – hipótese que, evidentemente, não pode ser descartada. De qualquer forma, não há como negar o progresso feito desde 2003 no campo econômico, ainda que erros tenham sido cometidos e muito reste por fazer.

O principal desafio continua a ser a retomada do crescimento. O Brasil está há mais de 25 anos sem crescer de forma sustentada a taxas elevadas. Nós que fomos um país que, por exemplo, no pós-guerra até o final dos anos 80, tivemos taxas de crescimento médio de 7% ao ano, chegando por vezes a 10% ou 14%, ainda que num período de enormes dificuldades políticas. Mas, obviamente, a potencialidade da economia brasileira é de crescer bem mais do que 4% ou 5% ao ano.

No período recente, durante as gestões Malan e Palocci no Ministério da Fazenda, houve uma preocupação muito forte, às vezes quase exclusiva, com a estabilidade monetária; não foi dada atenção suficiente à questão do crescimento econômico. As políticas de combate à inflação lançaram mão de instrumentos que debilitam as condições de crescimento da produção e do emprego. Por exemplo: a insistência em praticar taxas de juros excepcionalmente altas, sempre ou quase sempre as mais altas do mundo. Outro aspecto, ligado

ao primeiro: os períodos recorrentes de sobrevalorização cambial. O terceiro problema é a pesada carga tributária, que vem crescendo desde o início dos anos 90. Cresceu bem mais no período Fernando Henrique Cardoso, passando de cerca de 25% ou 26%, para 34%, mas cresceu também nos últimos três anos e oito meses. Ela é alta demais para um país no nível de desenvolvimento do Brasil. Além disso, o investimento público foi fortemente sacrificado, inclusive em áreas essenciais para o desenvolvimento econômico, como a infra-estrutura de energia e transporte.

Parece evidente, entretanto, que as condições estão dadas para fazer as modificações nas políticas macroeconômicas de forma a orientá-las sistematicamente para a promoção do desenvolvimento. O Ministro Guido Mantega tem dado diversas indicações de que está consciente disso e trabalha aos poucos para fazer as necessárias correções de rota.

Qualquer que seja o Presidente eleito em 2006, o campo hoje é mais favorável para a retomada do desenvolvimento. A menos que haja uma deterioração dramática do cenário externo, ou que o próximo governo recaia em políticas econômicas exageradamente rígidas, temos condições propícias para superar a longa estagnação que marca a nossa experiência desde o início da década de 1980. É claro que cabe ao Governo Lula e à sua equipe econômica o mérito pela criação dessas condições que agora nos permitem perspectivas muito positivas.

Ainda hoje, em seu artigo, na **Folha de S. Paulo**, o Professor Paulo Nogueira Batista Jr. indica caminhos de como a economia brasileira pode ter uma fase mais saudável de crescimento sustentável com estabilidade da moeda e melhoria da distribuição de renda:

(...) o que fazer para retomar taxas robustas de expansão econômica?

A trajetória de muitas economias nos últimos anos, tanto desenvolvidas como emergentes, indica que é possível conciliar o rápido crescimento do PIB com taxas de inflação modestas (5% ao ano ou menos).

A experiência brasileira desde 1994 revela (...) que determinadas formas de estabilizar a moeda podem ser destrutivas das condições de crescimento. No Brasil, o combate à inflação tem sido feito por meio de juros sempre muito altos e câmbio recorrentemente sobrevalorizado. O relativo ajustamento das finanças públicas é alcançado de forma precária, com aumentos da carga tributária e cortes de investimentos, inclusive em áreas prioritárias como a infra-estrutura de transportes e energia. Essa combinação de juros elevados, moeda forte, tributos pesados e

investimentos públicos reduzidos é que explica, em larga medida, o fraco dinamismo da economia.

O foco do problema é a política de juros altos, que desestimula o consumo e o investimento, provoca apreciação cambial e pressiona o custo da dívida pública. O câmbio valorizado derruba as exportações e induz à substituição de produtos nacionais por importações, o que tende a tornar negativa a contribuição do setor externo para a variação do PIB. O aumento do custo da dívida acaba levando o governo a buscar superávits primários elevados, seja por aumento de tributos, seja por diminuição de despesas, deprimindo ainda mais a economia.

Fundamental, portanto, é reorientar as políticas monetária e financeira. Há um esboço de mudança (...) desde a queda de Antonio Palocci Filho e a sua substituição por Guido Mantega. Mas a reorientação não tomará impulso se o Conselho Monetário Nacional e, sobretudo, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central continuarem dominados por técnicos e financistas distantes do mundo da produção e estreitamente identificados com a visão e os interesses do sistema bancário. O mandato do Banco Central – enfatiza Paulo Nogueira – deve fazer referência não apenas ao controle da inflação como também à sustentação do crescimento, à semelhança do que se verifica nos Estados Unidos, por exemplo. O sistema de metas para a inflação precisa ser definido e aplicado de forma mais flexível. Não é necessário, por exemplo, mirar sempre o centro da meta, especialmente quando a economia é submetida a choques de oferta. As metas devem ser definidas para horizontes mais longos, de dois a quatro anos, o que daria ao Banco Central mais flexibilidade para alcançar os seus objetivos antiinflacionários sem sacrificar a atividade econômica e a competitividade da taxa de câmbio. Além disso, o Banco Central e os demais bancos públicos federais têm que atuar, com firmeza, para ampliar o crédito, aumentar a concorrência em diferentes segmentos do mercado financeiro e diminuir o altíssimo *spread* bancário, isto é, a diferença entre as taxas de ativas e passivas dos bancos. A redução gradual da taxa básica de juros, até chegar a algo como 4% a 5%, em termos reais, não é incompatível com uma inflação baixa, uma vez que a economia brasileira opera com grande capacidade ociosa. A

queda dos juros levaria à depreciação cambial, fortalecendo o ajustamento externo e ampliando o estímulo ao crescimento. Taxas de juros menores permitiriam também assegurar o ajustamento das finanças públicas com um nível mais alto de investimentos em infra-estrutura e um nível mais reduzido de carga tributária. Isso aconteceria de duas maneiras: **a)** diretamente, pelo alívio da carga de juros da dívida (mesmo que se leve em conta a provável redução dos impostos sobre rendimentos financeiros); e **b)** indiretamente, porque a queda dos juros aumentaria a atividade econômica, favorecendo a arrecadação e reduzindo as despesas de caráter cíclico. Note-se que o ajustamento fiscal aparece aqui, em grande parte, como subproduto da reorientação monetária, e não, como sustentam muita análises de tipo mais tradicional, como precondição para mudar a política de juros.

Assim, fecho aspas para as observações de Paulo Nogueira Batista, sobretudo neste ponto que visualiza a possibilidade de uma diminuição persistente e gradual da taxa de juros numa direção de termos juros bem mais adequados para o propósito de, ao mesmo tempo, combinar o saudável objetivo de estabilidade de preços com melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

Eu gostaria, Sr^a Presidente, de anunciar que foi publicado, neste mês, o livro **Políticas Públicas e a Realização dos Direitos Sociais**, da Professora Ivanilda Figueiredo, editado pela Sergio Antonio Fabris Editor. Ela completou seu doutorado na Universidade de Direito do Recife, Pernambuco. Tive a honra de ser convidado para escrever o prefácio desse livro, que trata justamente dos programas de transferência de renda.

Peço que seja transcrito nos Anais da Casa o prefácio que escrevi para o livro de Ivanilda Figueiredo, nos seguintes termos:

A tese de mestrado de Ivanilda Figueiredo para a Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, (...) constitui uma contribuição de enorme significado para que o Brasil possa dar um avanço importante rumo à implantação de uma Renda Básica de Cidadania. Trata-se de um dos mais eficazes instrumentos de política econômica para que possamos atingir os objetivos de erradicação da pobreza absoluta, crescimento com maior equidade, dignidade e liberdade real para todos os seres humanos na sociedade. Ivanilda Figueiredo estudou em profundidade

a literatura desenvolvida a respeito dos diversos instrumentos de transferência de renda que foram objeto de análise realizada, sobretudo diante da experiência acumulada pelos mais diversos países que enfrentaram o problema da erradicação da fome e da pobreza absoluta. Dedicou também atenção ao debate ocorrido no Brasil nas últimas décadas sobre as propostas de garantia de renda às pessoas e famílias de maneira que pudessem ter asseguradas as condições para que as suas crianças estivessem freqüentando a escola, tendo a devida assistência à sua saúde, obtivessem as vacinas preventivas de doenças conforme o calendário do Ministério da Saúde e encontrassem meios de sobrevivência dignos, sobretudo através do trabalho. Estudou as experiências de programas de Renda Mínima associados à Educação, Bolsa-Escola, Bolsa-Renda, Bolsa-Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Auxílio-Gás, Fome Zero, Cartão-Alimentação e outros que acabaram se consolidando no Programa Bolsa Família, o qual se desenvolveu a partir de 2003. Neste ano de 2006, o Programa Bolsa Família completa o seu quarto ano com resultados bastante positivos que são aqui analisados. O número de beneficiários cresceu significativamente, passando de 3,5 milhões de famílias, em dezembro de 2003, para 9,2 milhões de famílias em junho de 2006, e devendo passar para 11,1 milhões de famílias em julho-agosto de 2006, correspondendo a quase 100% de todas as famílias brasileiras que têm renda mensal **per capita** até R\$120,00 por mês. Como o número médio de pessoas por família é em torno de quatro, estima-se que cerca de 44,4 milhões de pessoas ou quase um quarto da população brasileira estará beneficiada pelo programa no segundo semestre de 2006. (...) Ivanilda Rodrigues, além de estudar e analisar a literatura sobre o tema, resolveu fazer uma pesquisa de campo junto a 317 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em seis cidades do Estado de Pernambuco, na região metropolitana, no agreste e no sertão, e que pudessem estar representando os lugares de maior e menor Índice de Desenvolvimento Humano. A relevância de seus estudos é que, depois de analisar em termos práticos o resultado da aplicação do Programa Bolsa Família e de se perguntar, como costumam fazer as autoridades responsáveis pelo mesmo, sobre se já é o momento de fazermos a transição do

Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, de maneira muito assertiva, ela conclui que essa última deve ser efetivada com a maior brevidade possível.

O livro de Ivanilda Figueiredo será de grande proveito aos estudiosos de Direto, de Economia e a todos que se interessam pelo objetivo maior da política: alcançarmos uma vida justa para todos.

Sr^a Presidente, solicito seja transcrito, na íntegra, o meu prefácio e dois documentos importantes a respeito dos produtores de laranja que têm mostrado a sua preocupação, de um lado, com a ação cartelizada das diversas indústrias de suco de laranja, bem como com o procedimento relativo ao que vão fazer o Cade e o SDE a respeito das indústrias de suco de laranja, uma vez que elas estão sendo examinadas em função das denúncias de formação de cartel.

Recebi do Vice-Presidente da Associação dos Municípios Citrícolas do Estado de São Paulo e ex-Prefeito de Bebedouro, no Estado de São Paulo, Davi Perez Aguiar, uma carta em que transmite as suas preocupações com os últimos acontecimentos envolvendo a citricultura no Estado de São Paulo, um dos principais esteios do agronegócio paulista.

A Associtrus, a associação dos produtores de laranja, após um passado de descrédito junto aos produtores de laranja, tendo em vista que algumas de suas lideranças ficaram ao lado das indústrias de suco em detrimento dos produtores, atualmente vem tendo uma atuação bastante dinâmica e intransigente na defesa dos interesses dos seus associados. Mas isso não teria impedido que parte da atual Diretoria da Associtrus fosse influenciada politicamente em São Paulo pelo governo presente, adotando uma postura de críticas à atuação do Governo Federal, ao mesmo tempo em que teria feito vista grossa à omissão com que o Governo do Estado vem tratando a citricultura paulista.

Foi feita uma negociação entre o Governo e as indústrias de suco de laranja referente à safra 2005/2006, o que tem, entretanto, desagradado a Diretoria e os associados da Associtrus, pois a negociação, para os produtores, ficou restrita ao novo preço da caixa de laranja, enquanto as investigações foram suspensas no âmbito do Cade e da SDE acerca das denúncias da formação de cartel.

Pede Davi Perez Aguiar que possa a questão da laranja ser mais bem estudada não apenas no que diz respeito ao atual preço da caixa de laranja, mas aos diversos fatores, como o financiamento público, tanto do Governo Federal quando do estadual, para o plantio de novos pomares e para o refinanciamento das dívidas de milhares de pequenos, médios e grandes produtores, que no passado se endividaram e que atualmente se encontram desamparados.

As iniciativas institucionais para se adicionar o suco de laranja na merenda escolar, bem como a adoção do Concecitrus, a exemplo do Consecana, um novo contrato que remunere o produtor pela produtividade da fruta merecem uma atenção, tanto quanto a questão do novo preço da caixa de laranja.

Pede, então, Davi Perez Aguiar que possa acompanhar as manifestações dos produtores de laranja, que muitas vezes têm vindo a Brasília. Solicita ainda que se dê continuidade às investigações que o Cade e o SDE vêm realizando com respeito à formação de cartel nas indústrias de suco de laranja.

Por outro lado, o Sr. Flavio Viegas, Presidente da Associtrus, realizou hoje um depoimento sobre o trabalho informal e a terceirização na sucocitricultura perante o Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Araraquara. Tratou-se de um depoimento bastante longo, que, Srª Presidente, peço a gentileza seja transcrito.

Ele informa que é citricultor desde os anos 80, que trabalhou muitos anos na Frutesp e que passou a ter um conhecimento detalhado de como, na relação entre os produtores de laranja e os produtores de suco de laranja, desenvolveu-se um procedimento de cartel, que está aqui detalhadamente relatado.

Vou voltar a este assunto nas próximas semanas, porque avalio, Srª Presidente, que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos novamente acompanhar de perto o que se está passando.

Tenho acompanhado o fato de o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, ter procurado intermediar um entendimento entre as empresas de suco de laranja e os citricultores. Pelo que percebo, pela manifestação tanto do ex-Prefeito de Bebedouro, Davi Perez Aguiar, bem como pelo depoimento do Sr. Flavio de Carvalho Pinto Viegas – que ficou de me enviar uma carta sobre as suas preocupações e que adiantou hoje esse depoimento, em audiência –, avalio que será responsabilidade nossa, no Senado, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos, novamente ouvir e, quem sabe, realizar uma audiência pública para que possamos, simultaneamente, ouvir os produtores de laranja, os produtores de suco de laranja e as autoridades do Cade e do SDE.

Da última vez que sugerimos esse procedimento, os representantes da indústria de suco de laranja não quiseram comparecer. Mas avalio que está chegando a hora de termos a presença de todas as partes, não apenas em reuniões tais como as que, produtivamente, foram realizadas no próprio gabinete do Senador Aloizio Mercadante, mas, quem sabe, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que

se tornem inteiramente transparentes o diálogo e o possível entendimento entre os órgãos de defesa da concorrência, os produtores de laranja e os produtores de suco de laranja.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, Srª Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – A avaliação da situação atual da economia nacional tem que ter como pano de fundo uma visão do que ocorreu desde 2002/2003. Creio que mesmo os críticos mais rigorosos da política econômica do Governo Lula aceitam que houve acertos e que vários indicadores macroeconômicos apontam para uma evolução positiva. Em 2002 e início de 2003, a situação econômico-financeira era delicadíssima. Como lembrou matéria publicada na **Folha de S.Paulo**, no dia de hoje, em 2002 o risco-país do Brasil bateu o recorde histórico de 2.436 pontos. Ontem, no fim das operações, o risco Brasil chegou a 208 pontos, patamar nunca antes registrado.

Menciono alguns indicadores macroeconômicos, sem a pretensão de ser exaustivo. A inflação ao consumidor, por exemplo, vem se reduzindo de forma expressiva desde 2003, quando atingiu 14,7%. Atualmente, o IPCA acumula variação de 4% em 12 meses até junho. Ressalte-se que a taxa de inflação brasileira é atualmente um pouco inferior à dos EUA, que registram no IPC uma variação acumulada de 4,3% em junho. A inflação brasileira se aproxima também da inflação média dos demais países ditos emergentes, que está atualmente em 5,1%.

Os resultados nas contas externas foram bastante fortes desde 2003, superando todas as expectativas e projeções. As exportações cresceram de forma rápida, ultrapassando o ritmo de expansão do comércio mundial como um todo. É verdade que no passado mais recente, especialmente desde 2005, o ritmo de crescimento das exportações vem caindo de modo significativo, principalmente por causa da excessiva valorização do real. Mesmo assim, o Brasil continua a registrar superávits comerciais expressivos, em 2006. O superávit da balança comercial nos 12 meses findos em julho foi de nada menos que US\$45,2 bilhões. Desde 2003, os superávits comerciais têm sido excepcionais, mais do que suficientes para cobrir o déficit no resto do balanço de pagamentos em conta corrente.

Conseqüentemente, completaremos em 2006 um resultado que é muito raro, senão inédito, na história econômica brasileira: quatro anos consecutivos de superávit no balanço de pagamentos em conta corrente (que inclui a balança comercial, serviços, juros da dí-

vida externa e outras rendas, além de transferências unilaterais como remessas de imigrantes). Isso significa que o Brasil está reduzindo o seu passivo externo líquido depois de tê-lo aumentado de maneira contínua e substancial no período do governo Fernando Henrique Cardoso, desde 1995 a 2002.

Ainda que de forma menos acentuada, também houve progressos no campo das finanças públicas. O setor público gerou superávits primários expressivos, talvez até excessivos, não raro acima das metas fixadas no acordo com o FMI. O Brasil pôde, afinal, dispensar o monitoramento do Fundo e não renovar os acordos que vinham sendo firmados com aquele organismo desde 1998. Graças em parte aos superávits fiscais primários, foi possível controlar e reduzir um pouco a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB. Essa relação crescera rapidamente ao longo do período do governo Fernando Henrique Cardoso, tendo chegado a 55,5% em dezembro de 2002. Depois de aumentar para 58,7% em dezembro de 2003, a relação dívida/PIB se estabilizou recentemente em torno de 51%. O último dado, referente a junho de 2006, indica que a dívida pública representa 50,3% do PIB.

Houve também alguns avanços, ainda que insuficientes, em termos de mercado de trabalho e distribuição de renda. Embora a economia tenha crescido em ritmo relativamente lento, o nível de emprego aumentou. Houve formalização das relações de trabalho, uma vez que – pelo menos até recentemente – o emprego formal, com carteira assinada, cresceu mais do que o emprego informal. O programa bolsa-família aumentou o seu alcance e vem tendo importância crescente para famílias de baixa renda. Pesquisas recentes estão mostrando um decréscimo do grau de concentração da renda, algo que é muito bem vindo num país como o nosso que se destaca mundialmente, há muito tempo, por uma péssima distribuição da renda e da riqueza. Há algumas dúvidas sobre a precisão e a interpretação dessas pesquisas, mas parece claro que houve alguma desconcentração da renda do trabalho. Como as rendas do capital, especialmente as rendas financeiras, não são adequadamente captadas nessas pesquisas, persiste alguma dúvida sobre se houve ou não desconcentração da renda total, uma vez que as rendas financeiras, apropriadas por uma minoria, foram fortemente ampliadas pelos juros extremamente altos vigentes no País.

A bem da verdade, é preciso reconhecer que alguns desses resultados macroeconômicos favoráveis foram facilitados por um contexto mundial propício, tanto do ponto de vista comercial (demanda externa em expansão e preços altos para nossas exportações) como do ponto de vista financeiro (juros internacionais baixos e liquidez abundante nos mercados financeiros mundiais). É importante levar isso em conta, para que o

país não baixe a guarda e continue se preparando para cenários menos favoráveis nos anos que virão – hipótese que, evidentemente, não pode ser descartada. De qualquer forma, não há como negar o progresso feito desde 2003 no campo econômico, ainda que erros tenham sido cometidos e muito reste por fazer.

O principal desafio continua a ser a retomada do crescimento. O Brasil está há mais de 25 anos sem crescer de forma sustentada a taxas elevadas. No período recente, durante as gestões Malan e Palocci no Ministério da Fazenda, houve uma preocupação muito forte, às vezes quase exclusiva, com a estabilidade monetária; não foi dada atenção suficiente à questão do crescimento econômico. As políticas de combate à inflação lançaram mãos de instrumentos que debilitam as condições de crescimento da produção e do emprego. Por exemplo: a insistência em praticar taxas de juro excepcionalmente altas, sempre ou quase sempre as mais altas do mundo. Outro aspecto, ligado ao primeiro: os períodos recorrentes de sobrevalorização cambial. Um terceiro problema é a pesada carga tributária, que vem crescendo desde o início dos anos 90. Ela é alta demais para um país do nível de desenvolvimento do Brasil. Além disso, o investimento público foi fortemente sacrificado, inclusive em áreas essenciais para o desenvolvimento econômico como a infra-estrutura de energia e transporte.

Parece evidente, entretanto, que as condições estão dadas para fazer as modificações nas políticas macroeconômicas de forma a orientá-las sistematicamente para a promoção do desenvolvimento. O Ministro Guido Mantega tem dado diversas indicações de que está consciente disso e trabalha aos poucos para fazer as necessárias correções de rota.

Qualquer que seja o presidente eleito em 2006, o campo hoje é mais favorável para a retomada do desenvolvimento. A menos que haja uma deterioração dramática do cenário externo, ou que o próximo governo recaia em políticas econômicas exageradamente rígidas, temos condições propícias para superar a longa estagnação que marca a nossa experiência desde o início da década de 1980. É claro que cabe ao governo Lula e à sua equipe econômica o mérito pela criação dessas perspectivas positivas.

Ainda hoje, em seu artigo na “**Folha de S. Paulo**”, o Professor Paulo Nogueira Batista Jr. indica caminhos de como a economia brasileira pode ter uma fase mais saudável de crescimento sustentável com estabilidade da moeda e melhoria da distribuição da renda.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLEY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
OFÍCIO DE ARARAQUARA/SP

Avenida Espanha, nº 1664 – Santana – CEP 14801-130 – Araraquara/SP
Telefone: (16) 3335-9949

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 15366/2003-15

OBJETO: TRABALHO INFORMAL E TERCEIRIZAÇÃO NA SUCOCITRICULTURA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Às dez horas e dezessete minutos (10h17min) do dia dez do mês de agosto de dois mil e seis (10/08/2006), na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – Ofício de Araraquara/SP, com sede na Avenida Espanha, 1664, Santana, Araraquara/SP, compareceu, para prestar depoimento, o **Sr. FLAVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS**, brasileiro, casado, citricultor, portador da cédula de identidade RG nº 2974364 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 035154518-20, residente à Rua Francisco de Paula, 1069, Bebedouro/SP, Cep 14701-380. Presente a **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADOS DE SÃO PAULO – FERAESP** –, representada por seu Presidente, **Sr. ÉLIO NEVES**, portador da cédula de identidade RG nº 12.969.782-5, e acompanhada de seu patrono, **Dr. SÉRGIO LUIZ RIBEIRO, OAB/SP nº 100474**. Preside a audiência o Exmo. Sr. Procurador do Trabalho **Dr. RICARDO WAGNER GARCIA**.

DEPOIMENTO QUE PRESTA FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS.
Advertido e compromissado na forma da lei, às perguntas respondeu que:

1 – É citricultor desde meados dos anos 80, tendo se iniciado no setor como empregado da Frutesp, no período de 1975 a 1993, tendo chegado a diretor industrial e comercial desta empresa;

2 – A Frutesp tem origem na desapropriação, pelo Governo do Estado, da antiga Sanderson, e foi reativada com capital público, tendo se tornado a terceira empresa no setor, só atrás da Cutrale e da Citrosuco;

3 – No início das atividades das empresa, que fabricava suco de laranja concentrado e congelado, sofria forte concorrência das outras duas, mas a entrada no mercado da norte-americana Cargill marcou o início da mudança de relacionamento do setor e a da formação do cartel industrial;

4 – A Frutesp por ser pública e ter acordo com a Coopercitrus, cooperativa de produtores, não podia ser quebrada pelas indústrias dominantes, daí a necessidade de estabelecimento do cartel com a participação da Frutesp;

5 – O mecanismo de quebra da concorrência era feito mediante o abastecimento inicial da

necessidade de frutas pela Cutrale e Citrosuco, seguida de um aumento artificial do preço da matéria prima e e seguido de um achatamento do preço do suco de laranja, forçando as pequenas a comprar caro e vender barato;

6 – A Cargill tinha muito medo e resistia ao cartel, mas submeteu-se à essa idéia, acatando tudo o que fosse decidido;

7 – A Frutesp era acusada de ficar “em cima do muro” porque participava do cartel e, mediante o acordo com a Coopercitrus, repassava para os citricultores parte dos seus ganhos, o que gerava uma diminuição dos lucros do cartel;

8 – No início dos anos 90, houve uma queda acentuada do preço do suco, e isso motivou o cartel a quebrar a Frutesp, e poder aumentar os seus ganhos;

9 – O pretexto para o ataque à Frutesp foi a quebra do compromisso que a empresa tinha com o cartel de compra de 30 milhões de caixas e acabou adquirindo 35 milhões;

10 – Como represália, o cartel forçou o encalhe da produção da Frutesp, estabelecendo preços elevados para todos na presença dessa empresa, mas vendendo a preços menores sem o conhecimento da Frutesp;

11 – Esse mecanismo fez com que a empresa não conseguisse vender os seus estoques e ao final da safra, o cartel, após vender o seu produto, forçou uma queda drástica, causando prejuízo de mais de 30 milhões de dólares à empresa;

12 – Esclarece que a fixação dos preços do produto acabado era feita em duas reuniões: na primeira, participavam a Cutrale, Citrosuco, Coinbra, Citrovida, Cargill e Frutesp, e na segunda, eram definidos preços menores sem a presença da Frutesp, o que fazia com que o produto dessa empresa não tivesse aceitação no mercado;

13 – Após essa safra, as cinco empresas voltaram-se para os fornecedores da Frutesp, aproveitando-se de sua fragilidade em decorrência do prejuízo, oferecendo preços muito superiores ao do mercado para monopolizar a matéria-prima;

14 – Esses fatos ocorreram no final dos anos 80 até a quebra da Frutesp, em 1993;

15 – Esclarece que as empresas ofereciam de sete a doze dólares por caixa, quando o mercado pagava em torno de dois a três dólares. Tais ofertas foram feitas inclusive ao Presidente da cooperativa e a diretores da empresa e a seus familiares. O filho de um diretor foi abordado com a oferta de ganho de vinte centavos de dólar por caixa apenas para convencer seu pai a vender para o cartel;

16 – Essa tática causou desmoralização da empresa porque seus próprios proprietários (citricultores da cooperativa) vendiam matéria-prima para as concorrentes;

17 – Esclarece que a empresa foi privatizada no final dos anos 70, tendo sido vendida para a Coopercitrus;

18 – Ao mesmo tempo, esse ataque gerou nos cooperados a idéia de que ganhariam mais com a venda da empresa e com a manutenção dos preços altos mesmo após essa venda, enquanto que a permanência da indústria em suas mãos gerava prejuízos e dificuldades;

19 – A empresa foi colocada à venda em 1991/1992, já com dificuldades financeiras, tendo sido adquirida pela Coinbra em 1993, numa operação pré-negociada entre as empresas do cartel, sem a presença da Frutesp;

20 – A participação de mercado da Frutesp foi repassada para as cinco empresas, não tendo sido herdada totalmente pela Coinbra, o que ocorreria se tivesse sido uma aquisição verdadeira;

21 – Por participação no mercado, deve ser entendida a posição da empresa tanto na base de compra de matéria-prima como na de colocação do produto acabado, pois não há como dissociar uma ponta da outra;

22 – O ataque feito pela Cartel à Frutesp desequilibrou a posição das empresas do grupo no que diz respeito à compra de matéria-prima. Por isso, logo após ao retalhamento da Coinbra, as indústrias se reuniram para restabelecer esse equilíbrio no domínio da matéria-prima celebrando o que ficou conhecido como o “Acordo dos Jardins”;

23 – Esse acordo visou a compensação na participação de matéria-prima, com o repasse, por todas elas, do que havia sido comprado além da participação estabelecida, inclusive nas compras feitas indiretamente por meio de mercadistas;

24 – Além de restabelecer o equilíbrio, o “Acordo dos Jardins” também estabeleceu a partilha da participação no mercado que detinha a Frutesp. A Coinbra, empresa adquirente, não assimilou toda essa participação, como seria de se esperar, tendo sido repassada uma parcela para as demais. Esclarece que por “Jardim” era entendido o pomar, o mercado fornecedor. Essa divisão significava que um determinado produtor só poderia vender para uma indústria determinada, devendo as demais respeitar essa reserva e não tentar comprar matéria-prima dos fornecedores das demais. Havia exceções de produtores que poderiam, em razão de possuir mais de uma propriedade, fornecer para mais de uma indústria.

25 – Na mesma época, tramitava uma investigação de formação de cartel, envolvendo as cinco empresas, no CADE. Essa investigação, iniciada por denúncia dos citricultores, culminou com um acordo celebrado no final de 1994, quando elas firmaram um “Termo de Cessação de Conduta” com o órgão, comprometendo-se a não combinar preços, não dividir entre si os citricultores, não trocar informações.

26 – Essa prática, entretanto, continuou, pois ao mesmo tempo em que celebravam o

TCC com o CADE, as empresas se reuniram e firmaram um CONTRATO DE CARTEL, que significava o loteamento da produção e do mercado comprador, estabelecendo a participação de cada uma e mecanismos de compensação e repasse de matéria-prima e de produto acabado para a manutenção das respectivas participações;

27 – O contrato de cartel previa a possibilidade de troca de fornecedores entre as indústrias, mantida a participação e mediante compensação;

28 – Além das cinco grande empresas do cartel, existiam pequenas produtoras de suco, cuja concorrência não era tolerada pelo cartel;

29 – Um dos mecanismos de combate à essa concorrência era conhecido como “Operação Temporona”, que consistia na elevação artificial do preço da furta da entressafra, conhecida como “Temporona”, para impedir que fossem adquiridas pelas pequenas. Isso era necessário porque as indústrias só adquirem durante a safra, cessando sua atividade no fim do período. Com isso a tendência é a diminuição da procura da fruta e a queda natural do preço, possibilitando as pequenas sua atividade e viabilização.

30 – Para processar as frutas compradas na “Operação Temporona”, o cartel deixava funcionando apenas uma fábrica, que repassava para todas o suco produzido;

31 – Esse suco dá prejuízo, porque a matéria-prima tem preço elevado e o produto acabado tem um preço menor porque a fruta nessa época tem rendimento e qualidade menor. O prejuízo é assimilado por todas as empresas do cartel.

32 – Sabe que desde o início, o cartel montou uma auditoria para assegurar o cumprimento das normas do contrato de cartel. Inicialmente, esse monitoramento era feito por Plínio Rossetti, que era pago pela Cutrale e Citrosuco e depois montou uma empresa que continuou a desenvolver esse monitoramento de forma terceirizada.

33 – Esclarece que Plínio Rossetti era o gestor das fazendas adquiridas por ocasião da compra das empresas Citral, Sucorrico e Frutropic, pela Cutrale e Citrosuco no final dos anos 70.

34 – Esse monitoramento consistia em visita as fabricas e de instalações para verificar livros fiscais, contratos, documentos de compra de laranja, estoques e venda de suco. Esclarece que a Auditoria tinha livre acesso a todas as instalações e documentos das indústrias do Cartel.

35 – Sabe que essa Auditoria perdurou, dessa forma, até o final de 2003. Depois dessa época, o cartel sofisticou-se e ao seus métodos, tendo o depoente recebido notícias da existência de mecanismos de controle das normas de contrato de cartel, não sabendo porem especificar quais sejam.

36 – Dentre os métodos de eliminação da concorrência o cartel desmontaram as indústrias menores, após inviabiliza-las economicamente. O depoente pode citar como exemplo

disso as empresas Frutax, Royal, CTM, Central, Sucorrico, dentre outras.

37 – Uma vez decidida a venda da empresa, o cartel se reunia e organizava o leilão para venda dos ativos de forma retalhada. Ao leilão só compareciam as empresas do cartel, já com seus papéis determinados. Os equipamentos e máquinas adquiridos em leilão eram destruídos e as instalações divididas entre o cartel, sempre mediante a compensações mutuas.

38 – A Cargill prestava serviços de processamento de laranja e transporte de suco para o Montecitrus e o Comcitrus na década de 90. Essas empresas reuniam citricultores e esses contratos foram vistos pelo cartel como risco pois poderiam resultar em novas fábricas concorrentes. O Montecitrus cresceu e comprou uma pequena empresa chamada CTM. E associou-se à Canbuh.

39 – Por decisão do cartel, a Cargill rescindiu os contratos, colocando em dificuldades o Montecitrus, a CTM e o Comcitrus. A CTM acabou inviabilizada e indo a leilão e retalhada.

40 – A Sucorrico era uma pequena empresa cuja produção era toda destinada à Cutrale, que repassava para as empresas do cartel, na medida de sua participação. Mesmo após a aquisição dessa empresa pela Citrovita, teoricamente concorrente da Cutrale, sua produção continuou sendo canalizada para a Cutrale, que continua a fazer o repasse, até hoje.

41 – A compra da Cargill é também um dos fatos que demonstram a vitalidade do cartel. Em 2004, os ativos dessa empresa foram adquiridos pela Cutrale e Citrosuco. Oficialmente, cada uma comprou partes da Cargill separadamente, mas os próprios diretores da empresa admitem a compra conjunta. Cada uma delas comprou uma das fábricas da Cargill, sendo que a Citrosuco adquiriu a única em atividade e a mais importante. Teoricamente todos os fornecedores de laranja dessa fábrica deveriam passar a fornecer para Citrosuco. O depoente fornecia para essa fábrica naquela ocasião. Surpreendentemente, sem nenhuma comunicação da Cargill ou da Citrosuco, recebeu uma correspondência da Cutrale informando que daquele momento em diante ele passaria fornecer exclusivamente para a Cutrale. Outros fornecedores da mesma fábrica foram também destinados as outras empresas do cartel, no arranjo que demonstra a prévia combinação para assimilação da Cargill e de sua participação no mercado.

42 – Ao contrário do que se poderia esperar por ocasião dos leilões ou aquisições de empresas por membros do cartel, esses negócios nunca geraram protestos ou resistência de quaisquer deles. Por exemplo, a compra da Cargill pela Cutrale e Citrosuco, da Frutesp pela Coimbra, da Sucorrico e Canbuh pela Citrovita não só não geraram protestos como também não causaram desequilíbrio na divisão do mercado previamente estabelecida.

43 – As empresas do cartel pagam os mesmos preços mínimo e máximo, compondo um preço médio uniforme, pela matéria prima adquirida de terceiros. Isso é verificado com maior clareza na fruta comprada no portão, cujos os preços são idênticos para as quatro empresas, e quando alterados são na mesma intensidade e época.

44 – A variação de preços eventualmente existente mascara a uniformidade, mas não é capaz de eliminá-la porque elas apresentam entre seus preços mínimos e máximos, sempre os mesmos preços médios.

45 – Isso não poderia ocorrer tendo em vista que são empresas com porte diferente, escalas de produção diferentes, fornecimento próprio diferentes, e que portanto tem custos diferentes. Uma vez que o preço do produto acabado é o mesmo, as fábricas com custos menores poderiam disputar fornecedores de laranja, pois podem oferecer preços melhores. Mas essa disputa por matéria prima não existe.

46 – As quatro empresas do cartel exportam sua produção para suas próprias subsidiárias localizadas no exterior a preços inferiores aos do mercado. Por exemplo, quando a tonelada de suco era vendida a US\$ 1.800,00 no exterior, elas continuavam registrando o preço de exportação como sendo de US\$ 800,00 a tonelada. As subsidiárias revendem o produto no mercado externo por preços praticados no mercado. Essa manobra pode significar evasão de receita e sonegação fiscal, em prejuízo do Tesouro Nacional, não podendo o depoente especificar valores e todos os mecanismos utilizados.

47 - Essas subsidiárias no exterior também se relacionam entre si emprestando recursos, faturando vendas e realizando negócios entre empresas do mesmo grupo, visando diminuir sua carga tributária, não sabendo o depoente esclarecer se nesses negócios há ou não simulação e sonegação fiscal.

48 – Esse mecanismo se sofisticou por meio de acordo firmado entre a Cutrale e a Coca Cola, pelo qual, a empresa brasileira opera as fábricas da Norte Americana nos Estados Unidos entregando suco de laranja já envasado para consumo final. Acordo similar existe entre a Citrosuco e a Tropicana, empresa da Pepsi Cola.

49 – Uma tonelada de suco concentrado de laranja gera no mercado consumidor cerca de US\$ 7.000,00. Só 10% a 20% desse valor retorna ao Brasil. E as empresas brasileiras participam em grande parte da receita gerada no exterior.

50 – A Frutesp, visando proteger o citricultor dos efeitos da inflação e transferir para ele eventuais ganhos de mercado, instituiu a prática da dolarização do valor da caixa de laranja. Após o desaparecimento da Frutesp, o cartel fraudou esse objetivo mantendo o valor em dólar e a participação no mercado passou a ser balizada pelo preço que as empresas do cartel fixam para a venda do seu produto acabado.

51- Um estudo feito pelos norte americanos revela que até o início dos anos 90, os preços pagos pelo consumidor e os da bolsa de valores de Nova York tinham curvas paralelas. A partir de 94/95, enquanto a curva do preço pago pelo consumidor continuou ascendente a relativa ao suco de laranja concentrado caiu, o que revela manipulação de preços do suco concentrado. As empresas do cartel foram investigadas pela prática de dumping pelo Governo Norte Americano e

condenadas a pagar multas e sobretaxas de exportação. Essa condenação confirma a existência da manipulação de preços.

52 – O Comprador de suco concentrado e congelado de laranja estabelece no contrato que firma com a indústria inúmeras especificações que devem ser obedecidas no fornecimento, como por exemplo, o grau brix ou concentração de sólidos solúveis, cor, sabor/aroma, “ratio” ou teor de acidez, porcentagem de polpa e outras características químicas e físicas biológicas sofisticadas e só aferíveis mediante análises laboratoriais.

53 – O comprador exige que ao suco não seja acrescentado nenhum outro produto natural ou artificial, de forma que o produto acabado entregue pela indústria é apenas e tão somente o suco extraído da laranja.

54 – Para atender as especificações de seu cliente a indústria deve acompanhar a safra, analisando o processo de maturação do fruto e de suas características, determinando ela e mediante prévia análise laboratorial de amostras colhidas, a variedade e o momento da colheita. A indústria determina também o ritmo da colheita de acordo com a sua capacidade de esmagamento e até dos estoques existentes.

55 – O citricultor não tem acesso ao contrato celebrado entre a indústria e seu cliente e nem ferramental técnico para analisar suas frutas e determinar com independência o momento da colheita.

56 – Pelas suas características a colheita da laranja não pode ser comparada a de outros produtos, como soja ou milho que podem ser colhidos tão logo chegue a época própria. Ao contrário deles a colheita da laranja determina o produto acabado.

57 – Há ainda que se considerar o critério de rendimento da fruta, ou seja o teor de sólidos solúveis encontrado em seu suco. Quanto maior a maturação, até um determinado limite, há uma concentração desses açúcares e quanto maior ela for maior o rendimento em suco de laranja. Se dependesse do produtor, ele colheria as frutas no momento em que amarelassem no pé, mas isso significaria colher frutas com rendimento muito baixo, o que comprometeria a rentabilidade da indústria. Também por isso a indústria precisa acompanhar a maturação e determinar o momento de maior rendimento para a colheita. Embora o maior rendimento gere mais rentabilidade para a indústria, esse ganho não é repassado para o produtor.

58 – Como é a colheita que define a qualidade, o rendimento, e a adequação do produto ao contrato de fornecimento de produto acabado, ela é atividade fim da indústria.

59 - Em função dessas características a indústria é obrigada a determinar não só o momento de início da colheita mas também mudanças constantes de variedade, ritmo, impondo interrupções até mesmo para compatibilizar a velocidade do trabalho com a evolução da maturação pretendida pela indústria.

60 – O Depoente já perdeu frutas porque a indústria não autorizou sua colheita, embora tivesse contrato de compra de safra, por razões ligadas aos interesses da fábrica. A laranja não colhida, ainda que por ordem da indústria, não é paga ao citricultor, pois a indústria só paga a laranja que chega ao portão da fábrica. Essa direção da indústria é utilizada também como mecanismo para imposição de rebaixamento de preços, porque o citricultor não pode colher essa laranja rejeitada para vendê-la a outro comprador, pois está presa ao contrato.

61 – Em média os contratos de compra de laranja pela indústria são feitos previamente e com duração de 3 safras, podendo chegar até 8 safras consecutivas. Os preços da laranja são fixados pela indústria e é com base neles que o citricultor contratará a mão de obra necessária à colheita.

Encerrado o ato às quatorze horas e dez minutos (14h10min), eu, **Alexandre Ricardo Cupri Aranha**, secretário do procedimento, lavrei o presente termo que, após lido e achado conforme, vai assinado por todos os presentes. O presidente da FERAESP teve que ausentar-se durante o depoimento.

RICARDO WAGNER GARCIA

Procurador do Trabalho

FLAVIO C. P. VIEGAS

TESTEMUNHA

SERGIO LUIZ RIBEIRO

FERAESP

Bebedouro(sp), 10 de Agosto de 2006

Ao

Senador Eduardo Suplicy

Brasília – DF

Venho por meio desta transmitir-lhe minhas preocupações com os últimos acontecimentos envolvendo a citricultura no Estado de São Paulo. O setor é um dos principais esteios do agronegócio paulista, tendo uma importância econômica e alimentar muito grande. A Associtrus após um passado de descrédito junto aos produtores de laranja, tendo em vista que algumas de suas lideranças ficaram ao lado das indústrias de suco em detrimento dos produtores, atualmente vem tendo uma atuação bastante dinâmica e intransigente na defesa dos interesses dos seus associados. Isso não impediu que parte de sua atual DIRETORIA, tenha sido influenciada politicamente pelo PSDB de São Paulo, adotando uma postura de críticas a atuação do Governo Federal ao mesmo tempo de fêz vista grossa à omissão que o Governo do Estado de São Paulo vem tratando a citricultura paulista.

Por outro lado, foi feita uma negociação entre o governo e as indústrias de suco de laranja referente à safra 2005-2006, que tem desagradado a Diretoria e os associados da Associtrus, pois a negociação para os produtores ficou restrita ao novo preço da caixa da laranja enquanto para a indústria a suspende as investigações no âmbito do Cadê e da SDE acerca das denúncias de formação de cartel.

Senhor Senador, a questão da Laranja, não se resume somente ao atual preço da caixa da laranja, e sim a diversos fatores como o financiamento público tanto do governo federal quanto do Governo de São Paulo, para o plantio de novos pomares, bem como o refinanciamento das DÍVIDAS de milhares de pequenos, médio e grandes produtores que no passado se endividaram e que atualmente encontram-se desamparados. As iniciativas institucionais para se adicionar o suco de laranja na merenda escolar, bem como a adoção do CONCECITRUS (a exemplo do Consecana), um novo contrato que remunere o produtor pela produtividade da fruta, merecem uma atenção, tanto quanto ao novo preço da caixa da laranja.

Peço a V. Exa., que sempre acompanhou o setor e esteve presente nas reuniões aqui em Bebedouro, bem como, apoiando as manifestações dos produtores de laranja em Brasília, que deixando de lado as partidariasções de que o assunto laranja está contaminado, continue junto aos citricultores em sua luta principalmente no que diz respeito A CONTINUIDADE NAS INVESTIGAÇÕES QUE O CADE E SDE podem fazer com respeito à formação de Cartel nas indústrias de suco de laranja.

Atenciosamente,

Davi Perez Aguiar, Vice-Presidente da AMCISP(Associação dos Municípios Citricolas do Estado de São Paulo), e Ex-Prefeito de Bebedouro/SP

IVANILDA FIGUEIREDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS
E A REALIZAÇÃO DOS
DIREITOS SOCIAIS**

Sergio Antonio Fabris Editor

PREFÁCIO

POSSAMOS LOGO NO BRASIL APLICAR
OS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA

*Eduardo Matarazzo Suplicy**

A tese de mestrado de Ivanilda Figueiredo para a Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, publicada neste livro, constitui uma contribuição de enorme significado para que o Brasil possa dar um avanço importante rumo à implantação de uma Renda Básica de Cidadania. Trata-se de um dos mais eficazes instrumentos de política econômica para que possamos atingir os objetivos de erradicação da pobreza absoluta, crescimento com maior equidade, dignidade e liberdade real para todos os seres humanos na sociedade.

Ivanilda Figueiredo estudou em profundidade a literatura desenvolvida a respeito dos diversos instrumentos de transferência de renda que foram objeto de análise realizada, sobretudo diante da experiência acumulada pelos mais diversos países que enfrentaram o problema da erradicação da fome e da pobreza absoluta. Dedicou também atenção ao debate ocorrido no Brasil nas últimas décadas sobre as propostas de garantia de renda às pessoas e famílias de maneira que pudessem ter asseguradas as condições para que as suas crianças estivessem freqüentando a escola, tendo a devida as-

* Senador (PT-SP), autor do Projeto de Lei apresentado no Senado Federal em 2001 que deu origem à Lei 10.835/2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, professor de Economia da EAESP-FGV, Ph.D em Economia pela Michigan State University, autor dos livros Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta (2002, 1ª edição, 2004, 3ª edição, Editora Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora e Renda Básica de Cidadania. A Resposta dada pelo Vento (2006), L&PM Editora.

sistência à sua saúde, obtivessem as vacinas preventivas de doenças conforme o calendário do Ministério da Saúde e encontrassem meios de sobrevivência dignos, sobretudo através do trabalho. Estudou as experiências de programas de Renda Mínima associadas à Educação, Bolsa-Escola, Bolsa-Renda, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, Auxílio-Gás, Fome-Zero, Cartão-Alimentação e outros que acabaram se consolidando no Programa Bolsa Família, o qual se desenvolveu a partir de 2003.

Neste ano de 2006 o Programa Bolsa Família completa o seu quarto ano com resultados bastante positivos que são aqui analisados. O número de beneficiários cresceu significativamente, passando de 3,5 milhões de famílias, em dezembro de 2003, para 9,2 milhões de famílias em junho de 2006, e devendo passar para 11,1 milhões de famílias em julho-agosto de 2006, correspondendo a quase 100% de todas as famílias brasileiras que têm renda mensal per capita até R\$ 120,00 por mês. Como o número médio de pessoas por família é em torno de quatro, estima-se que cerca de 44,4 milhões de pessoas ou quase um quarto da população brasileira estará beneficiada pelo programa neste segundo semestre de 2006.

O Bolsa Família é uma transferência modesta, de R\$ 15 a R\$ 95 por mês, que envolve requisitos a serem preenchidos pelas famílias. Segundo a análise de inúmeros pesquisadores de instituições como o IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, a Fundação Getúlio Vargas, o Banco Mundial, a UNESCO, o PNUD, com base nos levantamentos realizados pelo IBGE, os resultados alcançados por sua implementação têm sido positivos, na direção correta, mas ainda estão longe de tornar o Brasil uma nação justa.

Ivanilda Rodrigues, além de estudar e analisar a literatura sobre o tema, resolveu fazer uma pesquisa de campo junto a 317 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família em 6 cidades do Estado de Pernambuco, na região Metropolitana, no Agreste e no Sertão e que pudessem estar representando os lugares de maior e menor Índice de Desenvolvimento Humano. A relevância de seus estudos é que, depois de analisar em termos práticos o resultado da aplicação do Programa Bolsa Família e de se perguntar, como costumam fazer as autoridades responsáveis pelo mesmo sobre se já é o momento de fazermos a transição do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, de maneira muito assertiva ela conclui que esta última deve ser efetivada com a maior brevidade possível.

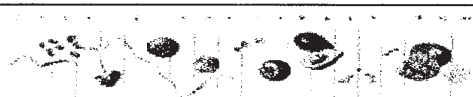
O livro de Ivanilda Figueiredo será de grande proveito aos estudiosos de Direito, como de Economia e a todos que se interessam pelo objetivo maior da Política: alcançarmos uma vida justa para todos. Ela salienta que a Renda de Cidadania vai cooperar para que a sociedade brasileira avance para atingirmos os direitos fundamentais e humanos: "é assecuratória de uma existência digna dotada da possibilidade de cada um, de acordo com suas aptidões, convicções, capacidades de realizar escolhas, direcionar a própria vida."

O que é a Renda Básica de Cidadania: o direito de todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica de receber uma renda na medida do possível suficiente para atender as necessidades de cada um, como um direito inalienável de todas participarem da riqueza da nação. Como seria difícil implanta-la de um dia para o outro, previu a lei que ela será implementada por etapas, começando pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa Família.

Por quê pagar a todos, digamos aos 190 milhões de brasileiros que existirão em 2010, até aos mais ricos se estes não precisam para a sua sobrevivência? Obviamente eles colaborarão para que eles próprios e todos os demais venham a recebê-la. E quais as vantagens? Eliminarmos em grande parte a burocracia envolvida em termos de saber quanto cada um ganha no mercado formal e informal para fins de receber a Renda de Cidadania. Eliminarmos o estigma ou sentimento de vergonha da pessoa ter que dizer que só recebe tanto e que por isso precisa de um complemento. Eliminarmos o fenômeno da dependência que acaba resultando nas armadilhas da pobreza e do desemprego, ou seja, quando há um programa que diz que se a família ou a pessoa não recebe até certo patamar de renda, ela passa a ter o direito a um complemento, mas justamente a pessoa então fica a pensar que se iniciar uma nova atividade ela vai receber uma remuneração, mas entretanto pode ser retirado o que o governo vinha lhe pagando, e ela talvez opte por não realizar aquele trabalho. Assim, será melhor que todos tenham a Renda de Cidadania, de maneira que o estímulo ao progresso sempre permaneça. Principalmente, é do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano - a liberdade de que nos fala Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade, de que o desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade, que a Renda de Cidadania constitui um instrumento funda-

mental. Pois será melhor para cada pessoa saber de antemão que nos próximos 12 meses e a cada ano daqui para a frente, cada vez mais com o progresso da nação, ela própria e todas na sua família terão o direito à Renda de Cidadania.

Ivanilda Figueiredo compreendeu tão bem estas razões e abraçou a causa com entusiasmo. Seu livro é uma boa nova que é publicado ao lado de outros que colaborarão para que o seu objetivo seja atingido, como Renda Básica de Cidadania. Argumentos Éticos e Econômicos (2006), de Yannick Vanderborght e Philippe Van Parijs, publicado pela Civilização Brasileira. Na medida que mais e mais brasileiros venham a compreender a Renda de Cidadania como ela o fez, estarão todos a dizer ao Presidente da República. Está em suas mãos implanta-la. O Congresso Nacional já a aprovou para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo. Está na hora de coloca-la em prática.

Coleção Folha
Cozinha País a País

São Paulo, quinta-feira, 10 de agosto de 2006

FOLHA DE S. PAULO **dinheiro**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.****A retomada do crescimento econômico****A combinação de juro elevado, moeda forte e tributos pesados explica, em larga medida, o fraco dinamismo da economia**

POR ENQUANTO, há um certo silêncio sobre política econômica por parte dos dois principais candidatos à Presidência, o do PT e o do PSDB. Passam a impressão de ter modelos parecidos. Uma das questões centrais que seria preciso debater é a seguinte: o que fazer para retomar taxas robustas de expansão econômica? A trajetória de muitas economias nos últimos anos, tanto desenvolvidas como emergentes, indica que é possível conciliar rápido crescimento do PIB com taxas de inflação modestas (5% ao ano ou menos). A experiência brasileira desde 1994 revela, por outro lado, que determinadas formas de estabilizar a moeda podem ser destrutivas das condições de crescimento. No Brasil, o combate à inflação tem sido feito por meio de juros sempre muito altos e câmbio recorrentemente sobrevalorizado. O relativo ajustamento das finanças públicas é alcançado de forma precária, com aumentos da carga tributária e cortes de investimentos, inclusive em áreas prioritárias como a infra-estrutura de transportes e energia. Essa combinação de juros elevados, moeda forte, tributos pesados e investimentos públicos reduzidos é que explica, em larga medida, o fraco dinamismo da economia. O foco do problema é a política de juros altos, que desestimula o consumo e o investimento, provoca apreciação cambial e pressiona o custo da dívida pública. O câmbio valorizado derruba as exportações e induz à substituição de produtos nacionais por importações, o que tende a tornar negativa a contribuição do setor externo para a variação do PIB. O aumento do custo da dívida acaba levando o governo a buscar superávits primários elevados, seja por aumento de tributos, seja por diminuição de despesas, deprimindo ainda mais a economia. Fundamental, portanto, é reorientar as políticas monetária e financeira. Há um esboço de mudança (talvez apenas eleitoreiro) desde a queda de Antonio Palocci Filho e a sua substituição por Guido Mantega. Mas a reorientação não tomará impulso se o Conselho Monetário Nacional e, sobretudo, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central continuarem dominados por técnicos e financistas distantes do mundo da produção e estreitamente identificados com a visão e os interesses do sistema bancário. O mandato do BC deve fazer referência

não apenas ao controle da inflação como também à sustentação do crescimento, à semelhança do que se verifica nos EUA, por exemplo. O sistema de metas para a inflação precisa ser definido e aplicado de forma mais flexível. Não é necessário, por exemplo, mirar sempre o centro da meta, especialmente quando a economia é submetida a choques de oferta. As metas devem ser definidas para horizontes mais longos, de dois a quatro anos, o que daria ao BC mais flexibilidade para alcançar os seus objetivos antiinflacionários sem sacrificar a atividade econômica e a competitividade da taxa de câmbio. Além disso, o BC e os demais bancos públicos federais têm que atuar, com firmeza, para ampliar o crédito, aumentar a concorrência em diferentes segmentos do mercado financeiro e diminuir o altíssimo "spread" bancário, isto é, a diferença entre as taxas de ativas e passivas dos bancos. A redução gradual da taxa básica de juro, até chegar a algo como 4% a 5% em termos reais, não é incompatível com uma inflação baixa, uma vez que a economia brasileira opera com grande capacidade ociosa. A queda dos juros levaria à depreciação cambial, fortalecendo o ajustamento externo e ampliando o estímulo ao crescimento. Taxas de juro menores permitiriam também assegurar o ajustamento das finanças públicas com um nível mais alto de investimentos em infra-estrutura e um nível mais reduzido de carga tributária. Isso aconteceria de duas maneiras: a) diretamente, pelo alívio da carga de juros da dívida (mesmo que se leve em conta a provável redução dos impostos sobre rendimentos financeiros); e b) indiretamente, porque a queda dos juros aumentaria a atividade econômica, favorecendo a arrecadação e reduzindo as despesas de caráter cíclico. Note-se que o ajustamento fiscal aparece aqui, em grande parte, como subproduto da reorientação monetária - e não, como sustentam muitas análises de tipo mais tradicional, como pré-condição para mudar a política de juros.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. , 51, economista e professor da FGV-EAESP, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É autor do livro "O Brasil e a Economia Internacional: Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional" (Campus/ Elsevier, 2005).
pnbjr@attglobal.net

Texto Anterior: Dólar também recua e fecha a R\$ 2,168

Próximo Texto: Nova desoneração deve começar pela construção civil

Índice

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria hoje de fazer um discurso sobre aquilo que ouvi, sobre aquilo que foi dito aqui nesta tarde, primeiro, com relação à corrupção e à eficiência da Polícia Federal. Disseram que, neste Governo, se apura tudo, que, neste Governo, se está fazendo o possível para que a corrupção deixe de existir ou diminua na sua intensidade.

Foi dito que, pela primeira vez, combate-se corrupção neste País, que estão sendo presos presidentes de assembleias, de tribunais e por aí fora. Porém, Presidente Heloísa Helena, no passado recente não havia a corrupção que há hoje não. Quem dera que a Assembleia do meu Estado tivesse os mesmos valores que tínhamos em 1950, 1960 e 1970. Quem nos dera ter hoje no Espírito Santo um Alcino Santos, um Dylío Penedo, um Parente Frota e tantos outros que passaram por aquela Casa. Não estou aqui desmerecendo a totalidade de seus membros hoje não, mas evidentemente piorou muito e cada vez piora, principalmente agora que inventaram uma bancada de evangélicos que chegou com força total e muita sede ao pote.

Foi citada aqui a violência, que tem deixado o brasileiro sem dormir. O brasileiro hoje está perplexo diante da guerra a que está assistindo no cotidiano, que já impregnou toda a nossa imprensa, porque todas as notícias de jornais, de rádio e de televisão, praticamente todas, têm relacionamento com a violência. E tanto isso é verdade que no programa em que a Globo está ouvindo os presidentes, o presidente Geraldo Alckmin, do PSDB, não conseguiu falar sobre economia, sobre saúde, sobre o que fez em seu Estado; não pôde falar sobre as estradas brasileiras que hoje estão em péssimas condições, completamente acabadas, intransitáveis, para compará-las às boas estradas que existem em São Paulo, que foram construídas ou submetidas à manutenção na administração dele.

O presidente Cristovam Buarque também pouco pôde falar. Ele tinha de explicar o que ele não fez como Governador na Capital da República. Ele não pôde falar de seus projetos, de seus programas, porque a cabeça dos nossos entrevistadores, da nossa imprensa, do povo em geral, está vinculada à notícia ruim, à coisa má, está vinculada à violência, à guerra em que vivemos.

Graças a Deus que a presidente Heloísa Helena, quando lá compareceu, não entrou na deles; falou o que quis, o que pôde dizer e o que tinha de ser dito. Queria aqui, portanto, dar os parabéns a ela, porque não se curvou e disse o que queria dizer, o que era necessário ser dito.

Hoje, com a presença do Presidente Lula, não sei quais os assuntos que deverão ser abordados.

Sr^a Presidente Heloísa Helena, queria aqui fazer uma retrospectiva para poder justificar essa guerra em que vivemos, essa violência em que o povo brasileiro está metido.

No início, predominava no mundo o regime capitalista. Era um capitalismo selvagem em que meia dúzia de patrões usurpava, perseguia trabalhadores, usava trabalho escravo. Não deu certo.

Depois tivemos o comunismo, e muita propaganda foi feita do regime comunista, que vivia escondido atrás de cortinas de ferro. Fazia-se a apologia do regime comunista, mostrando para o mundo que todos eram iguais, que todos estavam nivelados, mas havia naquilo uma grande mentira, porque, na verdade, não havia dezenas ou centenas de patrões, de capitalistas. Não. No regime comunista havia um patrão impiedoso, cruel, que cometia toda sorte de crimes contra o cidadão: era o governo constituído. Repito: o governo constituído era o patrão de todo mundo e submeteu todos aos maiores vexames e ao pior tempo que aquela gente viveu.

Finalmente, o mundo caminhou para um outro sistema: a social-democracia. Nós vimos o Japão crescer no Pós-Guerra de maneira assustadora; nós vimos a Europa se desenvolver significativamente, assim como Portugal e Itália, que, nos anos 70, chegou a vivenciar uma inflação de 80% ao mês. Também na Itália, Aldo Moro foi morto e prenderam não sei quem. Hoje a Itália vive numa situação excelente.

Lá se aprendeu com a social-democracia a remunerar bem a produção e a oferecer salários compatíveis para que as pessoas pudessem usufruir a produção do País e viver bem.

A social-democracia se espalhou, e existem muitos países no mundo que vivem felizes, que vivem tranquilos. Nós aqui também tentamos copiar esse modelo e ingressar no mundo social-democrata. Só que aqui a coisa é diferente, pois aqui há uma burocracia infernal. A distribuição de riqueza nesse modelo novo não pôde ser implantado no Brasil porque o cidadão não tem o direito de viver mais, não tem o direito de produzir e comercializar, não tem o direito sequer de ter o seu emprego para levar o pão de cada dia aos seus filhos.

É incrível, mas é verdade! E o Governo não se sensibiliza, o Governo só está interessado em assegurar à nata da sociedade, se é que assim podemos chamar os ricos, que possa viver de maneira tranqüila; que os banqueiros possam a cada dia usufruir mais lucros, e que as empresas grandes, as multinacionais, também naveguem em céu de brigadeiro.

Empresas, como a Vale do Rio Doce, não pagam imposto sobre importação, nem sobre exportação. Assim, num país com uma burocracia insuportável, com juros insuportáveis, como poderá haver distribuição de renda? Aquela renda que naturalmente poderia ser obtida pela pequena e microempresa, que deram certo em muitos países, mas que, no Brasil, não obtiveram êxito.

O Senador Eduardo Suplicy deu uma aula nesta tarde. Falou tudo o que sabia sobre a situação dos juros altos, da carga tributária. Teve inclusive a coragem de falar sobre a estagnação vivida pelo País. Citou especialista para mostrar que o Brasil está no caminho errado quanto à distribuição de renda. E, numa determinada hora, o Senador Eduardo Suplicy elogiou o Governo brasileiro pelo superávit obtido na balança comercial. E talvez somente o Senador Suplicy não saiba, pois todo o povo brasileiro sabe, que o superávit brasileiro é obtido em cima da exportação de produtos **in natura**. Não é em cima de manufaturados, não. Não é sapato que está sendo vendido, não; não é carne beneficiada, não. O superávit brasileiro é alcançado pela exportação do minério de ferro **in natura**, das placas de aço, da celulose, também em placas. Não é pela exportação de papel, não. Estamos entregando nossos produtos naturais e obtendo superávit na balança de pagamentos.

Bom seria que fosse em cima da exportação de maquinário, de automóveis, de sapatos, de soja, de café. Mas a exportação desses bens está falida, pois o dólar, desvalorizado, é uma encomenda dos ricos que dominam a economia mundial. Eles pediram também à China para valorizar a moeda. Ela disse que não, que precisava vender e não comprar. E por aí eles seguem a sua carreira.

Concedo um aparte ao Senador que está com o microfone levantado, ao Senador Antônio João e, depois, ao Senador José Jorge.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – É que eu sou novo, aqui, ninguém me conhece e não guardam o meu nome, mas não tem importância. De qualquer forma, eu estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a com muita atenção quando falava sobre as coisas difíceis em nosso País e a ausência de providências. V. Ex^a citava a Vale do Rio do Doce com ênfase, da mesma forma que eu, há pouco tempo, quando eu estreei nesta

Casa, falei da Rio Tinto. Eu fui me aprofundando nesses assuntos e observando as exportações brasileiras. Quero chamar a atenção do Brasil. Que nos ouça, quem sabe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e acorde para as nossas exportações de minério de ferro, do nosso manganês, do nosso magnésio. As exportações são feitas com grandes lucros para as empresas, que, normalmente, são multinacionais ou associadas. No caso do meu Estado, Mato Grosso do Sul, a Rio Tinto extrai minério – ela é uma mineradora, mas não beneficia – e se beneficia, imaginem só e pasmem todos, da Lei Kandir para exportar com isenção de ICMS. Agora pleiteou no STJ a isenção da Cofins e do PIS. Só não conseguiu porque, como disse, essa não é uma decisão da lei, mas do Supremo. Certamente eles vão ao Supremo porque, lá, eles conseguiram uma decisão inédita que está aí quieta. Por que eles se beneficiam da Lei Kandir se são mineradores? Porque o Supremo entendeu, diante de um questionamento da Rio Tinto, que basta lavar o minério extraído, passar água, passar numa esteira, jogar água, para que se torne semi-industrializado – decisão que beneficia as outras no País inteiro. Assim, ele já não é um produto primário e sobre ele não mais incide o ICMS. Certamente, daqui a pouco, não incidirá mais imposto nenhum e nós vamos continuar sendo saqueados não só pela Rio Tanto, mas pela própria Vale do Rio Doce e outras empresas que venham se instalar, explorando as nossas jazidas no País inteiro. Senadora Heloísa Helena, se V. Ex^a ganhar a eleição – e espero que tenha sucesso –, lembre-se dos nossos recursos minerais, abandonados e explorados por todos. E não há um Presidente sequer – e, aí, não é só este não, nenhum – que se preocupe com isso. Grande é a preocupação de V. Ex^a e a minha. Deixo minha solidariedade a V. Ex^a pelo seu pronunciamento em defesa da Pátria, das nossas riquezas minerais que estão sendo espoliadas, saqueadas – bens que não se formam do dia para a noite. Nunca mais as nossas jazidas se recomporão porque levam bilhões de anos para se formarem e a situação geológica mundial não permite mais que nasçam as jazidas. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Antônio João, eu só queria acrescentar algo ao que V. Ex^a disse quando se referiu a que se lavava o minério e que, por isso, não se pagava ICMS.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – É verdade.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Olha, não precisa lavar, não. Do jeito que sair do solo, pode ser exportado e não se paga nada. E o Governo Federal aprovou lei, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, determinando a isenção de imposto na importação de máquinas para retirar esse minério

do subsolo. Enquanto o cidadão comum paga 50% de imposto pela comida que come, pela roupa que veste. Olhe a que ponto este País chegou!

O Globo Rural, anteontem, mostrou máquinas, que beneficiam arroz, paradas por falta de matéria-prima. Falta arroz para que elas possam trabalhar. Isso ocasiona demissão em massa. Nós avisamos aqui que estão matando o agronegócio, estão matando o produtor de arroz, de cacau, de café, de mandioca e o criador de peixe. A agropecuária está falida, todo o agronegócio está falido, mas o Governo insiste em manter o dólar a R\$2,10, em não deixar o brasileiro exportar, porque deve ter alguma dessas grandes empresas ligada ao Governo que, além de importar sem pagar tributo, precisa ainda importar com o dólar mais baixo.

É um absurdo, Senador, o que está acontecendo hoje em nosso País. É uma vergonha! É inadmissível!

Quero saber o seguinte: que brasileiro do interior deste País está tendo sucesso em seu negócio? O produtor de frango? Não. O de carne bovina? Não. Não tem ninguém em condições de trabalhar.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – Só o vendedor de ambulância. O vendedor de ambulância tem sucesso o tempo inteiro.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – É, vendedor de ambulância, como também aqueles que usaram o dinheiro do Banco Rural.

A Senadora Ideli, que me antecedeu, falava da Polícia Federal, que está apurando crimes, que está descobrindo o que estão fazendo de errado. Mas eu queria que ela falasse dos 50 milhões do Banco Rural.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – A respeito dessa questão sobre a qual a Senadora Ideli falou, da Polícia Federal, dessas prisões, há algo interessante que não sei se ela explicou aqui. Por que é que, de vez em quando, a Polícia Federal prende um bocado de gente, como prendeu em Rondônia – prendeu, por exemplo, um juiz, o presidente do Tribunal, prendeu uma porção de autoridades, deputados, e tudo – e não prendeu Delúbio, não prendeu Marcos Valério, não prendeu Silvinho? O que eu não entendo é a diferença de tratamento. As pessoas que participam dessas atividades de corrupção, com muita justiça, a Polícia Federal prende. Agora, eu não sei por que todas essas outras pessoas que entraram em atividades muito maiores, mensaleiros etc, não são presas. Não sei se a Senadora explicou isso.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Senador José Jorge, não sei se V. Ex^a lembra. Na época da revolução, havia um certo temor. Era época da lei seca, e a corrupção andou um pouco afastada do País. Do Governo democrático para cá, ingressamos num período em que a corrupção está surgindo com mais intensidade. No Governo Collor, o Presidente foi deposto porque, com resto de campanha, com sobra de caixa, comprou uma perua Elba.

Mas com relação ao Silvinho, não foi sobra de campanha, não; foi propina de empresa. Ele, representando o Governo Federal, não recebeu uma Elba, mas uma Cherokee. E, como V. Ex^a disse, não tem ninguém preso. Quero saber quem vai pagar os 50 milhões do Banco Rural. Quem pagou? Por que esse dinheiro apareceu no Banco Rural? De onde veio? Foi um empréstimo? Mas quem o pegou? Há os deputados denunciados porque receberam dinheiro para votar com o governo. E quem deu o dinheiro? E o corruptor, não é criminoso não? Então, um pai leva um filho à prostituição, o filho se prostitui, é condenado, e o pai não tem nada a ver com isso. É um absurdo, Senador, é um absurdo, cara Presidente.

Eu estava dizendo aqui que já não me preocupo tanto com essa parte da corrupção, porque, se Deus quiser, depois do Governo do PT, a corrupção vai realmente diminuir. Ela vinha crescendo, crescendo e, de repente, roubaram tanto que a sociedade brasileira agora resolveu colocar um basta nisso. A imprensa denuncia com mais frequência, e, como a roubalheira foi grande, talvez possa ser um marco para que, daqui para a frente, as coisas aconteçam de outra forma, de outra maneira e que o nosso País possa viver em paz.

Falaram aqui também da reforma política e em se convocar uma constituinte para fazer a reforma política. O povo brasileiro sabe que é balela, conversa fiada, enganação. Ontem, era a reforma da previdência que ia salvar, depois era a reforma tributária. Agora, é a reforma política que vai salvar. Não é nada disso!

Este País precisa de um modelo diferente de administração. Temos que ingressar no parlamentarismo para que o País não fique na mão de apenas um homem, com todos bajulando-o, puxando-lhe o saco. E este governo, perdido, não vê nada, não sente nada, não sabe de nada. É o rei, o dono, o manda-chuva. Temos, Senador, que transformar o nosso País num regime parlamentar. Enquanto isso não acontecer, o que o povo brasileiro tem que fazer é exigir, para votar no cidadão, que ele tenha currículo, que tenha sido prefeito, empresário, que saiba trabalhar, produzir. Não estou dizendo que deva ter currículo ruim ou bom; mas, pelo menos, que tenha currículo. Temos políticos sem currículo nenhum, nem bom nem ruim, porque nunca trabalharam.

Na próxima eleição, Senador José Jorge e Sr^a Presidente Heloísa Helena, temos que buscar alguém que se identifique com o povo brasileiro, que se sensibilize, que ouça aquelas pessoas que têm idéias que possam ser aplicadas em favor do povo brasileiro.

Eu aqui já disse e vou repetir: às vezes, me sinto um estelionatário, Senadora Heloísa Helena. O que votamos de bom para o povo brasileiro nos últimos quatro anos, nos últimos oito anos? Absolutamente nada. Aqui se trava uma discussão tremenda em cima de determinado assunto, mas, se V. Ex^a espremer direitinho, benefício lá embaixo, na ponta, para o povo, não existe. Não existe.

Temos um sistema tributário que é uma vergonha, é um crime, é um absurdo. Falamos todo dia em Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), mas não temos mercado Brasil. As mercadorias têm dificuldades para sair de um Estado para outro; há uma burocracia infernal. O caminhoneiro, o homem que faz transporte no Brasil, é um infeliz, um amaldiçoado com tanta perseguição, uma coisa vergonhosa, com tanta burocracia. Não precisava de nada disso.

Há uma simulação: se se aumentar em 14% o preço da energia elétrica, se poderia acabar com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no País. Ora, numa época, Senadora, em que se tira o fio de cabelo de uma pessoa e se faz outra pessoa, pegase um telefone aqui agora e se fala com o outro lado do mundo, a imagem vem instantaneamente para cá. Olhem onde estão a ciência e a tecnologia e olhem onde estão os homens que cuidam da nossa tributação.

Por que não se cobra imposto de maneira invisível, de forma que ninguém sinta ao pagar, a exemplo do que ocorre hoje com a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)?

Por que não se coloca um valor sobre a energia, sobre o petróleo, sobre o cigarro, o tabaco, a bebida, e que se cobre na fonte? E que a mercadoria transite livremente?

Por que um cidadão fica 10 horas na frente de um computador, ajeitando sua declaração de Imposto de Renda? Para que Imposto de Renda? Vamos cobrar de maneira que ele não sinta, que ele não veja que tem de pagar tributo. Vamos modificar essa sistemática. Não cabe na cabeça de um cidadão de hoje, moderno, imaginar que tenhamos de viver com esta burocracia! Não há motivo nem razão.

Espero que o futuro Presidente tenha a cabeça no lugar, que seja um grande gerente, que possa tapar todos os buracos das estradas deste País, que possa duplicar muitas delas e que possa construir novas, mas que faça também alguma coisa que beneficie o cidadão comum.

Não fiquemos aqui a fazer leis ora para amarrar o cidadão dentro do carro, ora para proibir que ele fume, ora para proibir que ele beba, ora para proibir que ele produza camarão, ora para proibir que ele plante eucalipto, ora para proibir que se faça hidrelétricas no Brasil. Hoje, nada mais pode ser feito. O cidadão está lá, no “interiorzão” do Pará, ele vai fazer um queijinho na casa dele, vai uma fiscalização em cima: “O senhor não pode fazer esse queijo”. “Por quê?”. “De jeito nenhum, o senhor tem de comprar aquele que vem do Carrefour, porque o Carrefour é uma multinacional e tem de mandar dinheiro lá para fora. É essa a sistemática brasileira. Por que não vão lá para dizer ao cidadão como ele deve fazer esse queijo de maneira eficiente, de maneira asseada para que possa ser consumido? Não. Eles vão lá para proibir. Assim acontece com todos os produtos. Assim vivem todos os produtores no interior deste nosso “brasilzão”, completamente abandonados pelo Poder Público. Repito: falta gerente; este País está vivendo sem gerenciamento. Está ao léu, está perdido no espaço. Não temos tido capacidade nem de copiar o que existe nos países que tiveram sucesso na economia, na segurança, no desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a o importante pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite usar a palavra pela ordem, enquanto se dirige à tribuna?

Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, quero apenas fazer o registro – peço que seja transcrito na íntegra – do artigo publicado ontem na coluna Tendências/Debates da **Folha de S.Paulo**, de autoria do Ministro da Saúde, Agenor Álvares, que tem por título: “Construindo o SUS”. Ele faz um relato da situação atual do SUS e de todas as medidas. Uma preocupação que tem deve-se ao fato de ser o SUS um sistema extremamente avançado, reconhecido mundialmente. Nasceu com a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e vem sendo aprimorado. Não é a vitória de um único governo, mas uma sucessão de medidas que envolvem as três esferas de governo – federal, estadual e municipal.

Houve avanço em termos de aumento de recursos. O orçamento do Ministério da Saúde teve um

aumento de 56% em relação a 2002 para aplicação no SUS. Todo o orçamento para a política de medicamentos também cresceu de R\$1,9 bilhão, em 2002, para R\$4,3 bilhões em 2006, interrompendo o ciclo do congelamento na tabela dos procedimentos do SUS, cujos valores também foram reajustados.

O importante, ainda no artigo, é que o Ministro Agenor Álvares termina o artigo com um assunto que está em nossa Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Como é o nome do Ministro, por favor?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agenor Álvares.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ministro da Saúde?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Ministro da Saúde.

E S. Ex^a termina com o seguinte parágrafo:

“Vampiros” e “sanguessugas” não são parasitas de geração espontânea e crescimento imediato. Para conseguirem sugar sangue, têm de ser criados e cevados por longo tempo. E só caça parasitas quem com coragem os enfrenta. Como faz o atual governo.

E, portanto, reafirmo todas as observações e registros que fiz no meu pronunciamento anterior, inclusive porque essa questão dos sanguessugas foi fruto, inicialmente, dos sorteios da Controladoria-Geral da União, que detectou a existência desse sistema infeliz e nefasto.

Eu queria fazer o registro desse artigo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Construindo o SUS

AGENOR ÁLVARES

PELA PRIMEIRA vez desde que foi instituído o Sistema Único de Saúde, o debate eleitoral contamina o SUS. O artigo “(Des)construindo a saúde” (“Tendências/Debates”, 4/8) é a mostra desse fato. Com frases de efeito e retórica vazia, desrespeita os profissionais de saúde e tenta passar insegurança à população, em especial a segmentos que dependem única e exclusivamente do SUS para provimento de suas necessidades de saúde.

O SUS nasceu com a Constituição de 1988. Avanços significativos foram conquistados em conjunto pelos governos federal, estaduais e municipais. Creditá-los a um único governo, mesmo escondido sob o manto da submissão a interesses partidários, é desqualificar um processo histórico que consumiu a energia e o compromisso de toda uma geração.

Este governo, ao contrário do que sustenta o argumento elíptico do artigo, não desconstrói a saúde. Antes, mantém o processo de construção do SUS com medidas estruturantes que avançam em relação às políticas centradas em ações de marketing e pirotecnia midiática, como as velhas ameaças (nunca cumpridas) de quebra de patentes de anti-retrovirais.

Nesse caso, é forçoso ressaltar que reduzimos para US\$ 0,63 o preço do medicamento Kaletra, introduzido em 2002 no coquetel anti-Aids por US\$ 1,60. Neste ano, já baixamos, entre outros, e sem os holofotes da propaganda fácil, o preço de outro medicamento, o Tenofovir, em 51%. O ministério apresenta fatos: os indicadores de saúde atuais, sob qualquer ponto de vista, demonstram avanços robustos e consistentes do SUS. O orçamento do Ministério da Saúde aumentou 56% (R\$ 28,3 bilhões, em 2002, contra R\$ 44,3 bilhões, em 2006). Do montante previsto para outros custeios e capital de ações e serviços públicos de saúde, 81% são repassados de forma regular e automática para Estados e municípios. Registra-se o crescimento vertiginoso da atuação das Equipes de Saúde da Família, dos Agentes Comunitários de Saúde, das Equipes de Saúde Bucal. Foram criados os Centros de Especialidades

Odontológicas, o Samu e as Farmácias Populares. O SUS se aprimora e, com a ação solidária nos três níveis de governo, possibilita redução drástica do número de infectados pela malária, tuberculose e dengue. O programa de vacinação é referência internacional. Ampliamos a política de mutirões, que antes atendia só quatro procedimentos, e hoje chega a 84. Natural, portanto, como deixa claro o artigo citado, que a mudança leve à gritaria de grupos de interesse. Revisamos e avaliamos os mutirões. Identificamos que, apesar da estratégia prever três etapas de atendimento (consulta pré-cirúrgica, cirurgia e acompanhamento pós-cirúrgico), a última em geral não era realizada. O aperfeiçoamento também acontece com o aumento do orçamento para a política de medicamentos, que cresceu de R\$ 1,9 bilhão, em 2002, para R\$ 4,3 bilhões, em 2006, e para o Programa Nacional de DST/Aids. O orçamento 2006 para a compra de anti-retrovirais (R\$

945 milhões) é o dobro do aplicado em 2002. O tratamento gratuito para os portadores do HIV beneficia hoje 170 mil pacientes. É com o mesmo empenho que investimos em um novo modelo de organização e financiamento das santas casas, que passam a contar com orçamento global, ampliando sua capacidade de gestão e de planejamento. São recursos novos, de R\$ 200 milhões anuais. Além disso, interrompemos oito anos de congelamento na tabela de procedimentos do SUS. Em 2003, 2004 e 2005, promovemos reajustes que somaram incremento de R\$ 1 bilhão anuais. Também fortalecemos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e, hoje, a sociedade reconhece sua eficiência, pois a elegeu em primeiro lugar entre quatro agências reguladoras, segundo pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor.

Impedimos, em trabalho conjunto com a Controladoria-Geral da União e a PF, que a máfia dos sanguessugas continuasse desviando dinheiro da saúde. Outras investigações estão em curso com o apoio total do ministério e do seu corpo de funcionários.

É estranho que autoridades públicas, de Estados importantes, antagonizem os interesses da população e manipulem informações com o nítido propósito de levar apreensão sobre as Farmácias Populares, que têm 91% de aprovação entre os usuários.

"Vampiros" e "sanguessugas" não são parasitas de geração espontânea e crescimento imediato. Para conseguirem sugar sangue, têm de ser criados e cevados por longo tempo. E só caça parasitas quem com coragem os enfrenta. Como faz o atual governo.

AGENOR ÁLVARES, bioquímico e sanitarista, especialista em saúde pública, administração pública e planejamento social, é ministro da Saúde. É funcionário de carreira do ministério há 28 anos, por concurso público.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge pelo tempo que entender necessário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena.

Em primeiro lugar, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar sobre um requerimento de minha autoria que acabei de entregar à Mesa, vazado nos seguintes termos:

Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no último domingo em Los Angeles, Estados Unidos, e apresentação de condolência à família.

Justificação

O Músico, compositor e arranjador Moacir Santos faleceu no dia 06 de agosto, na cidade de Los Angeles, aos 80 anos de idade, depois de profícua vida de divulgação da música popular brasileira. Nascido no sertão de Pernambuco, Moacir Santos foi professor de uma geração de músicos, dos quais se destacam: João Donato, Baden Powell, Roberto Menescal, Nara Leão, Sérgio Mendes e tantos outros. O músico deixou a mulher, dona Cleonir Santos, e um único filho, Moacir Santos Filho. Vivendo nos Estados Unidos, desde 1967, ele teve maior reconhecimento internacional do que em seu próprio País.

Com esse voto de pesar do Senado Federal, pretendemos reconhecer a excelência dos serviços prestados ao Brasil por esse ilustre pernambucano, falecido na semana passada.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador José Jorge, V. Ex^a me permite interromper o seu discurso para associar-me a V. Ex^a na manifestação de pesar pelo falecimento do músico Moacir Santos Filho, ilustre pernambucano, ocorrido na semana passada – se não estou equivocado – nos Estados Unidos. V. Ex^a faz bem em trazer à Casa essa manifestação, que, não tenho dúvida, interpreta não somente o sentimento dos pernambucanos, mas de todo o País, pois que ele, embora uma pessoa muito simples, se projetou nacionalmente e após teve reconhecimento internacional. Daí por que meus cumprimentos a V. Ex^a pela iniciativa do voto de pesar, que certamente é o da Casa, pelo passamento de tão ilustre figura.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que me traz à tribuna.

Segundo nota oficial do Ministério de Ciências e Tecnologia, o Programa de Inclusão Digital, criado em 2004, tinha por objetivo oferecer à população acesso à tecnologia da informação.

No Orçamento Geral da União, foi incluída a ação “Fomento, Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital”, num total de R\$84,7 milhões.

O programa teria duas vertentes. A primeira, a implantação de Centros de Inclusão Digital (CID) ou Telecentros, em ambientes informáticos fixos. Contra isso nada a reclamar. A segunda, o apoio para a aquisição de unidades móveis de acesso à informática, os chamados ônibus de inclusão digital.

Aí é que começa o problema, Sr^a Presidente. Na verdade, ônibus para ensinar informática. Isso é que é grave.

Em 2005, o Ministério da Ciência e Tecnologia descentralizou a inclusão do programa, depois de ter executado diretamente oito projetos.

Os executores do programa passaram a ser a Caixa Econômica Federal, com 9,95 milhões, e a Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep, com 3,6 milhões, também órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Solicitei hoje da Caixa Econômica Federal informações sobre os contratos que foram estabelecidos, valores e entidades envolvidas. Estou aguardando os dados, para aprofundar a minha análise.

Em nota oficial, o Ministério de Ciência e Tecnologia reconhece a existência de procedimentos irregulares na aquisição dos ônibus, já que declarou que “É importante registrar que, em maio deste ano, ao tomar conhecimento de possíveis irregularidades na compra de ônibus, o MCT determinou que a Caixa Econômica Federal suspendesse todas as liberações de recursos para essa finalidade.

Ao mesmo tempo, a Finep realizou uma auditoria para apurar os procedimentos de análise dos projetos para a aquisição de ônibus que haviam sido aprovados, tendo encaminhado o relatório à Controladoria-Geral da União, determinando a suspensão da aprovação de recursos para os projetos aprovados e a devolução, inclusive, de recursos em alguns casos suspeitos.

Os auditores da Controladoria-Geral da União já encontraram as irregularidades no programa de inclusão digital. Dois ônibus comprados pelo convênio da Finep custaram cada um R\$348.000,00, valor muito acima do mercado.

Um ônibus de R\$348.000,00 é, na realidade, um ônibus caro, deve ser de luxo, porque é caríssimo, certamente superfaturado.

No dia de hoje, o jornal **Folha de S.Paulo** informou que documentos da Finep, agência do próprio Ministério, contradizem a versão da Pasta, de que não teria repassado o dinheiro para a compra dos ônibus da Planam. Na realidade, foram comprados na Planam.

Segundo o jornal, “O Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (Intedeq), sediado no Rio de Janeiro, recebeu R\$747,23 mil do ministério, via Finep, e comprou da Planam dois ônibus equipados com computadores e sistema de acesso à Internet”.

Ao ser questionado pelo jornal, “o Ministério disse que a nota divulgada anteontem se refere apenas aos oito convênios para compra de unidades móveis de inclusão digital autorizados pela pasta e que ignorava que os recursos repassados pela Finep eram usados em equipamentos da Planam”.

Segundo o Sub-Relator da CPMI dos Sanguesugas, Deputado Gabeira, há vários indícios de irregularidades nas licitações para a compra de ônibus com recursos da Finep. Em depoimento à Justiça Federal, o empresário Darci Vedoin, o que denunciou os sanguesugas, teria afirmado que passara a orientar os Parlamentares a destinar recursos para a área de inclusão digital, onde teria muitos recursos disponíveis.

Uma coisa interessante! Eu já fui Secretário de Educação duas vezes em meu Estado de Pernambuco, já fui presidente do Conselho Nacional de Secretários, já fui presidente da Comissão de Educação da Câmara, Relator de muitos projetos na área da educação. Eu não vejo, Senador Motta, Mottinha, como é que um sujeito pode ensinar informática dentro de um ônibus. Na realidade, o que se pode ensinar dentro de um ônibus, Senadora Heloísa Helena, são coisas rápidas. Por exemplo, pode-se fazer um exame de sangue para ver se o cara é diabético; pode-se fazer tratamento dentário, exame oftalmológico. Mas ensinar informática em ônibus é realmente uma operação muito difícil. Isso porque um curso de informática vai durar, no mínimo, Senador Wellington Salgado... V. Ex^a também é da área de educação, é proprietário de universidade, como é que se vai ensinar informática em um ônibus quando se pode facilmente comprar uma Kombi? Aqui se diz que o ônibus custou R\$347 mil, uma Kombi, supondo, deve custar uns R\$30 mil. Pode-se comprar uma Kombi e levar nela os computadores. Não é preciso nem comprar a Kombi. Basta alugar uma Kombi, levar os computadores para onde quiser, ligá-los numa sala de aula e ensinar durante noventa dias, seis meses.

Quando todos aqueles meninos aprenderem, levam-se os computadores para outro lugar.

Na verdade, fazer inclusão digital em ônibus – desculpem-me dizer, não tenho as provas necessárias – é para alguém ganhar dinheiro. É como aquela frase do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen: “é melhor pagar só a propina e não fazer o programa”. Quanto essas pessoas vão ganhar nesses R\$350 mil? Vão ganhar R\$50. Então, vamos pagar os R\$50 e economizar os R\$300. Na verdade, não há nenhuma razão técnica.

Lembro-me de que, quando era Secretário de Educação em Pernambuco, Senadora Heloísa Helena, sempre aparecia gente para vender coisas em ônibus ou caminhão. Eu sempre dizia que não queria, por uma razão muito simples: eu tinha mil escolas para a Secretaria de Educação de Pernambuco tomar conta, todas elas paradas, cada uma no seu canto, nenhuma saía do lugar, e eu não conseguia tomar conta dessas mil. Imaginem se eu tivesse vinte andando pelo Estado inteiro! Dali a pouco iriam telefonar dizendo que a escola havia atropelado duas crianças, batido em um caminhão, que havia faltado gasolina ou que o motorista havia adoecido. É inviável.

Então, esse programa para mim é mais grave do que as ambulâncias dos sanguessugas, porque o problema com as ambulâncias é que são superfaturadas. Se elas fossem compradas pelo preço normal, seria muito bom que os Municípios tivessem ambulâncias para transportar seus doentes. Não tenho nada contra.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador José Jorge, só uma coisinha. Um computador custa R\$1.000,00. Assim, 10% desse valor significam pouca coisa, R\$100,00. Dez por cento de um ônibus que custa R\$350 mil representam R\$35 mil. É só isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Deve ser isso. É essa a aritmética, porque na realidade esse programa não tem nenhuma lógica.

A CPMI identificou emendas feitas por pelo menos cinco Parlamentares ligados ao grupo, no valor de R\$10 milhões para os programas, que previam a compra de ônibus com computadores – para esses programas.

Os Deputados do PSB – é bom lembrar que o Ministério da Ciência e Tecnologia, desde o início do Governo Lula, foi entregue ao PSB, é uma espécie de feudo do PSB; são três Ministros, todos eles ligados ao

PSB –, Paulo Baltazar, João Mendes de Jesus, Josias Quintal e Heleno Lima, do PSC, apresentaram emendas ao Orçamento para destinar recursos de R\$3,6 milhões ao programa de inclusão digital.

A nova denúncia precisa ser minuciosamente apurada pela Comissão de Inquérito. Se for procedente a dúvida de membros da CPMI, o esquema criminoso poderá envolver dois ex-Ministros do Governo Lula, Eduardo Campos e Roberto Amaral, todos dois do PSB. Eles precisam ser convocados para prestar os devidos esclarecimentos sobre o caso. Se a dúvida que hoje paira sobre o partido da base de apoio do Presidente Lula for dirimida, a sociedade ficará mais tranqüila.

Pode ser que ele venha e justifique, mas justificar o programa é muito difícil, porque não tem lógica esse programa. Agora, justificar a aquisição de ônibus, se for por um preço razoável, pelo menos não há uma corrupção formal. A corrupção foi na criação do programa, que pode ser por incompetência, apesar de ser difícil de acreditar. Mas, se mantiver o padrão da atual administração lulista, é possível que se encontrem graves irregularidades no manejo da coisa pública.

Ao concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar ao Tribunal de Contas da União – e vou fazer o requerimento devido – que inicie um processo de apuração do Programa de Inclusão Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando finalmente poderemos confirmar ou não as evidências levantadas pela CPMI dos Sanguessugas, porque, na realidade, foram descobertos também no Rio ônibus abandonados e precisamos saber até onde estão, porque a minha desconfiança é de que os ônibus foram comprados e nem foram usados, porque para se usar um ônibus desse tem que montar uma estrutura por trás: gente para consertar o computador, gente para dar manutenção, professores, porque com o ônibus sozinho cheio de computadores ninguém vai aprender.

Entendo que o Tribunal de Contas da União deve fazer uma investigação especial nesse programa, se não no programa como um todo, porque o programa como um todo é realizado de outra forma, principalmente no que nós poderíamos chamar de Programa de Inclusão Digital Embarcado, porque daqui a pouco alguém vai inventar de comprar barco para fazer programa de inclusão digital. Ou, quem sabe, um pequeno avião? Na realidade, são coisas que não condizem com a lógica. É aquela história: jabuti não sobe em árvore. Então, se um jabuti está em cima de uma árvore é porque alguém colocou.

Esse é um programa que gera muita desconfiança em qualquer pessoa que tenha uma ligação, por

menor que seja, com a educação e com a questão da inclusão digital, porque não há nenhuma... Existem muitas ONGs que se dedicam à inclusão digital, algumas com muitos bons resultados, mas eu duvido que uma ONG dessa compre um ônibus para botar computador dentro, porque, como o Senador Motta falou, com o dinheiro de um ônibus, R\$350 mil, dá para comprar trezentos computadores. Com 300 computadores, dá até para dar um computador para cada aluno. É muito melhor do que comprar ônibus. Então, isso gera muita desconfiança, e acho que o Tribunal de Contas da União deve fazer uma auditoria especial.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 912, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no último domingo em Los Angeles – EUA, e a apresentação de condolências à família.

Justificação

O músico, compositor e arranjador, Moacir Santos faleceu no dia 6 de agosto, na cidade de Los Angeles, aos 80 anos de idade, depois de profícua vida de divulgação da música popular brasileira.

Nascido no sertão de Pernambuco, Moacir Santos foi professor de uma geração de músicos, dos quais se destacam: João Donato, Baden Powell, Roberto Manescal, Nara Leão, Sérgio Santos e um único filho, Moacir Santos Filho.

Vivendo nos Estados Unidos desde 1967, ele teve maior reconhecimento internacional do que em seu país. Com este voto de pesar do Senado Federal, pretendemos reconhecer a excelência dos serviços prestados ao Brasil, por este ilustre pernambucano.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006.


JOSÉ JORGE
Senador da República



A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Comunico ao Senador José Jorge e ao Senador Marco Maciel, que subscreveu o requerimento, que o voto de pesar será encaminhado à família do músico pernambucano Moacir Santos.

O requerimento vai ao Arquivo.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar o lançamento, no Gabinete do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, ocorrido ontem de um livro de enorme oportunidade intitulado **Reforma Política no Brasil**, de uma contribuição acadêmica muito valiosa para o maior desafio com o qual o País se defronta neste instante: o de modernizar as instituições para assegurar a desejada governabilidade.

Sr^a Presidenta, no momento em que nos preparamos para, em outubro, exercermos o direito de elegermos o novo Presidente, governadores e os candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas e à Câmara Distrital, devemos ter presente a importância do voto na escolha de representantes merecedores da confiança popular.

Quero aproveitar a ocasião para, mais uma vez, fazer uma condenação aos movimentos que preconizam a abstenção, isto é, o absenteísmo e, também, anular o voto. Isso em nada concorre para aprimorar a democracia. A democracia exige uma cidadania ativa e cidadania ativa é sinal de participação.

Feita essa observação, Sr^a Presidente, volto a brevíssima análise sobre o livro que oferece uma contribuição ao esclarecimento dos problemas que dizem respeito à chamada reforma política, na minha opinião, a primeira tarefa do Congresso a ser empossado em fevereiro do próximo ano.

A publicação que faço questão de exibir aqui constitui-se basicamente de três partes, conforme, aliás, salientou o Professor Leonardo Avritzer, um dos seus apresentadores e um dos coordenadores do trabalho, juntamente com a Professora Fátima Anastasia, que dirige o Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, instituição de longa tradição no campo dos estudos voltados para a Ciência Política e o Direito Político de modo particular.

Eu gostaria de lembrar, por oportuno, que durante muito tempo, a Universidade editou a **Revista de Estudos Políticos**, que foi dirigida pelo Professor Orlando Carvalho, falecido já, infelizmente, um grande

doutrinador neste campo, com quem aprendi muitas e valiosas lições.

O livro está dividido em três partes. Na primeira parte, conforme salientou o Professor Leonardo Avritzer, contém uma disposição “sobre o estado da arte, das formas de representação e participação no Brasil e na América Latina; na segunda parte contém 31 verbetes sobre os diferentes aspectos que podem ser abordados por uma reforma política”. E eu estou citando as palavras do Leonardo Avritzer.

O primeiro deles é justamente o republicanismo. Acho isso um fato positivo, porque o que desejamos é melhorar as práticas republicanas no Brasil, ou seja, fazer o que no passado Joaquim Murinho preconizou “republicanizar a República”. O momento exige de todos nós, de modo especial, do Congresso Nacional, grande esforço no sentido de republicanizar a República, isto é, revigorar os valores republicanos.

Na terceira parte do livro, Sr^a Presidente, discutem-se as perspectivas do presidencialismo de coalizão, no Brasil, que praticamos desde o instante em que se proclamou a República, em 1889, daí, surgindo a Constituição de 1891 que vertebrou, não somente a república, introduziu a federação, porque naquele tempo nós éramos um estado unitário e o presidencialismo, dando também uma nova configuração ao Senado, não mais vitalício como no Império e com três representantes de cada unidade da Federação.

Após a intervenção ontem feita pelo Professor Leonardo Avritzer, falou a Sr^a Kim Bolduc, representante do PNUD, órgão da ONU para a América Latina e o Brasil.

Ela fez um discurso muito apropriado sobre o tema, começando por destacar que era “uma iniciativa do PNUD em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Esse esforço contou também com o apoio da União Européia e da Diretoria do PNUD para a América Latina, através do seu Programa de Governança Democrática”.

Destaco trechos do seu pronunciamento:

“A institucionalização da democracia é importante para o desenvolvimento socioeconômico e para o combate à pobreza, dois imperativos que integram o paradigma do desenvolvimento humano. O Brasil é uma das maiores democracias do mundo e vem buscando enfrentar esses dois desafios com muita determinação e com um nível esperançoso de sucesso. A democracia ajuda a priorizar esses dois objetivos maiores de países de renda mé-

dia, porém desigualmente distribuída, como é o caso do Brasil”.

A seguir, a Sr^a Kim Bolduc observou que:

“Considerando-se a especificidade do País, o PNUD optou por abordar um tema sensível e relevante como o da Rreforma Política, a partir de um enfoque diferente: dar voz à comunidade acadêmica nacional ao invés de produzir um relatório próprio sobre o assunto”.

Sr^a Presidente, o texto contempla uma série de artigos, estudos feitos por professores, acadêmicos, dos quais muitos conhecidos no País, como a Professora Fátima Anastasia, Antônio Octávio Cintra, Jairo Nicolau, David Fleischer, da Universidade de Brasília, não vou citar todos, mas apenas alguns: Professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, da USP, Gláucio Soares, Marcus Melo, Paulo Calmon e também Fabiano Santos, entre muitos outros que concorreram com sua inteligência, com seu discernimento, para a formulação de propostas ao bom encaminhamento da reforma política.

Encerrando a solenidade, Sr^a Presidente, usou da palavra o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. S. Ex^a observou que “um sistema político eficiente é aquele que se mostre apto a oferecer aos formuladores das políticas públicas condições ótimas para o encaminhamento e a estruturação de projetos de interesse do País. Isso é governabilidade”.

Na verdade, quando se fala em reforma política, pensa-se, às vezes, que é uma coisa abstrata, só para iniciados; quando, na realidade, é algo que tem muito a ver com o dia-a-dia do cidadão. O que se busca com a reforma política é melhorar o desempenho das instituições estatais e fazer com que elas sejam capazes de responder às demandas da sociedade. Esse é o grande desafio da reforma política. E isso que podemos chamar de governabilidade.

Advertiu também o Presidente Renan Calheiros, que, para isso, é fundamental a existência de verdadeiros partidos políticos: “Sem uma representação, e essencialmente fundada no partido político, corremos o sério risco de que o processo decisório seja intermediado por instâncias, cujos interesses esteja dissociados dos reais interesses da sociedade.

Aliás, parte do “desencanto” do cidadão comum com a política decorre justamente dessa sensação de que o mundo político é algo inteiramente estranho às suas questões. Daí por que precisamos avançar na reforma política, prestigiando a figura do partido,

fortalecendo a representação, para que seja inibido o avanço do personalismo”.

Sr^a Presidenta, uma democracia sólida é aquela que se apóia não em pessoas, mas em instituições. As pessoas passam, as instituições ficam.

Norberto Bobbio, que tanto doutrinou sobre o tema, asseverou em um de seus livros, **Entre duas repúblicas**, que é ledô engano pensar que serão os homens, com suas virtudes, mas também com seus defeitos, que vão dar consistência a um projeto de país. Dependemos sempre, antes, isto sim, de verdadeiras instituições.

Apoiando-me nas palavras do Presidente Renan Calheiros, registro que, quando se fala em fortalecer partido, geralmente se esquece de que, para se consolidar em estado partidário é fundamental sistema eleitoral que enseje uma adequada formatação.

O sistema eleitoral nem sempre aparece com destaque na discussão da reforma política. Na realidade, ele é essencial, porque, se queremos ter um sistema partidário hígido, saudável, isso significa que seja propiciador de autêntico quadro partidário. Daí por que não se pode pensar em fortalecer partido sem, no caso brasileiro, alterar o sistema eleitoral.

O sistema proporcional com listas abertas, não leva o eleitor a um partido. Leva, sim, o eleitor ao candidato, o que, a meu ver, é uma distorção do processo democrático. A relação democrática correta, assim penso, é eleitor-partido-candidato.

Com isso, quero dizer que, quando se fala em reforma política, pensa-se logo em fortalecer partidos – e isso é certo –, mas não se espere que simplesmente fortalecendo partidos se criem condições para que eles possam cumprir adequadamente seu papel na sociedade brasileira.

Se não mudarmos, se não alterarmos o sistema eleitoral que praticamos já há algumas décadas, vamos continuar tendo partidos débeis e continuar a ter eleitor votando não em partidos, não em propostas e idéias, mas em pessoas.

Sem querer me alongar em considerações, desejo destacar que o Presidente Renan Calheiros mencionou um fato relevante: “mais importante do que esse empenho pessoal é, justamente, a percepção social de que a reforma política é inadiável.

O tema, felizmente, já não é monopólio dos políticos. A reforma política é hoje uma demanda dos empresários, dos sindicatos e das mais diversas instituições da sociedade organizada”, que se ressentem, acrescento, da inexistência de instituições sólidas e que sofre, naturalmente, com o personalismo, com o

populismo, com o salvacionismo, enfim, com o funcionamento das instituições governamentais calcadas só nas pessoas, e não nas instituições.

Daí por que concluo minha intervenção, Sr^a Presidenta Senadora Heloísa Helena, registrando o lançamento desse livro e fazendo votos para que possa ser devidamente lido, refletido e, mais do que isso, possamos avançar na conscientização de uma autêntica e verdadeira reforma política.

Um grande político mineiro que integrou esta Casa, Milton Campos, disse certa feita que “a democracia começa no reino das consciências”. Penso sempre que nenhum problema é adequadamente resolvido se não se forja antes a consciência da sua importância e se torna um querer coletivo.

No caso da reforma política, precisamos gerar, a partir da próxima eleição, uma consciência coletiva, um querer muito forte de que essa é uma tarefa essencial, porque dela demandará, certamente, a vertebração de boas instituições no País e, em consequência, a solução dos problemas sociais, políticos, culturais, econômicos que tanto ainda desafiam o projeto de desenvolvimento brasileiro.

Encerro minhas palavras agradecendo o tempo que V. Ex^a me destinou. Antes, porém, espero que neste momento em que começa a campanha eleitoral, sobretudo a partir do dia 15, terça-feira, data em que se iniciam os programas de rádio e de televisão, que façamos uma pedagogia do voto, do voto enquanto instrumento de mudança, escolhendo candidatos que mereçam a confiança do eleitor, criando condições para, em 2007, ao se instalar em fevereiro próximo, possa o Congresso Nacional ter como tema primeiro dos nossos debates a reforma política, isto é, reformas institucionais, porque essas denominadas reformas políticas ultrapassam o horizonte do sistema político, ou seja, do sub-sistema eleitoral, do sub-sistema partidário, para se converterem em reformas que, pelo seu alcance, significam reformas estruturadoras que edifiquem uma verdadeira República, capazes de resolver os grandes problemas com os quais ainda, infelizmente, se defronta o País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, que lembra que no dia 15 deste mês começa o horário eleitoral, e compartilho com V. Ex^a a importância da reflexão sobre o voto. O horário eleitoral só traz uma injustiça: imagine que eu vou ter um minutinho, e dois outros candidatos vão ter 18 minutos!

Mas agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há no Brasil da era Lula uma crescente apatia, o mal que assola o País e lamentavelmente vai tomando conta da maioria dos brasileiros, deixando-os ao léu, sem rumo e sem destino. Como quem, tendo o voto nas mãos, aparentemente não sabe se teria também o poder de assegurar novos e bons tempos para o País. Tem. Votando.

As urnas de outubro vão dizer se o Brasil muda, o que é uma boa hipótese, ou se tudo permanece como está, o que, a meu ver, seria péssimo.

O atual Governo pode estar próximo do fim ou de permanecer por mais quatro anos, e até mais. A primeira hipótese vai exigir muito esforço para uma verdadeira batalha de reconstrução nacional.

Seja o que for, fica a incerteza do momento, que pode ser entendida como legítima inquietação criada por esse que é sem dúvida o instante mais delicado do Brasil e que alguns pensadores, analistas e intelectuais chamam de degradingolada.

Degringolada foi a palavra escolhida pela escritora gaúcha Lya Luft, nome respeitável de pensadora preocupada com o futuro do Brasil, sem que se vislumbre o fim dos erros desses últimos quase quatro anos, um gigantesco estorvo nacional, criado neste Governo.

Qual é o impasse? Por impasse entende-se uma situação difícil em que parece impossível uma saída favorável. A mesma escritora, de uma terra de grandes tradições políticas, vê empecilhos que se podem ampliar num segundo Governo petista. Há, sim. E muitos.

Diz ela:

Certas escolas elementares” – isto é, de ensino fundamental – preparam novas gerações de contraventores (que terão o aval das autoridades, se tudo continuar como está), usando uma cartilha do pretense MST. Nenhuma novidade.

A escritora não é radical, tanto que faz ressalva ao admitir que o MST é movimento originalmente legítimo, para uma luta em favor dos desalojados. Mas o que vemos hoje são ilegalidades protegidas pelo Governo. São agora movimentos que invadem e destroem propriedades priva-

das e públicas pelo País, e que violentaram o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados), em Brasília.

O escritor baiano João Ubaldo Ribeiro indaga em seu último artigo (**O Estado de S. Paulo**, dia 6/8/2006):

“– Alguma alegria aí?”

E acrescenta:

“– Aí querem que o povo vote **certo**.”

Ele acha isso muito difícil e explica:

“– O grande eleitorado continua a ser massa de manobra com clientelismo.”

Daniel Piza, que faz a Resenha do Caderno 2 do **Estadão**, indaga:

Não é curioso que, em meio à hemorragia de denúncias comprovadas contra parlamentares e membros do Executivo – agora, acrescento, até do Judiciário – no esquema Sanguessugas, o Presidente Lula venha falar em reforma política e assembléia constituinte, como se disse que o problema está nas regras e não nas pessoas.

Sr. Presidente, o quadro pode ser triste e a apatia pode dominar, mas há jeito, sim. Nos Estados Unidos, escândalos envolvendo políticos, lobistas e delúbios, levaram à criação de um movimento chamado *Clean Elections*.

Aqui poderia haver algo parecido, para devolver aos cidadãos brasileiros o poder de eleger representantes que não se vendam aos interesses espúrios de grupos indesejáveis.

Aqui, no entanto, ao contrário, o Presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva sobe no palanque, como nesse fim de semana em Minas, ao lado de mensaleiros. Bom exemplo, cara pálida!

Aqui, por enquanto, a cresce a apatia. O caderno Aliás, de **O Estado de S. Paulo**, chegou a criar uma conversa fictícia entre Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, dois expoentes da literatura brasileira do passado.

Lobato e Euclides foram dois intelectuais profundamente preocupados com o Brasil. Euclides ficou célebre pelas reportagens sobre a Guerra de Canudos. Lobato, notável escritor de livros para crianças, foi batalhador incansável em defesa do petróleo.

Na conversa inventada pelo jornal, um reflexo do que ocorre na atualidade brasileira, Euclides da Cunha responde à pergunta sobre o melhor procedimento para o povo brasileiro:

Este País é organicamente inviável. (...) Agora, o melhor serviço a prestar-se no mo-

mento consiste sobretudo na seriedade, que chega a ser uma forma de heroísmo no meio desse enorme desabamento.

De Lobato, a resposta foi esta:

“A Pátria (permanece) sempre naquele eterno mutismo. A ilusão do povo brasileiro é um caso sério. O Brasil dorme.”

Por fim, na charge desta semana de Luís Fernando Veríssimo, o neto indaga ao avô, personagem de sempre na coluna desse outro notável escritor gaúcho:

– Vô, os políticos brasileiros são todos corruptos:

A resposta:

Não, não. Alguns não são...
....por alguma razão!

A fina ironia de Veríssimo sugere, felizmente, que ainda há salvação. O voto deve expulsar os maus representantes do povo, do vereador, ao Deputado estadual, passando pelo federal e pelo Senador, para chegar ao que deveria ser a mais importante figura da administração pública brasileira. O Presidente, sim, o Presidente, por que não?

Em anexo, as matérias a que fiz referência, para que constem dos Anais do Senado da República. Assim, no futuro, o historiador poderá ter elementos para escrever sobre essa desestimulante quadra da vida nacional, esta do quadriênio perdido.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para fazer o registro da matéria da revista **Veja**, do dia 26 de julho de 2006, intitulada “Era pior do que se pensava”.

A matéria destaca que a máfia dos sanguessugas se revelou um dos maiores escândalos de corrupção descobertos no País. Os Parlamentares acusados de participar da máfia já chegam a 112, e o Legislativo não é o único poder atingido por ela. O rastro do suborno e do tráfico de influência alcança também o Executivo por meio do ex-ministro da Saúde, Humberto Costa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria também passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

D:\Meus Documentos\DISC 07 AGO 06 apatia.doc
Arthur.Virgilio@senador.gov.br

Governo trocou emenda e

Cargo por apoio, diz Dulci

Reconheço que o Governo petista adotou a mesma estratégia tucana de distribuir cargos e emendas do Orçamento para conquistar votos no Congresso.

Ponto de vista: Lya Luft

Descendo a lomba*

"Fica difícil permanecer alheio à nossa degradingolada. Como chegamos a tamanha decadência, não sei explicar"

Por algumas semanas tentei não escrever sobre os escândalos brasileiros: a gente

Por algumas semanas tentei não escrever sobre os escândalos brasileiros: a gente corre o risco de se contaminar com a feia doença do pessimismo. Tirei uma folga dos temas assustadores desta nossa democracia minada pela impunidade: pressões de autoridades e leis tortas liberam a corrupção e libertam bandidos. Em que aspectos nossa Justiça é boa, em que outros nos confunde ainda mais? A evidência e a complexidade do que vem acontecendo não admitem refúgio permanente em temas humanos como amizade, velhice, educação. Vamos ao que houve recentemente em nosso amado Brasil:

- Um monstro estuprou muitas vezes, retalhou e matou uma menina de 16 anos, enquanto seus comparsas matavam o namorado dela. Ele não vai a julgamento: também tinha só 16 aninhos na ocasião, coitado. Nossa lei não poderia ser mais parcial e fora da realidade, protegendo menores de idade e deixando órfã a sociedade em que psicopatas com bem menos de 18 anos estupram, matam e saem praticamente ilesos. Para eles, idade é documento, sim senhor.
- Uma jovem facínora da classe média paulistana, que com dois cúmplices trucidou (matar não é só manejar a arma) os pais, e dali foi direto para um motel transar com um dos rapazes, obteve mais mídia do que o presidente da República. Foram raríssimas suas manifestações durante o julgamento: "Chorou de sair lágrimas". Mas também deu algumas gargalhadas com seus advogados. Se não for louca declarada, é de uma perversidade de assustar criancinha e gente grande. Em poucos anos estará solta. É a lei...
- Certas escolas elementares preparam novas gerações de contraventores (que terão o aval das autoridades, se tudo continuar como está) usando uma cartilha do MST. Nenhuma novidade. O movimento original em favor dos desalojados de suas terras é legítimo e meritório. Mas o que vemos hoje são ilegalidades protegidas pelo governo. Representantes de movimentos do campo, que invadem e destroem propriedades privadas e públicas pelo país, e que violentaram o Congresso Nacional, em Brasília, frequentam as cortes, nas quais são bem relacionados, com privilégios que eu gostaria ter. Outro dia foram dar seu apoio a um candidato a presidente. Disseram, entre ou-

tras coisas: "Não queremos a volta da burguesia ao poder". Gente, estamos em pleno século XXI! Enquanto isso, fazendas produtivas continuam tomadas ou cercadas por bandos ameaçadores, sustentados com nosso dinheiro. Um dos líderes máximos desses grupos – que desvirtuam a verdadeira figura do colono, do trabalhador no campo – recentemente foi convidado a dar (e deu!) uma palestra na Escola Superior de Guerra: não escrevo "pasmem", pois a esta altura nada mais nos assombra.

- Cresce a cada dia a lista de implicados na chamada máfia dos sanguessugas (outras tantas máfias aparecem a toda hora): muita gente, muitos conhecidos, teria aumentado sua conta bancária com dinheiro destinado a assistir, e possivelmente salvar, milhares de doentes. Não conheço dinheiro mais indecente: é dinheiro da morte. Desde que não manchem irremediavelmente a reputação de alguns inocentes, numa temível caça às bruxas com falsas incriminações de fundo político, tais investigações – se tiverem conseqüências – podem significar uma retomada da retidão moral do país. Mas podemos acreditar que desta vez não haverá a dança marota dos mensaleiros absolvidos? A frouxidão das instituições neste momento, os interesses políticos em época eleitoral e o exemplo da inaceitável absolvição dos mensaleiros não nos permitem grandes ilusões. Para começar, os sanguessugas não serão julgados tão cedo.

Podem até continuar candidatos a cargos eletivos: a maioria deles realmente é. Se eleitos, terão imunidade. O que pensar de tudo isso?

Fica difícil permanecer alheio à nossa degradingolada. Começo a ter vontade de sumir – se não do Brasil, ao menos de aspectos de sua realidade que o insultam e mancham. Como chegamos a tamanha decadência, não sei explicar. Ninguém me dá uma explicação satisfatória.

Mas consolemo-nos: a também confusa guerra está distante, podemos continuar alegres, sem catiúchas caindo em nossa alienada cabeça. Os rancos e estrondos lá fora, de madrugada, são apenas os rachas na minha rua. As cotas para pessoas de cor entrarem em universidades, independentemente de sua capacidade, vão resolver a tragédia da educação brasileira, e o insensato estímulo ao racismo não parece importar. Na descida pela ladeira – que aqui no Rio Grande do Sul chamamos de lomba –, ou abrimos os olhos e fazemos melhores escolhas, ou os mantemos fechados, e... seja o que os deuses quiserem.

Acordes

Daniel Piza

Melomania, digo a um amigo, é a melhor terapia. Mas "mania" não deveria vir com "melodia". Não é qualquer música, não é música 24 horas por dia, que tem o poder de abrir horizontes internos. Não falo da música para acompanhar fossa, esperar ligação, alienar dentista, chacoalhar ossos; tampouco da música como perfeição das esferas ou transporte para o éden. Mas da música como linguagem que é ao mesmo tempo impalpável e fisiológica, abstrata e envolvente, sublime e rasteira, capaz de discurso complexo e falar ao plexo. Quanto mais você aprende sobre música, mais prazer extrai dela - e mais resta a aprender.

Campos do Jordão, mesmo não tão cheia, é um aborrecimento em julho, mas algumas atrações do Festival de Inverno sempre valem. No sábado retrasado ao cair da tarde, vi o Quarteto Borodin no Palácio da Boa Vista, num auditório-capela envidraçado que estava cercado por neblina.

Quando o concerto desses russos incrivelmente concentrados terminou, com o quarteto de Schumann para piano (ao qual estava o brasileiro Jean-Louis Steurman), que se seguiu ao quarteto nº 11 de Shostakovich (tão exato quanto belo, como o longo agudo do finale), me dei conta de que ficamos com uma memória do que ouvimos que não é necessariamente a do tema ou de alguns trechos efetivamente ouvidos. É uma espécie de memória indireta, de segunda voz, que permanece quando o silêncio se instala. Com grandes romances acontece o mesmo: lembramos duas ou três cenas, esquecemos as restantes, mas conosco fica um murmúrio único.

Foi bom também ver, antes de uma entusiástica interpretação da quarta sinfonia de Tchaikovsky, O Pássaro de Fogo, de Stravinsky, pela Orquestra Acadêmica regida por Roberto Minczuk na sexta à noite. Que uma orquestra quase toda de estudantes consiga atravessar quase sem problemas uma peça tão sutil e rítmica - a combinação essencial de Stravinsky - é admirável. Por sinal, o segundo volume da biografia escrita por Stephen Walsh acaba de ser publicado nos EUA (Knopf). No New York Review of Books Michael Kimmelman, que é originalmente crítico de arte do New York Times (no Brasil seria "absurdo"), escreve que quando Stravinsky morreu, em 1971, George Perle observou que "o mundo estava sem um grande compositor pela primeira vez em 600 anos". Sim, temos Arvo Part, John Adams e alguns mais. Mas a frase tem algum sentido.

No saguão do auditório Cláudio Santoro, bons DVDs e CDs estavam à venda. Alertado por João Marcos Coelho, agora editor da versão brasileira da revista Diapason (que tem excelente material sobre Villa-Lobos na capa do terceiro número), comprei um dos 20 CDs da coleção da Harmonia Mundi, Uma História da Música, muito bem feita. Escolhi o 11º, A Revolução do Barroco Italiano, para seguir o nascimento de gêneros como a ópera e da sinfonia.

Comprei também o DVD de A Flauta Mágica, de Mozart, regida por James Levine em 1991. O cenário, de David Hockney, tem aquele jogo cartunesco de perspectivas que o caracteriza e que combina com a ópera. No elenco, entre outros, estão Luciana Serra, como a Rainha da Noite, uma jovial Kathleen Battle e o grande barítono Kurt Moll. É excelente. Indo além do estilo italiano que conhecia e apreciava, Mozart dá jeito de sinfonia à ópera, entrelaçando as vozes e conferindo a elas o poder de instrumentos, como nas árias mais conhecidas, onomatopaicas, mas também nos coros e recitativos. À maneira de Shakespeare, Mozart não fazia distinções entre o alto e o baixo.

No bom ensaio recente de Alex Ross sobre os 250 anos de Mozart, publicado na revista *The New Yorker* e que pode ser encontrado no blog do crítico, <http://www.therestisnoise.com>, ele cita uma frase de Charles Rosen sobre a textura contrapontística da música de Mozart que permite superpor quatro ritmos de modo "ao mesmo tempo complexo e tocante". Tal definição vale para as óperas e tudo o mais de Mozart, felizmente visto cada vez menos como menino-prodígio. O gênio fica lá onde já não importa o quanto do talento é dom e o quanto é conquista, onde intuição e sofisticação são uma força só.

Esse, por sinal, é o mundo de Thomas Bernhard. Vejo com espanto o interesse pela segunda edição de *O Náufrago* (tradução Sérgio Tellaroli; Companhia das Letras) e não sei se atribuo ao crescente interesse por música em certos círculos ou pela obra de Bernhard depois de seis títulos lançados aqui. Só sei que o livro é estupendo (tem um correspondente no mundo da pintura, *Old Masters*, ainda não editado em português, sobre um sujeito obcecado por Ticiano) e fala de Glenn Gould como nenhuma biografia ou ensaio: "Ele se recolhia dentro de si mesmo e começava a tocar. Tocava de baixo para cima, por assim dizer, e não como os outros"; "Somos os que continuamente buscamos escapar da natureza, mas, como é natural, não conseguimos, (...) ficamos no meio do caminho"; "A maestria não lhe bastara nem mesmo quando criança."

Numa vida de náufragos e mal-entendidos, de pessoas frustradas e preconceituosas, o gênio não é o virtuose, que se exhibe para os outros, mas aquele que sobrevive a tudo isso. Gould tocando as *Variações Goldberg* de Bach é a melhor definição musical do que é música, uma matemática que supera suas próprias equações.

Música é conectar, não compartimentar; não deve ser reduzida a gêneros ou quantidades. Bill Evans tocou no Steinway de Gould, e Brad Mehldau é o Bill Evans da nova geração. Dois CDs seus acabam de sair: *House on Hill*, de composições próprias, e *Love Sublime*, com a cantora Renée Fleming. O primeiro é muito interessante, uma proposta de jazz que não se funde com, mas se abre para o erudito e o pop; as improvisações não desfiguram a melodia, primeiro apresentada da forma mais concisa e depois desdobrada até se reencontrar. O segundo, que apenas comecei a escutar, é nada menos que canções feitas com poemas de Rainer Maria Rilke.

Thom Yorke, do Radiohead, grupo do qual Brad Mehldau já interpretou diversas canções, lançou seu disco solo, *The Eraser* - controverso na crí-

tica, o que não surpreende, e sucesso de público, o que surpreende. Foi saudado como volta à eletrônica de Kid A, mistura de sintetizadores e "riffs" com a voz melancólica de Yorke. Mas ele não quer saber de ritmo dançante, se queixa das mentiras da política e, como Melhdau, jamais se esquece da melodia; alguns momentos, especialmente a faixa Analyse, têm a textura de Hail to the Thief, o último da banda, de uma inteligência sonora e verbal rara no pop.

Melodista de primeira era também Luiz Bonfá, cujo CD Solo in Rio, lançado nos EUA em 1959 com o título O Violão de Luiz Bonfá, foi remasterizado agora. São variações em torno de canções e ritmos brasileiros, americanos, hispânicos. A segunda versão de Manhã de Carnaval (faixa 25) - melodia que só tem rival em O Bem do Mar, de Caymmi, e Insensatez, de Tom Jobim - é encantadora, com um dedilhado que, em vez de quebrar, acentua a continuidade dos acordes, essa ondulação triste-alegre de suas notas prolongadas.

Estudei piano e violão e abandonei ambos em menos de dois anos. Tinha justificativas práticas ou circunstanciais até há pouco. Mas agora vejo a melhor desculpa: gosto muito de música para tolerar que não fosse bem tocada.

Elisabeth Schwarzkopf morreu na quinta passada, aos 90 anos. Durante um período eu só conseguia ouvir seu CD com os últimos "lieder" de Richard Strauss, de uma densidade lírica impressionante. Foi uma espécie de... mania.

MAIS LÁGRIMAS

Para João Alexandre Barbosa, professor e crítico literário, que deixou livros como A Imitação da Forma e A Biblioteca Imaginária, principalmente boas análises sobre poetas brasileiros como João Cabral de Melo Neto. E para Pierre Vidal-Naquet, mitólogo, autor de Mito e Tragédia na Grécia Antiga e O Mundo de Homero, erudito de escrita agradável.

RODAPÉ

Vejo na Entrelivros uma enquete sobre o livro de Jorge Amado preferido pelo leitor. O resultado vai um pouco contra a tese de Ana Maria Machado em Romântico, Sedutor e Anarquista (Objetiva), para quem não é verdade que seus melhores livros são os primeiros. A enquete, na quinta-feira, dava Capitães da Areia disparado com 45%, muito mais que Gabriela, Tieta ou Dona Flor, famosos por adaptações em cinema e TV. É o livro que quase todo mundo leu na escola, e ninguém esquece cenas como a do estupro na praia. Amado tinha uma facilidade incomum entre escritores brasileiros para criar tipos críveis e fazer a história correr. Mas depois foi perdendo em auto-repetição e na ideologia sentimental. Meu preferido, que ficou em segundo com 13%, é Quincas Berro d'Água, o mais anticonvencional e divertido.

POR QUE NÃO ME UFANO

Não é curioso que, em meio à hemorragia de denúncias comprovadas contra parlamentares e membros do Executivo no esquema Sanguessugas, o presidente Lula venha falar em reforma política e assembléia constituinte, como se dissesse que o problema está nas regras e não nas pessoas?

A diferença é o tempo verbal

Uma conversa fictícia entre Euclides da Cunha e Monteiro Lobato sobre a política do Brasil de hoje

*Marco Antonio Villa**

Euclides da Cunha e Monteiro Lobato foram dois intelectuais profundamente preocupados com o Brasil. Euclides viveu o período da propaganda republicana, o golpe militar de novembro de 1889 e os primeiros 20 anos do novo regime. Desiludido com a república, acabou morrendo assassinado em 15 de agosto de 1909. Foi um colaborador habitual d'O Estado de S. Paulo. Ficaram célebres especialmente as reportagens sobre a Guerra de Canudos, em 1897, com o título de Diário de uma expedição. As reportagens, além de uma breve estadia com a quarta expedição no cerco do arraial fundado por Antonio Conselheiro, foram fundamentais para a confecção do maior clássico brasileiro, Os sertões.

Monteiro Lobato foi não só um grande escritor, como também um batalhador incansável em defesa da exploração do petróleo. Era um nacionalista anti-estadista, espécie rara no Brasil. Acabou preso no Estado Novo pelos ataques que fez ao general Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional de Petróleo. Foi também um colaborador contumaz de O Estado de S. Paulo. Foi no Estadão que publicou os também célebres artigos Uma velha praga e Urupês, em 1914.

Euclides e Lobato, caso estivessem vivos, estariam certamente estarrecidos com a conjuntura política brasileira e a falta de perspectivas. Nesta entrevista imaginária, os dois comentam os dilemas do Brasil de outros tempos. A única alteração é no tempo dos verbos. A conversa começa com a discussão sobre a mania que temos de reformar sempre pelo alto, ignorando os fundamentos do Estado, daí passa pelo velho problema da burocracia, da falta de quadros políticos, do fracasso da elite e do nosso futuro.

- Como analisa as reformas políticas?

Euclides da Cunha: O espírito nacional reconstrói-se pelas cimalthas, arriscando-se a ficar nos andaimes altíssimos, luxuosamente armados. Os novos princípios que chegam não têm o abrigo de uma cultura, e ficam no ar, inúteis, como forças admiráveis, mas sem pontos de apoio; e tornam-se frases decorativas sem sentido, ou capazes de todos os sentidos; e reduzem-se a fórmulas irritantes de uma caturrice doutrinária inatúvel; e acabam fazendo-se palavras, meras palavras, rijas, secas, desfibradas, disfarçando a pobreza com vestimenta dos mais pretensiosos maiúsculos do alfabeto.

- E a burocracia nacional, como vencê-la?

Monteiro Lobato: O governo que suprimir o Ministério da Agricultura e os casarões que ele ocupa, prestará ao Brasil um serviço tremendo. Um dia Nilo Peçanha, por capadoçagem, lembrou-se de criar aquilo - e nossas desgraças começaram. O parasita foi encorpando, foi emitindo tentáculos, foi imiscuindo-se em tudo - nas culturas, para atrapalhá-las, na criação de porcos, para burocratizá-la; na avicultura; na citricultura, na pomicultura; em tudo que diz respeito a extrair coisas do solo. A 'assistência' daquele parasitismo começava a embaraçá-lo seriamente. Depois a 'assistência' degenerou em 'proteção' - esse tremendo negócio de parasitas que acaba matando o parasitado.

- E o governo, como vai? E o presidente da República?

Lobato: Os nossos estadistas dos últimos tempos positivamente pensam com outros órgãos que não o cérebro - com o calcanhar, com o cotovelo, com certos penduricalhos - raramente com os miolos. Daí o desmantelo cada vez maior da administração pública; daí a bancarrota, a miséria horrível do povo. A miséria é tanta em certas zonas, que a grande massa da população rural já está perdendo a forma humana.

Cunha: O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas: cresceu, prodigiosamente, à medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional. Subiu, sem se elevar - porque se lhe operara em torno uma depressão profunda. Destacou-se à frente de um país, sem avançar - porque era o Brasil quem recuava, abandonando o traçado superior das suas tradições....

- Temos uma elite política? E os nossos intelectuais, continuam em silêncio?

Lobato: Somos um pântano com 40 milhões de rãs coaxantes, uma a botar culpa na outra do mal-estar que sentiam. Procuram soluções políticas, mudam a forma do governo, derrubam um imperador vitalício para ex-

perimentar imperantes quadrienais, fazem revoluções, entrematam-se, insultam-se, acusam-se de mil crimes, inventam que o pântano permanece pântano ‘porque há uma crise moral crônica’. O mal das rãs é julgar que sons resolvem problemas econômicos. Trocam o som ‘monarquia’ pelo som ‘república’, e trocam este som pelo ‘república nova’. Depois inventam sons inéditos - ‘reajustamento’, ‘congelados’, ‘integralismo’. O próprio das rãs é esse excessivo pendor musical, Querem sonoridades apenas. ‘Somos o maior país do mundo’. ‘Temos o maior rio do mundo’. ‘Nossas riquezas são inesgotáveis’, etc. Enchem o ar dessas músicas - e mandam o ministro da Fazenda correr Nova York e Londres de chapéu na mão a pedinchar dinheiro.

Cunha: Apresentamos o quadro de uma desordem intelectual que, depois de refletir-se no disparatado de não sei quantas filosofias deceradas, nos impôs, na ordem política, a mais funesta dispersão de idéias, levando-nos aos saltos e ao acaso, do artificialismo da monarquia constitucional para a ilusão metafísica da soberania do povo ou para os exageros da ditadura científica. Para ainda agravescer a crise, os dois ideais da abolição e da República não requeriam mais as emoções estéticas. Resolvidos na ordem moral, estavam entregues à ação quase mecânica dos propagandistas. Estes precipitavam-nos com o desalinho característico da fase revolucionária das doutrinas, em que se conchavam as idéias e os paralelepípedos das ruas, e os melhores argumentos desfecham no dismantelo das barricadas investidas.

- E o povo brasileiro? O que devemos fazer?

Cunha: Este país é organicamente inviável. Deu o que podia dar: a escravidão, alguns atos de heroísmo amalucado, uma república hilariante e por fim o que aí está - a bandalheira sistematizada. O melhor serviço a prestar-se nesta terra, no atual momento, consiste sobretudo na seriedade, que é uma forma de heroísmo no meio deste enorme desabamento....

Lobato: A pátria (permanece) sempre naquele eterno mutismo de peixe. A ilusão do brasileiro é um caso sério. O mundo já na era do rádio, e o Brasil ainda lasca pedra. Ainda é troglodita. O Brasil dorme. Daqui (dos Estados Unidos) se ouve o seu ressonar. Dorme e é completamente cego.

*** Professor de História do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (SP) e autor, entre outros livros, de Jango, um perfil (Globo). Escreve no blog: www.marcovilla.blog.uol.com.br**

Lá, como cá, uma pouca-vergonha

Sob qualquer aspecto, ainda superamos os americanos. Em impunidade, então, somos campeões

Sérgio Augusto

“Vocês os elegeram! Eles nos representam! Mas, ajudados pela tecnologia de ponta, eles estão se escondendo do eleitorado, bloqueando as suas, as nossas mensagens, como se elas fossem spam-mails!”

Este é o resumo de um panfleto, espalhado na internet contra diversos parlamentares que em julho dotaram suas caixas postais eletrônicas de um dispositivo especialmente criado para bloquear e-mails de ONGs e eleitores tidos como “indesejáveis”. Congressistas sem consciência de que representam quem os elegeu e a eles devem satisfações arrumaram uma maneira moderna de isolar-se ainda mais do eleitorado. Não querem papo. Não querem, acima de tudo, cobranças. Em Brasília? Não, em Washington. Como diria Oscarito, lá, como cá, a política está “uma pouca-vergonha”.

Escândalos envolvendo políticos, lobistas e delúbios levaram à criação, nos EUA, de um movimento, Clean Elections (Eleições limpas), cujo principal objetivo é devolver aos cidadãos o poder de eleger representantes que não se vendam aos interesses espúrios de grupos econômicos, nem tratem o eleitor como spam. Antes mesmo de Jack Abramoff (o Marcos Valério de Washington) subornar políticos republicanos e provocar a queda do poderoso parlamentar texano Tom DeLay (o José Genoíno de Bush), já se dizia que o Congresso americano, há 12 anos dominado pelos republicanos, nunca fora tão corrupto e submisso ao Poder Executivo. Nem tão preguiçoso (reuniu-se apenas 241 dias, entre 2005 e 2006, 13 dias a menos do que o tristemente famoso “Do-Nothing Congress” de 1947-48). Nem tão poluído por mentes tacanhas (o destaque mais recente é o senador por Oklahoma, Jim Inhofe, para quem o aquecimento global “é a maior lorota já perpetrada contra o povo americano”).

Sob qualquer aspecto, ainda superamos os americanos. Em impunidade, então, somos campeões. “Seria a decadência do Parlamento brasileiro irreversível até a mais completa putrefação?”, perguntou-se o deputado Fernando Gabeira, no fim da semana passada. Para muitos eleitores, é. O total desencanto com os atuais congressistas chegou a tal ponto que a

sugestão de uma Constituinte exclusiva para executar a reforma política, proposta pelo presidente Lula, foi recebida com unânime simpatia pelos leitores de O Globo, na sexta-feira, contrastando com a posição do jornal, que, em editorial, qualificou-a de “inoportuna”, e a opinião de sua mais lida colunista, que a descartou como uma “falsa solução”. Acima das suspeitas de que o governo esteja tergiversando ou aplicando um golpe oportunista, soprado por Hugo Chávez, paira a convicção generalizada de que o Parlamento que aí está não se interessa nem tem idoneidade moral para levar avante uma reforma política para valer.

Em seus 180 anos de história, o Congresso nunca passou por uma crise moral tão desmoralizante como a que estamos acompanhando desde a descoberta do mensalão. Pelas contas do empresário Darci Vedoin, um dos sustentáculos dos sanguessugas, 70% dos congressistas “estão à venda”, porcentagem que outras fontes inflacionam para 90%. A idéia de que todo político é corrupto e ladrão já virou um truismo de perigosas consequências. A mais perigosa, como sabemos, é o fechamento do Congresso. A mais engraçada, por enquanto, é a transformação do Senado em Pavilhão 1, a Câmara em Pavilhão 2, com horário para visita e banhos de sol para suas excelências, como sugeriu o leitor de uma revista semanal.

Outro tipo de desdobramento essa terminal desilusão com a classe política pode promover, para o bem de todos e felicidade geral da nação. Ações cívicas anticorrupção, por exemplo. Eleitor não existe só para votar, mas também para fiscalizar a atuação dos seus representantes no Parlamento. Sem ampla mobilização do eleitorado e seus representantes mais confiáveis, o processo de decomposição do Congresso não será sustado e revertido. Movimentos de vigilância cívica, como “Quero Mais Brasil!”, “Reforma Brasil” e “Voto Consciente”, ativos na internet e prestigiados por indignados VIPs, podem ser úteis mas são insuficientes, sobretudo porque restritos aos brasileiros digitalmente ativos.

A Veja prestou um bom serviço de utilidade pública ao relacionar, em sua edição passada, uma dúzia de providências para evitar que políticos sem escrúpulos continuem corrompendo o Congresso. Liderando a lista, a ação mais urgente: como evitar que suspeitos de participação em roubalheiras de variada espécie (mensalão, bingos, correios, narcotráfico e sanguessugas), eventualmente reeleitos daqui a dois meses, sejam empossados. Dos 112 parlamentares acusados de ligações com a máfia dos sanguessugas, 86 atuam no Congresso e 72 são candidatos à reeleição. Isso não é apenas grave. Isso é muito grave e muito assustador.

O ideal seria que os partidos dificultassem ou, melhor ainda, impedissem a candidatura de indivíduos que tenham cometido irregularidades, ainda que eles não tenham sido julgados. Mas quantos partidos estariam dispostos a mutilar sua bancada, como fez o PDT de Brasília, cassando as candidaturas de dois suspeitos? Com 32% dos citados entre os sanguessugas, a Frente Parlamentar Evangélica perderia, ao câmbio de hoje, 29 dos seus 64 integrantes. Verdade que não faltariam picaretas em botão para preencher as lacunas deixadas pelos bispos do PL implicados em diversas falcatruas, mas ao menos destes estaríamos livres. E de seus herdeiros nos livraremos se a banda decente do Congresso der cobertura à sugestão do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) de se acabar com a imunidade parlamentar, aqui válida para tudo quanto é tipo de delitos, inclusive aqueles cometidos antes de o pilantra ter sido eleito.

Em vez de perder tempo batendo boca com o Lula, como Tasso Jereissati e outros cardeais da Oposição, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) preferiu ser prático e entrou em ação. Pegou a Constituição, bateu o olho no artigo 14 e interpretou-o como uma brecha para que parlamentares contra os quais existam provas consistentes de práticas de abuso do poder econômico, fraude ou corrupção sejam impedidos de tomar posse pelo Tribunal Superior Eleitoral. A discussão em torno dessa possibilidade foi o único alento que a política nos deu esta semana. Considerando-se que estamos em agosto, um alento e tanto.

Em Minas, Lula divide palanque com mensaleiro

Além do petista João Magno, presidente teve de discursar ao lado do polêmico Newton Cardoso

Tânia Monteiro, ENVIADA ESPECIAL, GOVERNADOR VALADARES

Ao participar de um comício ontem em Governador Valadares (MG), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dividiu o palanque com dois personagens que provocaram constrangimento: o deputado João Magno (PT-MG), um dos mensaleiros beneficiados pelo dinheiro do valerioduto, e o candidato a senador Newton Cardoso (PMDB), alvo habitual de críticas dos petistas mineiros e até mesmo de integrantes de seu partido. Magno foi o petista que, ao ser absolvido pelo plenário da Câmara, no dia 22 de março, foi homenageado pela colega Angela Guadagnin (PT-SP) com a célebre “dança da pizza”.

Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho

De: Paulo José Viera Santos [paulo_jsantos@yahoo.com.br]

Enviado em: terça-feira, 8 de agosto de 2006 09:24

Para: Sen. Jorge Bornhausen; Sen. Arthur Virgílio Neto

Assunto: Fw: Revista do Brasil

BOM DIA

EXCELENTÍSSIMOS SENADORES

TALVEZ OS SENHORES JÁ ESTEJAM SABENDO, MAS TODAVIA ACHEI IMPORTANTE INFORMÁ-LOS QUE FOI LANÇADA UM NOVA REVISTA CHAMADA DE (REVISTA DO BRASIL). Nº. 2 , SENDO QUE A DE Nº.1 TRÁS NA CAPA O PRESIDENTE LULA E AGORA A DE JUNHO COM 35.000 EXEMPLARES FAZ PROPAGANDA DO GOVERNO DESCARADAMENTE E FALA MAL DA OPOSIÇÃO.

GOSTARIA TAMBÉM DE ESCLARECER QUE A PESAR DE CONSTAR O VALOR DE R\$ 4,50 A MESMA ESTÁ SENDO DISTRIBUÍDA DE GRAÇA, COM MASCARA DE QUE PARA OS ASSOCIADOS É GRATUITA.

CASO SEJA NECESSÁRIA UM EXEMPLAR PARA UM EVENTUAL PROCESSO ESTAREI A DISPOSIÇÃO DE ENTREGAR O MEU EXEMPLAR QUE RECEBI NA MINHA ENTIDADE NA QUAL NÃO SOMOS SÓCIOS.

SDS

PAULO

O chefe da máfia dos sanguessugas revela que seu esquema corrompeu sessenta prefeitos e 20% do Congresso e adentrou o gabinete de Humberto Costa

Marcelo Carneiro




O caso da máfia dos sanguessugas já era, na semana passada, um dos maiores escândalos de corrupção descobertos no país. Nada menos do que 57 parlamentares estavam sob suspeita de ter recebido suborno de uma empresa de ambulâncias, a Planam, para destinar recursos do Orçamento federal a prefeituras compradoras dos veículos. Na quinta-feira passada, porém, descobriu-se que tanto o número de envolvidos no esquema quanto o seu alcance haviam sido subestimados. Os parlamentares acusa-

dos de participar da máfia dos sanguessugas ultrapassam uma centena — o número exato é 112 —, e o Legislativo não é o único poder atingido por ela. O rastro do suborno e do tráfico de influência alcança também o Executivo federal — mais precisamente a porta do gabinete do ex-ministro da Saúde Humberto Costa, hoje candidato ao governo de Pernambuco pelo PT. As revelações foram feitas pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, um dos sócios da Planam, ao longo de uma série de depoimentos sigilosos prestados à Justiça Federal nas duas últimas semanas.

VEJA apurou que, nessa série de depoimentos, Vedoin contou que, no início de 2003, quando o presidente Lula baixou um decreto restringindo o pagamento de débitos contraídos na gestão anterior, a Planam ficou sem ter como receber uma dívida de 8 milhões de reais da qual era credora no Ministério da Saúde. Assim, Vedoin e seu pai, Darci Vedoin, também sócio da Planam, procuraram o então ministro da Saúde Humberto Costa para tentar uma solução para o problema. Por meio de um amigo comum, que fez a aproximação, os Vedoin encontraram-se com Costa, em seu gabinete,

Operação multipartidária

Os partidos que têm parlamentares envolvidos no esquema dos sanguessugas

	PTB	22
	PL	20
	PP	20
	PMDB	15
	PFL	10
	PSB	6
	PSDB	6
	PSL	3
	PPS	2
	PRB	2
	PSC	2
	PST	2
	PT	2

60%

dos envolvidos pertencem a legendas da base aliada do governo

35%

dos deputados e senadores acusados cumprem a primeira legislatura

* Foi incorporado ao PL em 2003

em fevereiro daquele ano. O ministro, segundo Vedoin, disse que não poderia liberar a verba, mas, no fim da reunião, apresentou aos empresários seu chefe-de-gabinete, Antônio Alves de Souza, hoje secretário de Gestão Estratégica do Ministério da Saúde. Segundo contou Vedoin, Costa disse que Souza poderia estudar a possibilidade de conseguir a liberação do pagamento.

No mês seguinte, o dono da Planam foi procurado por um certo José Caubi Diniz. Na conversa, que aconteceu durante uma feira de negócios em Brasília, Diniz disse ter sido informado por Souza, o chefe-de-gabinete de Costa, de que a Planam estava tentando obter seu pagamento do governo federal. Afirmou que poderia conseguir a liberação do dinheiro. Para isso, contaria com a ajuda do petista José Airtton Cirilo, que, segundo ele, teria grande influência junto ao ministro Humberto Costa. Cirilo, integrante do Diretório Nacional do PT, foi presidente do partido no Ceará, duas vezes prefeito da cidade de Icapuí, e candidato a

governador do Ceará em 2002. Por indicação do presidente Lula, também participou do governo federal: ocupou um dos postos de direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

ASSALTO AO ESTADO

Como os sanguessugas operavam no Congresso, no ministério e nas prefeituras

EMENDAS

Em troca de propina oferecida pelos Vedoin, donos da Planam, parlamentares apresentavam emendas ao Orçamento da União, direcionando verbas para a compra de ambulâncias

LOBBY

Aprovada a emenda, os parlamentares e a Planam entravam em contato com seus cúmplices no Ministério da Saúde, para acelerar a liberação dos recursos

FRAUDE

Em conluio com os prefeitos das cidades beneficiadas, a Planam fraudava as licitações de compra de ambulâncias. Muitas vezes, o próprio parlamentar se encarregava de contatar os prefeitos para combinar a compra dirigida

PROPINA

Com o dinheiro recebido pela venda dos veículos, a Planam pagava aos prefeitos e parlamentares a propina combinada — em torno de 10% do valor da emenda. Em alguns casos, os envolvidos exigiam pagamento antecipado

OS NOVOS ACUSADOS

A relação de parlamentares e ex-parlamentares que, segundo o empresário que beneficiavam a Planam. Em alguns casos, o dinheiro do suborno foi

Magno Malta
(PL-ES)
senador

Adenor Vieira
(PMDB-SC)
deputado

Aginaldo Muniz
(PP-RO)
deputado

Benjamin Maranhão
(PMDB-PB)
deputado

Carlos Dunga
(PTB-PB)
deputado

Carlos Nader
(PL-RJ)
deputado

Érico Ribeiro
(PP-RS)
deputado

Feu Rosa
(PP-ES)
deputado

Helenildo Ribeiro
(PSDB-AL)
deputado

Heleno Silva
(PL-SE)
deputado

Ildeu Araújo
(PP-SP)
deputado

João Grandão
(PT-MS)
deputado

Marcondes Gadelha
(PSB-PB) deputado

Marcos de Jesus
(PFL-PE)
deputado

Nilton Baiano
(PP-ES)
deputado

Paulo Gouvêa
(PL-RS)
deputado

Ricardo Rique
(PL-PB)
deputado

Robério Nunes
(PFL-BA)
deputado

Carlos Bezerra
(PMDB-MT)
ex-senador

Candinho Mattos
(PSDB-RJ)
ex-deputado

Cornélio Ribeiro
(PL-RJ)
ex-deputado

Eber Silva
(PST-RJ)
ex-deputado

José Aleksandro
(PSL-AC)
ex-deputado

José Antonio Nogueira de Sousa
(PT-AP) ex-deputado

Matusael do Nascimento
(PST-RJ) ex-deputado

Múcio Sá
(PTB-RN)
ex-deputado

Nair Lobo
(PMDB-GO)
ex-deputada

Pastor Valdeci
(PSL-RJ)
ex-deputado

Paulo de Velasco
(PSL-SP)
ex-deputado

Renildo Leal
(PTB-PA)
ex-deputado

Serys Sihessarenko
(PT-MT) senadora

A INDAGAÇÃO

O depoimento de Luiz Vedoin não acusa a senadora Serys Sihessarenko (PT-MT) de ter recebido propina diretamente, mas lança sobre ela uma suspeita. O empresário afir-

ma ter pago a um genro da parlamentar, identificado como Paulo Roberto, 35 000 reais a título de "comissão" por uma emenda para a compra de ambulâncias apresentada por Serys. Vedoin contou à Justiça que, em

2003, Paulo Roberto pediu a ele que ajudasse a saldar "dívidas de campanha" da senadora. Fechou-se um acordo: a parlamentar apresentaria uma emenda — cujo valor foi de 700 000 reais — e a Planam pagaria uma

propina de 10%. Se a participação da senadora petista no esquema dos sanguessugas for confirmada, o número de parlamentares envolvidos subirá para 113. Serys nega que tenha recebido dinheiro da Planam.

Luiz Antônio Vedoin, receberam propinas para apresentar emendas depositado na conta-corrente do próprio deputado

OS DEPUTADOS QUE NEGOCIARAM A PROPINA MAS NÃO LEVARAM

Entre a turma dos sanguessugas, há um quarteto bastante peculiar. Ele é formado por deputados que, segundo o depoimento do empresário Luiz Antônio Vedoin, se envolveram diretamente com o esquema de corrupção montado pela Planam, sem levar, no final, a propina que pretendiam. Os deputados Gilberto Nascimento (PMDB-SP), Waldemir Moka (PMDB-MS), Luciano Castro (PL-RR) e Pastor Frankem-bergen (PTB-RR), de acordo com o empresário Vedoin, apresentaram emendas para a compra de ambulâncias, acertaram com os donos da Planam o valor do suborno que embolsariam por elas, mas, por motivos diversos — alguns não conseguiram a liberação do dinheiro, por exemplo —, ficaram a ver navios.

Celcita Pinheiro
(PFL-MT)
deputada

César Bandeira
(PFL-MA)
deputado

Cleuber Carneiro
(PTB-MG)
deputado

Coronel Alves
(PL-AP)
deputado

João Magalhães
(PMDB-MG)
deputado

Jonival Lucas Jr.
(PTB-BA)
deputado

Jorge Pinheiro
(PL-DF)
deputado

Josué Bengtson
(PTB-PA)
deputado

Josias Quintal
(PSB-RJ)
deputado

André Luiz
(PMDB-RJ)
deputado cassado

Basílio Vilani
(PSDB-PR)
ex-deputado

Bispo Rodrigues
(PL-RJ)
ex-deputado

José Carlos Elias
(PTB-ES)
ex-deputado

José Carlos Fonseca Júnior
(PFL-ES) ex-deputado

Laíre Rosado
(PMDB-RN)
ex-deputado

Márcio Matos
(PTB-PR)
ex-deputado

Waldemir Moka
(PMDB-MS)
deputado

Gilberto Nascimento
(PMDB-SP) deputado

Ronivon Santiago
(PP-AC)
deputado cassado

Santos Filho
(PFL-PR)
ex-deputado

Wagner Salustiano
(PP-SP)
ex-deputado

Zé Índio (José Ferreira do Nascimento)
(PMDB-SP) ex-deputado

Luciano Castro
(PL-RR)
deputado

Pastor Frankem-bergen
(PTB-RR) deputado

Emerson Kapaz
(PPS-SP)
ex-deputado

O ESPANTO

Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), o ex-deputado Emerson Kapaz construiu em sua carreira uma imagem de retidão. Para quem co-

nhece Kapaz, o depoimento de Luiz Vedoin é um choque. Segundo Vedoin declarou às autoridades, Kapaz, que foi deputado de 1999 a 2002, pelo PPS, apresentava emendas para compras de ambulância e pedia

em troca 10% do valor do negócio. Vedoin contou que o então deputado contatava pessoalmente os prefeitos envolvidos no esquema, com quem acertava o "direcionamento" das licitações. Vedoin disse às au-

toridades que o pagamento a Kapaz era feito a terceiros, seguindo orientação do então deputado. Vedoin fortaleceu sua fala com anotações manuscritas das transações, incluindo números de cheques.

Dias depois do encontro na feira de negócios, Vedoin e o pai — acompanhados de Diniz e Cirilo — desembarcaram na ante-sala do gabinete de Humberto Costa, no Ministério da Saúde. Lá, Cirilo despachou sozinho com o ministro por cerca de duas horas. Ao fim da audiência, o petista disse aos presentes que havia conseguido a liberação do dinheiro da Planam, em quatro parcelas. No dia 1º de abril, assim que os Vedoin receberam o primeiro pagamento, repassaram a Cirilo, conforme havia sido combinado, 35 000 reais — a primeira parte de uma “comissão” que totalizou 400 000 reais. O dinheiro, afirmou Vedoin, foi depositado na conta de um sobrinho de Cirilo, chamado Raimundo Lacerda. Os comprovantes dos depósitos foram entregues à Justiça. O esquema montado pela quadrilha deu tão certo que Cirilo e Vedoin decidiram ampliá-lo. Segundo o empresário, o dirigente petista disse que havia combinado com o próprio ministro Humberto Costa a liberação de 30 milhões de reais de recursos extra-orçamentários que seriam destinados à aquisição de equipamentos hospitalares para municípios do interior. Para que a Planam lucrasse com o negócio, bastaria ganhar fraudulentamente as licitações, com a ajuda dos prefeitos, e, ao fim do processo, pagar 15% de propina a Cirilo. A empresa de Vedoin chegou a efetuar algumas vendas, mas o processo foi interrompido assim que começaram a ser presos os primeiros envolvidos no esquema dos sanguessugas.

De acordo com os depoimentos de Vedoin, o número de parlamentares suspeitos de participar dos negócios escusos — que, segundo a Polícia Federal, teriam movimentado pelo menos 110 milhões de reais desde 2001 — chega a quase 20% do Congresso. VEJA reproduz nesta edição a lista completa dos deputados e senadores apontados pelo empresário como participantes daquele que é, provavelmente, o mais bem documentado escândalo de corrupção da história do Brasil. Vedoin, em seus depoimentos, não se limitou a indicar, um a um, os deputados e senadores que recebiam propina de sua empresa — em geral, 10% do valor de cada emenda ao Orçamento aprovada e liberada pelo governo federal. O empresário forneceu à Justiça mais de uma centena de cópias de transferên-

A PRIMEIRA LISTA

A lista dos 57 deputados que vinham sendo investigados pela Procuradoria-Geral da República, acusados de receber propinas em troca da apresentação de emendas ao Orçamento, já havia sido divulgada pela CPI dos Sanguessugas no início da semana passada. Quando se soma esta lista à relação que VEJA publica nas páginas anteriores, o número de parlamentares acusados de envolvimento no esquema chega a 112

Alceste Almeida
(PTB-RR)
deputado

Coriolano Sales
(PFL-BA)
deputado

Dr. Benedito Dias
(PP-AP)
deputado

Dr. Heleno
(PSC-RJ)
deputado

Edir Oliveira
(PTB-RS)
deputado

Irapuan Telxela
(PP-SP)
deputado

Iris Simões
(PTB-PR)
deputado

Isaías Silvestre
(PSB-MG)
deputado

Itamar Serpa
(PSDB-RJ)
deputado

José Militão
(PTB-MG)
deputado

Júnior Betão
(PL-AC)
deputado

Laura Carneiro
(PFL-RJ)
deputada

Lino Rossi
(PP-MT)
deputado licenciado

Nilton Capixaba
(PTB-RO)
deputado

Osmâio Pereira
(PTB-MG)
deputado

Pastor Amarildo
(PSC-TO)
deputado

Paulo Baltazar
(PSB-RJ)
deputado

Dr. Ribamar Alves
(PSB-MA)
deputado

Fernando Estima
(PPS-SP)
deputado

Ricarte de Freitas
(PTB-MT)
deputado

Ney Suassuna
(PMDB-PB)
senador

Almeida de Jesus
(PL-CE)
deputado

Almir Moura
(PFL-RJ)
deputado

Amauri Gasques
(PL-SP)
deputado

Benedito de Lira
(PP-AL)
deputado

Cabo Júlio
(PMDB-MG)
deputado

Cleonânclô Fonseca
(PP-SE)
deputado

Edna Macedo
(PTB-SP)
deputada

Eduardo Gomes
(PSDB-TO)
deputado

Eduardo Seabra
(PTB-AP)
deputado

Elaine Costa
(PTB-RJ)
deputada

Enivaldo Ribeiro
(PP-PB)
deputado

Fernando Gonçalves
(PTB-RJ)
deputado

Jefferson Campos
(PTB-SP)
deputado

João Batista
(PP-SP)
deputado

João Caldas
(PL-AL)
deputado

João Correia
(PMDB-AC)
deputado

**João Mendes
de Jesus**
(PSB-RJ) deputado

José Divino
(PRB-RJ)
deputado

Marcelino Fraga
(PMDB-ES)
deputado

Marcos Abramo
(PP-SP)
deputado

Mário Negromonte
(PP-BA)
deputado

Maurício Rabelo
(PL-TO)
deputado

Néllo Dias
(PP-RN)
deputado

Neuton Lima
(PTB-SP)
deputado

Paulo Feljó
(PMDB-RJ)
deputado

Pedro Henry
(PP-MT)
deputado

Raimundo Santos
(PL-PA)
deputado

Reginaldo Germano
(PP-BA)
deputado

Reinaldo Betão
(PL-RJ)
deputado

Reinaldo Gripp
(PL-RJ)
deputado

Teté Bezerra
(PMDB-MT)
deputada

Vanderlei Assis
(PP-SP)
deputado

Vieira Reis
(PRB-RJ)
deputado

Wanderval Santos
(PL-SP)
deputado

Wellington Fagundes
(PL-MT)
deputado

Zelinda Novaes
(PFL-BA)
deputada

cias bancárias e depósitos — feitos ora em conta corrente de “laranjas”, ora diretamente na conta de parlamentares e prefeitos. Sessenta prefeitos foram acusados por Vedoin (*veja lista ao lado*) de participação no esquema dos sanguessugas.

Entre os 112 parlamentares acusados de integrar a máfia, há deputados que ganharam sua propina em dinheiro vivo, outros que usaram parentes e funcionários para ocultar o suborno e até os que receberam carros a título de “comissão”. Um dos nomes que mais chamam atenção na relação apresentada à Justiça por Vedoin é o do ex-deputado paulista pelo PPS Emerson Kapaz — tanto pela robustez das provas apresentadas contra ele quanto pelo espanto que causa a presença, numa lista como essa, de alguém que sempre foi um defensor da ética na política e no mundo empresarial. Hoje presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Kapaz, empresário do ramo de plásticos, elegeu-se em 1998. O dono da Planam contou que o então deputado apresentou emendas ao Orçamento destinando 1,6 milhão de reais para compra de ambulâncias em dez municípios. Desse montante, o governo liberou cerca de 1 milhão. Segundo Vedoin, Kapaz tratou diretamente com os prefeitos beneficiados para que as licitações para compra de ambulâncias tivessem como vencedora a Planam. Vedoin apresentou à Justiça os números de dois cheques que teriam sido usados para pagar a propina ao então deputado, totalizando 52 000 reais. Segundo Vedoin, Kapaz pediu a ele que o dinheiro fosse repassado por meio de uma operação triangular: num primeiro momento, o dinheiro circulou em contas de empresas do próprio Vedoin, por meio de cheques. Em seguida, foi transferido, segundo Vedoin, a pedido de Kapaz, para cinco outras contas, em nome de firmas e pessoas indicadas pelo ex-deputado, entre elas Laura Mosiasson, na ocasião mulher de Kapaz. “Não tenho idéia de como meu nome possa estar envolvido nessa história”, disse o ex-deputado. “Pelo que me lembro, minhas emendas nem chegaram a ser liberadas”, afirmou a VEJA. Outro nome que causa surpresa é o de Érico Ribeiro (PP-RS). Maior produtor de arroz do Brasil, Ribeiro também foi acusado por Vedoin de cobrar propina em troca de emendas. É

OS PREFEITOS DA LISTA DE VEDOIN

O empresário Vedoin disse ter subornado sessenta prefeitos de cidades do interior, para que licitações para a compra de equipamentos médicos fossem ganhas por sua empresa, a Planam. Abaixo, os nomes que ele indicou, as cidades que administram, o valor das propinas e as datas em que foram pagas

PREFEITO	CIDADE	PROPINA (em reais)	DATA
Antônio Ferrelira Coelho (PTB)	Nova Esperança do Piníá (PA)	8 000	21/2/2002
Adão Ribeiro Soares (PDT)	Jacundá (PA)	8 000	25/2/2002
Héllo José do Carmo (PMDB)	São José do Xingu (MT)	4 000	15/3/2002
Masao Takeshi (PTB)	Matelândia (PR)	6 400	3/4/2002
Osvaldo Lupepsa (PSDB)	Pinhão (PR)	10 000	3/4/2002
João Felix de Souza (PFL)	Catingueira (PB)	17 000	11/4/2002
Antônio Peres de Souza (PFL)	Saquarema (RJ)	11 000	15/4/2002
Isolete Correa Rodrigues (PFL)	Brasnorte (MT)	5 000	22/4/2002
Leldson Ferrelira de Sousa (PMDB)	Corumbiara (RO)	2 000	24/5/2002
Milton Mitsuo Saiki (PFL)	Cabixi (RO)	2 500	24/5/2002
José Carlos Milanezi (PDT)	Marilândia (ES)	8 000	24/5/2002
João Scarparo (PRP)	Anapu (PA)	3 500	9/8/2002
Francisco José de Oliveira (PMDB)	Guajará-Mirim (RO)	24 000	19/8/2002 e 2004
Solange Pereira de Almeida (PV)	Rio Bonito (RJ)	6 000	4/10/2002
Mario Pereira Marques Filho (PMDB)	Nova Iguaçu (RJ)	18 000	10/10/2002 e 25/2/2003
Ítala Maria da Silva Lôbo Ribeiro (PMDB)	Uauá (BA)	3 400	17/12/2002
Florisvaldo Passos de Araújo (PL)	Brejões (BA)	3 600	7/2/2003
Nelson Miúra (PPS)	Pontes e Lacerda (MT)	20 000	11/2/2003 e 2004
José Ricardo Rodrigues Barbosa (PTB)	Lapão (BA)	3 600	25/2/2003
José Carlos de Oliveira (PFL)	Alegre (ES)	16 000	26/2/2003
Josemar Soares Lima (PFL)	Varzelândia (MG)	4 266	6/3/2003
Josely Ferrelira de Siqueira (PPB)	São José do Ubá (RJ)	12 000	31/3/2003
Hércules Favarato (PFL)	Montanha (ES)	12 211	17/4/2003
Fernando Pontes Moreira (PDT)	Miguel Pereira (RJ)	7 500	24/4/2003
Maria das Graças B. Falci Mota (PMDB)	Divino das Laranjeiras (MG)	6 000	13/5/2003
João Marques E. da Silva (PDT)	Sousa (PB)	15 00	5/6/2003
Neuri Carlos Persch (PFL)	Ministro Andreazza (RO)	2 000	11/7/2003
Ana Adélla Nery Cabral (PSDB)	Frei Martinho (PB)	3 000	11/7/2003

PREFEITO	CIDADE	PROPINA (em reais)	DATA
Ivanir Francisco Ogilari (PMDB)	Coronel Vivida (PR)	3 000	15/8/2003
Cereneu João Naue (PDT)	Colorado do Oeste (RO)	2 000	22/8/2003
Hermes Bonfim Cheles Nascimento (PL)	Presidente Jânio Quadros (BA)	13 000	11/11/2003
João Guilherme Ribas Martins (PMDB)	Piraquara (PR)	4 000	30/3/2004
Enedino R. Vasconcelos (PRP)	Itamarí (BA)	4 700	5/5/2004
Geoval de Oliveira Silva (PMDB)	Damião (PB)	20 000	14/5/2004
Euclásio Garrutti (PFL)	Piacatu (SP)	4 960	23/6/2004
Elvaldo Henrique S. Reis (PMDB)	Coaraci (BA)	5 000	6/8/2004
Joaquim José de Souza (PMDB)	Mar de Espanha (MG)	6 297	27/8/2004
Augusto Bezerra (PMDB)	Bananeiras (PB)	7 000	19/9/2004
Antônio Paulino da Silva (PTB)	São Félix do Xingu (PA)	10 000	4/10/2004
José Bezerra L. Tocantins (PFL)	Paraná (TO)	3 000	21/12/2004
João Ferreira Lima (PSDB)	Januária (MG)	25 000	31/1/2005
José Paulo Viçosi (PSB)	Muqui (ES)	3 000	15/2/2005
Maria Aparecida Panisset (PFL)	São Gonçalo (RJ)	11 000	8/7/2005
Daniel Capitani (PSB)	Placas (PA)	22 000	7/6/2002
Gilberto Siebert (PPS)	Cotriguaçu (MT)	10 000	23/1/2003
Carlos Vital Carvalho (PMDB)	Nerópolis (GO)	19 200	21/2/2002
João Capelletto (PMDB)	Braganey (PR)	12 806	28/2/2002
Marco Aurélio Fullin (PSDB)	Bom Jesus do Araguaia (MT)	4 000	12/6/2002
Dorival dos Santos (PP)	Riachão das Neves (BA)	8 000	21/6/2002
Antonio Rodrigues da Silva (PMDB)	Poxoréo (MT)	14 000	Entre 2005 e 2006
Celso Paulo Banazeski (PTB)	Colíder (MT)	18 400	2005 e 2006
José Aparecido dos Santos (PFL)	Nova Marilândia (MT)	125 400	2001, 2003, 2004 e 2005
João Batista de Sá (PMDB)	Torixoréu (MT)	15 000	2006
José Ribeiro da Silva Filho (PMDB)	Presidente Médici (RO)	12 000	2004
André Ceciliano (PT)	Paracambi (RJ)	15 000	2006
Antônio Pereira Alves de Carvalho (PMDB)	São João de Meriti (RJ)	25 000	2004
João Carlos Donato (PL)	Vinhedo (SP)	39 000	2005
Paulo Wanderley (PSL)	Amajari (RO)	9 000	2006
Ex-prefeitos			
Romualdo Júnior (PPS)	Alta Floresta (MT)	10 400	2004
Joaquim Matias Valadão (PPS)	Campinápolis (MT)	27 000	2003 e 2004

curioso que um multimilionário possa ter arriscado sua reputação em troca de alguns milhares de reais.

O esquema dos sanguessugas só pôde alcançar essa dimensão depois de se infiltrar no Ministério da Saúde. Para isso, contou com uma peça-chave: a ex-funcionária da Planam Maria da Penha Lino, que, em agosto de 2005, conseguiu ser nomeada assessora do ex-ministro Saraiva Felipe, então titular da Saúde. Uma vez dentro do gabinete, Maria da Penha tratou de agilizar a aprovação dos projetos da Planam e a execução de emendas que interessavam à empresa. Como uma lobista foi nomeada tão facilmente para assessora do ministro da Saúde? Em seu depoimento, o empresário Luiz Antônio Vedoin explicou. De acordo com ele, o deputado José Divino e o senador Ney Suassuna — citados na primeira lista de suspeitos de envolvimento com a máfia das ambulâncias — chegaram a fazer ofícios ao ministério recomendando a nomeação de Maria da Penha para o cargo. Ainda segundo Vedoin, Saraiva Felipe foi receptivo à idéia. A nomeação de Maria da Penha foi feita dentro da “cota” do ministro.

Vedoin relatou todo o esquema à Justiça, com nomes, quantias e provas materiais, em troca do benefício da delação premiada — que prevê redução de pena para criminosos que colaborarem com as investigações. Ele foi solto há duas semanas, depois de abrir o bico. Seus depoimentos causam assombro ao revelar o grau de capilaridade que a máfia dos sanguessugas alcançou, assim como a extensão do assalto que ela perpetrou contra o Estado e o número de parlamentares acusados de envolvimento nela. As revelações levam à triste constatação de que a corrupção parece ter se instalado no Congresso como um cupinçal subterrâneo. Ele se dissemina em velocidade atordoante, contaminando e corroendo cada centímetro sadio que encontra pela frente. Em vez de extingui-lo, cada nova eleição parece fortalecê-lo. Os cupins apenas se revezam — e surgem com fôlego renovado. Pobre Brasil. ■

Com reportagem de Camila Pereira, Juliana Linhares,
Renata Peña e Renato Piccinin

O LEÃO TAMBÉM SAIU À CAÇA

Inquérito de 1 009 páginas sobre o Palocciate a que VEJA teve acesso mostra que até a Receita foi acionada

Julia Duailibi

A operação para violar o sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa, o caseiro que desmascarou o então ministro Antonio Palocci, foi resultado de uma ampla ação de governo — e chegou a envolver até mesmo a Receita Federal, que detém um dos mais valiosos (e secretos) bancos de dados do país. Já se sabia que a perseguição ao caseiro envolvera Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal na época. Mattoso ordenou uma devassa na conta do caseiro, mandou imprimir um extrato bancário e entregou-o nas mãos do ministro Palocci — e os dados, mostrando uma movimentação de 40 199,44 reais, aca-

baram aparecendo nas páginas da revista *Época*. Ficou evidente, desde o primeiro momento, que o governo, numa operação clandestina e ilegal, levantou e vazou dados bancários do caseiro com a intenção de desmoralizá-lo e, assim, reduzir o impacto devastador de suas declarações contra o ministro Palocci. Agora, nas 1 009 páginas do inquérito sobre o caso, às quais VEJA teve acesso, está minuciosamente detalhada a movimentação de seis funcionários da Receita Federal para perseguir o caseiro, a começar pelo chefe do órgão, Jorge Rachid.

Duas reportagens de VEJA publicadas em abril já haviam revelado a participação da Receita na operação “Desmoraliza Caseiro”. Sucederam-se desmentidos aos quais os jornalistas crédulos rapidamente aquiesceram. Agora o inquérito confirma tudo o que VEJA publicou e ainda acrescenta detalhes da bisbilhotagem na Receita Federal para pegar o caseiro. Quando Jorge Mattoso ordenava que quebrassem o sigilo bancário de Francenildo, Jorge Rachid também determinava a seus funcionários que fos-

sem atrás de dados do caseiro — e ambos estavam sob o comando do ministro Palocci. Lendo-se os depoimentos, tem-se a impressão de que se estabeleceu uma disputa para ver quem ajudaria mais o chefe. Na Receita, segundo o inquérito, deu-se a seguinte cronologia:

■ 15 de março, quarta-feira — Como o caseiro dera entrevista no dia anterior acusando Palocci de ir à mansão na qual o ministro jurava nunca ter ido, começou a perseguição. Nesse dia, o coordenador-geral de fiscalização, Marcelo Fisch, pediu ao seu substituto, Flávio Martins Araújo, que descobrisse o CPF, o endereço residencial e a data de nascimento do caseiro. Flávio Martins Araújo encomendou a tarefa a um subalterno, que, por sua vez, acionou um técnico chamado Nilton César Cruvinel.

■ Manhã de 16 de março, quinta-feira — Enquanto o caseiro se preparava para depor na CPI, à qual reafirmaria suas acusações contra Palocci, o técnico Nilton Cruvinel trabalhava. Às 9h09, descobriu o número do CPF. “Não tinha conhecimento de que eram dados do caseiro”, disse ele, ao depor à polícia. Com o CPF

em mãos, o coordenador-geral substituto Flávio Martins Araújo faz uma consulta mais ampla. Às 9h35, acessa o chamado “dossiê integrado” do caseiro. Nesse arquivo, pode-se descobrir quanto o contribuinte pagou de CPMF e o nome do banco que recolheu o tributo. Ele anota as informações e as repassa — “verbalmente” — para o chefe, Marcelo Fisch. ■ Tarde de 16 de março — Marcelo Fisch encontra-se com o secretário Jorge Rachid e, durante uma “conversa rotineira”, conforme o próprio Rachid disse à polícia, eles falam das “recentes notícias em jornais” — e, ao final, Fisch dá a Rachid o número do CPF do caseiro.

■ Noite de 16 de março — Jorge Rachid, desconfiado de que o CPF pudesse pertencer a um homônimo do caseiro, manda checar as informações. Num bilhete deixado sobre a mesa de seu chefe-de-gabinete, Jânio Castanheira, pede que seja feita uma nova pesquisa no número e no nome.

■ 17 de março, sexta-feira — Logo pela manhã, Jânio Castanheira cumpre a ordem deixada pelo chefe no bilhete e aciona uma servidora, Cássia Aparecida Mingorance. Ela rapidamente refaz a pesquisa e amplia as descobertas. Por telefone, repassa tudo para Castanheira: nome completo do caseiro, nome da mãe, data de nascimento, número do título de eleitor, endereço e até telefone. No início da noite, os dados do extrato bancário do caseiro — dele mesmo, e não de um homônimo — apareciam no site da revista *Época*. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “TSE impõe novas derrotas a Lula ao vetar propagandas”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 1º de julho do corrente.

A matéria mostra que os Ministros do TSE decidiram notificar o Presidente Lula para que ele informe os gastos com publicidade oficial desde 2003. Isso porque a Lei Eleitoral estabelece que essa despesa em ano eleitoral não pode ultrapassar a média dos

últimos três anos ou o total de gastos efetuados no ano anterior.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

TSE impõe novas derrotas a Lula ao vetar propagandas

Seis recursos do governo para divulgar ações publicitárias específicas foram rejeitados

Dois dos sete ministros votaram a favor de multa de R\$ 900 mil por propaganda eleitoral feita antes da hora; julgamento acabou adiado

SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu várias derrotas no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nos três últimos dias. Os ministros decidiram notificar o petista para que ele informe, em 15 dias, os gastos com publicidade oficial desde 2003 e rejeitaram seis recursos do governo pela veiculação de propagandas específicas.

Há o risco de uma derrota maior: 2 dos 7 ministros já votaram por condenar Lula a pagar R\$ 900 mil de multa por propaganda eleitoral antecipada em razão da distribuição, em janeiro, de revista produzida pela Casa Civil, que fez promoção pessoal do presidente, segundo o entendimento do TSE. Um pedido de vista feito pelo ministro Gerardo Grossi adiou o julgamento, e os votos de cinco dos magistrados não chegaram a ser declarados.

Tanto a decisão de notificar Lula sobre os gastos com publicidade quanto a rejeição dos recursos para liberar seis campanhas foram unânimes. Advogados que atuam no TSE dizem que há clara disposição do tribunal de agir com rigor para conter eventuais abusos no uso da máquina administrativa.

A notificação sobre os gastos com publicidade institucional foi pedida pela oposição, para fiscalizar o cumprimento da Lei Eleitoral (nº 9.504). Ela estabelece que essa despesa no ano das eleições não pode ultrapassar a média dos últimos três anos ou o total de gastos

O presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, já tinha negado oito pedidos do governo de liberação de campanhas publicitárias oficiais no período eleitoral, que começa hoje. Nesta semana, os outros ministros concordaram com Marco Aurélio com relação à falta de urgência dessas propagandas.

A lei proíbe a publicidade institucional nos três meses que antecedem as eleições, com exceção de produtos que tenham concorrência no mercado ou ainda na hipótese de “grave e urgente necessidade pública” reconhecida pela Justiça.

O governo queria usar a logomarca do programa de saúde bucal “Brasil Sorridente”, divulgar cartazes do prêmio “Professores do Brasil” e de uma olimpíada de matemática nas escolas públicas, veicular campanha de combate a queimadas em áreas de linhas de transmissão e subestação de energia, distribuir material do Projeto Rondon e ainda divulgar o serviço de atendimento telefônico do INSS.

No julgamento do primeiro desses recursos, na quarta-feira, houve um bate-boca entre Marco Aurélio e o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa. O presidente do TSE permitiu que o advogado-geral falasse para fazer um esclarecimento, mas, em seguida, impediu-o de continuar intervindo. Ribeiro Costa tentou prosseguir, mas teve de abrir mão. O advogado-geral não assistiu ao julgamento dos outros cinco recursos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo do historiador Boris Fausto, intitulado “As Forças Armadas na América Latina”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 10 de julho do corrente.

Segundo o artigo “O golpismo tradicional perdeu força e sentido na região, mas a escalada autoritária, por outras vias, continua sendo ameaçadora”, numa referência a regimes populistas como o da Venezuela e Bolívia.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

As Forças Armadas na América Latina

BORIS FAUSTO

O PANORAMA POLÍTICO da América Latina comporta riscos e problemas, mas está longe de ser um desastre. Basta lembrar o foco principal de interesse do ano em curso: as eleições no Chile, no Peru, no México, na Colômbia, no Brasil e em outros países. Fala-se da significação das candidaturas, do papel relevante ou secundário dos partidos, dos índices de comparecimento, das campanhas acirradas e às vezes sujas.

Em contraposição, não há praticamente quem fale na ameaça de golpes militares. É óbvio que isso não ocorre por acaso. Tomo, como exemplo, três países significativos: Brasil, Argentina e Chile. Neles, há pouco mais de 30 anos, estavam no poder ditaduras militares cujas diferenças podiam ser medidas pelo grau maior ou menor de ferocidade. De lá para cá, em meio às vicissitudes, regimes democráticos foram instituídos e mantiveram-se ao longo do tempo.

Ressalvo que estou falando da “democracia formal” (eleições, liberdade de expressão, rotatividade no poder, separação de Poderes), cujo valor tende a ser esquecido por quem despreza as liberdades ou as considera um dado natural, como o ar que se respira.

Ao avanço democrático, correspondeu o recuo das Forças Armadas para sua área específica de atuação. A emergência das ditaduras, a partir dos anos 60 do século passado, teve muito a ver com o quadro internacional daquele período, caracterizado pela Guerra Fria.

A ameaça de revoluções socialistas ou antiimperialistas, na esteira da Revolução Cubana, levou o governo americano a apoiar golpes militares que serviam a seus interesses estratégicos. Mas os golpes foram também consequência das condições internas de cada país, em cujo caldo fermentaram as Forças Armadas, associadas a elites políticas e empresariais, em nome da hierarquia e da ordem.

Hoje, as preocupações são outras e em nenhum dos países mencionados há sintomas de que a corporação militar pretenda voltar à arena política. No caso brasileiro, alguns passos institucionais importantes foram dados: como a criação do Ministério da Defesa, mesmo que seu papel até aqui tenha sido obscurecido. Ao mesmo tempo, vozes da sociedade civil organizada têm contribuído para cortar pela raiz ensaios de medidas autoritárias esboçados nos últimos anos.

O golpismo tradicional perdeu força e sentido na região, mas a escalada autoritária, por outras vias, continua sendo ameaçadora

Entretanto, esse quadro não nos induz ao otimismo sem qualificações porque há circunstâncias negativas em jogo, nada desprezíveis. Ainda tomando o exemplo brasileiro, assinalo o descrédito gradativo do regime democrático, resultante da desmoralização de partidos e de muitos políticos; o funcionamento precário das instituições; a decepção com os frutos sociais da democracia, neste último caso produto da ilusão de que a democracia daria de tudo a todos.

O descrédito tem sido responsável pela emergência de personagens neopopulistas, não raro de origem militar, cuja inclinação autoritária é evidente. É o caso do coronel Humala, que quase chegou ao poder no Peru, de Evo Morales na Bolívia, com sua especificidade étnica e, principalmente, de Hugo Chávez.

Na presidência da Venezuela, este encarna uma forma aguda de erosão da democracia, por caminho diverso dos golpes militares.

Eleito segundo as regras democráticas, o presidente venezuelano vem impondo, passo a passo, um regime autoritário, de que são exemplos as

restrições à mídia — a televisão foi alvo recente de suas atitudes intimidadoras —, a intervenção no Poder Judiciário, a militarização da massa de aderentes, a imposição de um currículo escolar baseado nos princípios da chamada revolução bolivariana.

Chávez sustenta também a necessidade de sua sucessiva reeleição, preparando o clima para farsas eleitorais plebiscitárias. É cedo para se dizer quanto longe ele irá. Há sintomas de que sua influência na América Latina está declinando, por força da malsucedida tentativa de intrometer-se em assuntos internos de outros países, como se viu no decorrer das campanhas eleitorais do Peru e do México.

Ao mesmo tempo, a entrada da Venezuela no cambaleante Mercosul, bem-vinda em outras circunstâncias, tende a gerar conflitos entre parceiros, mais do que integração, dadas as

pretensões à liderança continental do presidente venezuelano.

Em resumo, o golpismo tradicional perdeu força e sentido, alguns ventos benignos sopram na América Latina, mas a escalada autoritária, por outras vias, continua sendo ameaçadora.

Esse é o preço que se paga pela perversão dos princípios democráticos e a persistência das gritantes iniquidades sociais.

BORIS FAUSTO, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional da USP). É autor de, entre outras obras, “A Revolução de 30” (Companhia das Letras).

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dirceu encontrou Morales dias antes da crise do gás”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 7 de julho do corrente.

A reportagem destaca que parlamentares bolivianos dizem que o ex-Ministro José Dirceu agiu como emissário de Lula em encontros políticos na Bolívia. Segundo a matéria, “o petista teria tratado da nacionalização do gás e do petróleo da Bolívia e suas consequências para o Brasil”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dirceu encontrou Morales dias antes da crise do gás

Parlamentares bolivianos dizem que ex-ministro agiu como emissário de Lula

Agenda de presidente da Bolívia registra reunião com 'alto dirigente do PT', mas Planalto nega que petista tenha falado pelo governo

FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A LA PAZ

Afastado do governo desde 16 de junho do ano passado e fora da Executiva do PT, o ex-ministro da Casa Civil e deputado federal cassado José Dirceu manteve encontros políticos na Bolívia em abril, onde teria agido na condição de emissário do Palácio do Planalto e tratado do tema da nacionalização do gás e do petróleo bolivianos.

Questionado, o Planalto negou ontem que o ex-ministro estivesse falando em nome do governo Lula.

Dirceu esteve na capital boliviana nos dias 23 e 24 de abril, quando a Bolívia vivia a expectativa do anúncio da nacionalização dos hidrocarbonetos. O decreto sem assinatura em seguida, no dia 1º de maio, pelo presidente Evo Morales, e afetou sobretudo as operações da Petrobras na Bolívia, como o aumento da tributação e a nacionalização de duas refinarias da empresa.

A reportagem da **Folha** apurou que Dirceu manteve ao menos dois compromissos no dia 23, um domingo: com Morales, no Palácio de Governo — a agenda presidencial marca o encontro às 15h30 e o registra como “alto dirigente do PT” —, e uma reunião com seis parlamentares de Podemos (Poder Democrático e Social), o principal partido de oposição, quando disse que havia chegado de uma viagem ao Brasil.

A viagem entre São Paulo e La Paz teria sido feita numa aeronave pertencente à empresa MMX, de Eike Batista. O em-

presário é proprietário da EBX, siderúrgica instalada parcialmente em Puerto Quijarro, a 15 km de Corumbá (MS), e proibida de operar no país pelo governo Morales, sob acusação de ter começado a ser construída sem licença ambiental. Batista anunciou a saída da EBX da Bolívia dois dias depois da visita de Dirceu, em 25 de abril.

Em 23 de abril, segundo registro do Aeroporto Internacional de El Alto, o único voo privado vindo do Brasil chegou a La Paz às 12h38 locais, proveniente do aeroporto de Guarulhos. O avião, um jato Cessna Citation 7, prefixo PTOVI, levantou voo no dia seguinte, às 21h47, e voou para Guarulhos com uma escala em Santa Cruz de la Sierra.

“Ele não veio tratar de negócios, não veio fazer turismo, não veio por motivos particulares. Ele veio tratar de temas bilaterais entre os governos do Brasil e da Bolívia”, afirmou um dos parlamentares de Podemos presentes ao encontro. “Não sei se usou estas palavras, mas veio definitivamente em nome do governo do Brasil”.

Segundo o relato desse parlamentar da oposição, Dirceu contou que foi recebido no aeroporto por representantes do governo. Dali, foi levado à comunidade de Achocalla, na mesma região do aeroporto, onde participou de cerimônia de boas-vindas da etnia aimará, à qual pertence Morales.

Aos opositores, Dirceu não mencionou o encontro com o presidente boliviano, mas disse que jantaria com membros da cúpula do governo e que um dos temas principais era a possibilidade de nacionalização. Segundo o parlamentar, Dirceu não mencionou a EBX durante a conversa.

A reportagem ligou para o

porta-voz da Presidência boliviana, Alex Contreras, mas ele desligou o telefone antes do fim da pergunta sobre o teor do encontro. Ele não respondeu ao recado deixado em seguida na caixa postal de seu celular e em seu escritório.

‘Conversa cortada’

O encontro do ex-ministro petista com a oposição durou duas horas e começou por volta das 17h. O local foi a casa do suplente de senador Andrés Fermín Heredia Guzmán, do departamento (Estado) fronteiriço de Pando, uma região com forte influência do Brasil.

Dirceu falou sobre a relação entre Lula e Morales, as eleições no Brasil e ouviu relatos de preocupação sobre a ingerência do presidente venezuelano, Hugo Chávez, na Bolívia. “Foi uma conversa muito cortada, ele tinha dois celulares que não paravam de tocar”.

Mas o assunto principal de Dirceu foi a expectativa em torno da nacionalização dos hidrocarbonetos. Ele avaliou — equivocadamente, hoje se sabe — que não haveria ações duras contra o Brasil por causa das boas relações entre Lula e Morales. “O José Dirceu disse acreditar que, sob nenhuma hipótese, haveria medidas contra os interesses do Brasil”, afirma o parlamentar boliviano. “Mas disse também que, se Evo se portar mal, nós vamos embora. Assim mesmo, em português”, recorda o parlamentar.

Em outra ocasião em que falou como representante do governo, Dirceu se comprometeu a arranjar um encontro entre Lula e o líder da oposição, o ex-presidente Jorge “Tito” Quiroga, o que não ocorreu até agora. Dirceu “deixou claro que era mais próximo do governo, mas que as relações com o PT iam mal”, diz o parlamentar.

Ex-ministro nega atuar em nome de Lula

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, negou ontem ter atuado como “representante” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no exterior.

Ele não confirmou nem desmentiu a informação de que viajou para La Paz, na Bolívia, em 23 de abril último, para encontros com autoridades do governo boliviano.

Dirceu está em viagem, no exterior. A **Folha** conseguiu localizá-lo no início da noite pelo celular.

Informado do teor da reportagem, ele afirmou: “Não sou representante do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva]”. E disse que só se manifestará depois da publicação da reportagem. A tarde, sua assessoria também não confirmou nem desmentiu a possibilidade de Dirceu trabalhar para o empresário Eike Batista.

De acordo com a assessoria, o ex-ministro, hoje, atua como “consultor e advogado”. O nome de seus clientes, no entanto, não é divulgado porque isso se trataria de um “assunto privado”.

Questionado, o Palácio do Planalto negou que Dirceu estivesse falando em nome do governo.

Colunista: RUBENS VALENTE,
da reportagem, não



Perguntas sem resposta

Se é verdade que Dirceu viajou com essa missão, por que ele foi o representante do governo? Por que não foi alguém da Petrobras ou Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e ex-ministra de Minas e Energia?

saiba mais

Antes do gás, siderúrgica foi o problema

DAREDAÇÃO

Os problemas do empresário Eike Batista na Bolívia começaram em 14 de abril deste ano, quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, proibiu a siderúrgica feita pelo grupo de Batista, o EBX, de operar no país.

A siderúrgica era acusada de funcionar sem licença ambiental e de atuar na faixa de 50 km da fronteira, o que não é permitido a estrangeiros. Batista, por sua vez, afirmava ter uma licença expedida em 2004. Em sua defesa, se dizia perseguido por ter se associado a uma família adversária de Morales.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou reverter a decisão boliviana. O Itamaraty enviou ao país seu secretário-geral, o embaixador Samuel Guimarães, para conversar com membros do governo boliviano. O objetivo era obter uma solução negociada. Não conseguiu.

A expulsão de Batista, contudo, esconde uma luta pela jazida de minério de ferro de Mutún, estimada em ao menos US\$ 40 bilhões. Morales cancelou a licitação, preparada pela gestão anterior, sob a alegação de que a empresa de Batista e o banco francês BNP Paribas manipularam o processo para obter a vitória.

Para o governo Morales, a siderúrgica que a EBX construía em Puerto Quijarro, a 15 km de Corumbá (MS), era só a ponta-de-lança para que Batista vencesse a licitação de exploração da reserva.

O grupo EBX deixou a Bolívia no dia 25 de abril e arcou

com um prejuízo de, ao menos, US\$ 20 milhões, segundo Batista.

Nacionalização do gás

Quando Morales nacionalizou as reservas de gás e petróleo da Bolívia, em 1º de maio deste ano, o assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, declarou que o governo brasileiro "foi pego de surpresa" e que as informações que vinham do país vizinho eram "desencontradas".

A nacionalização foi promessa de campanha do presidente Morales. Na ocasião do decreto, ele enfrentava protestos e via sua popularidade cair.

Uma das empresas mais prejudicadas pela nacionalização foi a Petrobras, com duas refinarias na Bolívia e investimentos de cerca de US\$ 1,5 bilhão realizados nos últimos dez anos. Além disso, Morales anunciou a nacionalização na sede da empresa, que foi invadida com tropas do Exército.

A primeira reação ao ato de Morales partiu do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, que condenou o ato. Gabrielli afirmou que "o governo da Bolívia tomou medidas unilaterais, de forma não amistosa, que nos obrigam a reagir".

O governo, contudo, adotou a conciliação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse compreender o gesto de Morales, já que o Brasil já tinha feito o mesmo no passado. Só endureceu quando Morales declarou que a Petrobras agia de forma "ilegal" na Bolívia, no dia 11 de maio. Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, disse até mesmo que pretendia retirar o embaixador brasileiro de La Paz, o que não ocorreu.

Empresas se contradizem sobre uso de jatinho

GUILHERME BARROS
COLUNISTA DA FOLHA
RUBENS VALENTE
DAREPORTAGEM LOCAL

A empresa Global Táxi Aéreo, de São Paulo, e a MMX Mineração e Metais S/A, do empresário Eike Batista, entram em contradição ontem, ao explicar a responsabilidade pelo jatinho usado para levar a La Paz, na Bolívia, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Segundo a siderúrgica EBX, controladora da MMX, o Cessna Citation 7 que transportou o ex-ministro "estava arrendado para uma empresa de táxi aéreo". Segundo a Folha apurou, a empresa citada seria a Global.

Segundo a EBX, o avião estava "a serviço de terceiros" durante a viagem de Dirceu. Eike Batista, afirma a empresa, não estava no voo para La Paz.

O diretor da Global, o comandante Sérgio Stenberg, disse que todas as operações de voo são de responsabilidade da MMX, e sua empresa apenas presta "assessoria e consultoria". O serviço inclui organização de contabilidade e treinamento de pessoal.

"A gente administra a aeronave para ele. Faz isso como um apoio logístico, tanto que tenho um contrato com ele pelo qual é proibido efetuar voo comercial", disse o comandante. Ele não soube dizer quem teria comandado o voo de abril último e nem quem seriam os

passageiros. "Tenho a relação dos passageiros do serviço de táxi aéreo, mas não os da aeronave da MMX."

"Não fizemos nenhum voo comercial com esta aeronave, não faz táxi aéreo. É de uso exclusivo do proprietário, isto é até contratual", disse o diretor da Global. Informado de que a EBX havia dito que o avião estava arrendado, o comandante afirmou: "A informação é totalmente inverídica".

A Folha apurou que o jatinho pertenceu ao banco Bradesco até outubro de 2004 — foi vendido em licitação pública e quitado em 2005. De acordo com os registros do DAC (Departamento de Aviação Civil), o avião foi formalmente transferido para o nome da MMX Siderurgia no último dia 12 de abril, 11 dias antes da viagem para La Paz.

O avião está baseado no aeroporto de Congonhas (SP). A EBX, sediada no Rio de Janeiro, tem atividades e escritórios de representação na Colômbia, no Equador, Peru, Chile e Uruguai e nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá, Pará, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

A MMX iniciou em dezembro de 2005 a produção de minério de ferro em Corumbá (MS), na fronteira entre Brasil e Bolívia. A empresa deve iniciar unidades de produção em Minas Gerais e no Amapá.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que amanhã a sessão começará às 9 horas da manhã.

Que Deus seja o refúgio e a fortaleza para agüentarmos as caminhadas!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

O.S.: 14792/06)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 188 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar os servidores Maria Aparecida Roquete Santos, matrícula 20440, Olivan Duarte de Almeida, matrícula 53305 e Otto Luiz Vilela Nascimento, matrícula 105482, para integrarem como membros, a Comissão Especial de Apoio à Comissão instituída pela Portaria nº 183, de 2006, do Diretor-Geral.

II – A Comissão de Apoio será presidida pelo servidor Francisco Maurício da Paz, matrícula 32790, Presidente da Comissão instituída pelo Ato do Presidente nº 45, de 2006.

III – Esta Comissão de Apoio terá o prazo até o dia 31 de dezembro do corrente ano para a conclusão dos seus trabalhos.

IV – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de agosto de 2006.

Senado Federal, 09 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 189 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, nos termos da Lei 8.112/90, a instauração de sindicância destinada a apurar os fatos constantes no Relatório de Policiamento Noturno do dia 06/08/2006, envolvendo o servidor Antônio Carlos Cuba dos Santos, Matr. 43610.

Art. 2º Designar, nos termos do mesmo diploma legal, os Policiais Legislativos Federais, Marcus Vinícius Reis, Matr. 52696, Antônio José de Sousa Filho, matr. 52465, Everaldo Bosco Rosa Moreira Matr. 52398 e José Wellington Alves Monte Amado, Matr. 50511, para sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão incumbida de conduzir a referida sindicância.

Art. 3º Fixar o prazo de trinta dias para a conclusão da sindicância.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1623 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS, matrícula nº 48929, e MARIANGELA GONÇALVES CASCÃO, matrícula nº 139303, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 015670/05-8 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição aos atuais gestores designados por meio do Ato do Diretor-Geral nº 4024, de 2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1624 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS, matrícula nº 48929, e MARIANGELA GONÇALVES CASCÃO, matrícula nº 139303, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 004265/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição aos atuais gestores designados por meio do Ato do Diretor-Geral nº 512, de 2006.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1625 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012022/06-3,

RESOLVE dispensar a servidora LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS, matrícula 50158, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque, a partir de 04 de agosto de 2006.

Senado Federal, 10 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1626 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012027/06-5,

RESOLVE designar o servidor RAIMUNDO RODRIGUES DE B. NETO, matrícula 45618, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Controle Operacional da Subsecretaria de Logística e Controle Operacional, a partir de 04 de agosto de 2006.

Senado Federal, 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1627 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **010921/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA PAULA DE OLIVEIRA PORTO**, matrícula n.º 180765, de Assessor Técnico para o de Secretário Parlamentar e sua respectiva lotação, do Gabinete da Primeira Secretaria para o Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1628 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **010920/06-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ARTHUR JOSÉ VENTURA NÓBREGA**, matrícula n.º 170000, de Secretário Parlamentar para o de Assistente Parlamentar, AP-8, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Efraim Morais para o Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1629 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **010925/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **RICARDO LUIZ DA CONCEIÇÃO BICALHO**, matrícula n.º 187486, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1630 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012189/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RODONILTON PONTES DE SOUZA**, matrícula n.º 185600, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Tião Viana, a partir de 03 de agosto de 2006.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1631 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012228/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EVA JESUS DE ARAÚJO**, matrícula n.º 189770, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1632 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012220/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DALIANE APARECIDA SILVERIO DE SOUSA**, matrícula n.º 197546, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006



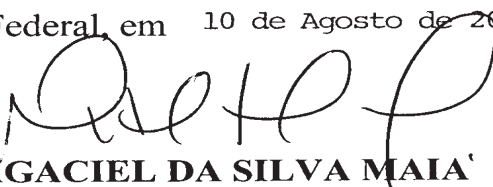
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1633 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010922/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GABRIEL D'ANNUNZIO SISNANDO FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006

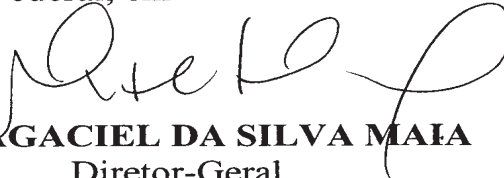

AGACIEL DA SILVA MAIA'
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1634 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012169/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ AFONSO DE MOURA SOUZA CRUZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1635 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010924/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIO EMANUEL MELO NOGUEIRA DE MORAES FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1636 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010923/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RIDANIA DE FREITAS OLIVEIRA MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006

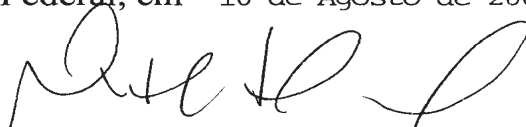

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1637 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012165/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERA LÚCIA LEITE COUTINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006

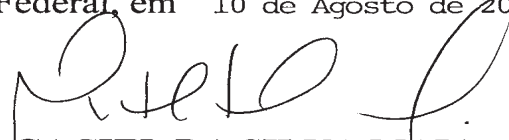

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1638 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012164/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NATHAN NUNES FREIRE ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1639 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012166/06-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SHEYLA KARINE COSTA LUCENA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1640 , DE 2006


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e pelo Ato nº 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE

Art. 1.º - Fica designada a servidora **IRENE FAGUNDES SILVA**, matrícula 41911, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para substituir a Diretora da Subsecretaria de Pessoal Comissionado, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



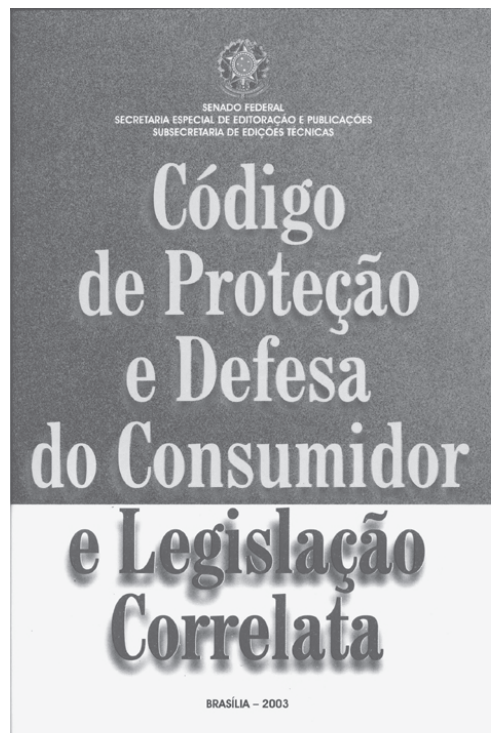
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 164 PÁGINAS